

CELIA HELENA DE PELEGRINI DELLA MÉA

**DELOCUTIVIDADE: UMA VISÃO ENUNCIATIVA DO
PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA LÍNGUA**

**PORTO ALEGRE
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS**

**DELOCUTIVIDADE: UMA VISÃO ENUNCIATIVA DO
PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA LÍNGUA**

CÉLIA HELENA DE PELEGRINI DELLA MÉA

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

Tese de Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2009**

Ora, todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de maneira distinta, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção.

Émile Benveniste

AGRADECIMENTOS

Valdir do Nascimento Flores, pesquisador insaciável, orientador – de tantas virtudes, professor inspirador e ser humano encantador. A todas essas figuras representativas em minha trajetória acadêmica deixo o meu profundo reconhecimento e o delocutivo – Obrigada!

Faço referência ao Jorge Barcelos pelas demonstrações de amizade, preocupação e companheirismo nos momentos de incertezas.

Dedico gratidão infinita a minha mãe, dona Nedi, quem me orientou no doutorado da vida e fez-me entender a natureza do termo mãe.

À minha filha, Ana Júlia, e marido, Dante Lotufo, sou grata pela compreensão nas ausências e pelo eterno carinho recebido.

À Nilsa Barin e ao Laurindo Dalpian, colegas de todas as horas, agradeço pela mão amiga sempre estendida em minha direção.

À Daniele Della Méa da Silva, pelo auxílio técnico, registro meu agradecimento.

Faço alusão especial aos dirigentes do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) pelo apoio e compreensão recebidos.

Minha gratidão a Deus por guiar a todos.

RESUMO

Nesta tese, propomo-nos a examinar a enunciação como atividade do discurso promotora da renovação da língua. O pressuposto apriorístico na composição de nossa proposição é o fato de que a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste permite que contemplemos os efeitos da enunciação sobre a língua, para além das marcas enunciativas no enunciado comumente abordadas em pesquisas na área. Alicerçados em tal fundamento, elegemos a noção de delocutividade, instituída no e pelo emprego dos signos, já travestidos de palavras, no intuito de resolver a problemática estabelecida: *De que forma a enunciação permite produzir língua?* A aplicação do modelo da delocutividade à língua toda, e não somente aos verbos conforme a proposição inicial, permite responder nossa indagação. Baseamo-nos na generalização dessa noção a fim de descrever os efeitos da enunciação sobre a língua de forma que ela - a noção delocutiva, funcione como uma proposta para o entendimento e viabilização de como esse processo se opera. Das análises realizadas, emerge a confirmação de nossa hipótese de que a enunciação cria a língua, ou ainda, a enunciação renova a língua na medida em que essa passa a ser resultante de uma atividade do discurso. Como reflexo dessa comprovação, pontuamos a necessidade de um repensar sobre noções teóricas, entendidas a princípio pelo viés da língua em âmbito saussuriano, um redimensionamento sobre o ensino de língua em dimensões diversas e colaborações epistemológicas originárias do próprio fazer científico. Nosso posicionamento sobre o processo de renovação da língua por intermédio do discurso não impede o modo corrente ou tradicional de conceber a formação de uma língua, mas sublinha a necessidade de se considerar a enunciação nesse processo, pois é nela e por ela que a língua se constitui e se transforma e é no e pelo movimento de retorno à língua, por meio da delocutividade, que essa atividade se operacionaliza e se revela.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse, nous nous proposons d'examiner l'énonciation comme une activité du discours promotrice de la rénovation de la langue. Le présupposé a priori dans la composition de notre proposition est le fait que la Théorie d'Énonciation d'Émile Benveniste, permet-elle qui nous contemplons les effets de l'énonciation sur la langue, au-delà des marques énonciative dans l'énoncé, habituellement abordées dans les recherches dans ce domaine. Basées dans tel fondement, nous élisons la notion de délocutivité établie dans et par l'emploi des signes, déjà travestis des mots, en vue de résoudre la problématique: *De quelle façon l'énonciation permet-elle produire la langue?* L'application du modèle de la délocutivité à l'ensemble de la langue et pas seulement pour les verbes, comme la proposition initiale, permet-elle répondre notre question. Nous nous basons sur la généralisation de cette notion pour décrire les effets de l'énonciation sur la langue de manière qu'elle – la notion délocutivé, fonctionne comme une proposition pour la compréhension et la viabilité de comme ce processus s'opère. Des analyses effectuées, émerge la confirmation de notre hypothèse selon laquelle l'énonciation crée la langue, ou encore, l'énonciation rénove la langue à mesure qu'elle devient la résultante d'activité du discours. Comme réflexe de cette preuve, nous soulignons la nécessité de repenser sur les notions théoriques, entendues au début par le biais de la langue dans le contexte saussurienne, un redimensionnement sur l'enseignement de la langue dans les différentes dimensions et collaborations épistémologique originaires du propre faire scientifique. Notre position sur le processus de rénovation de la langue à travers du discours, n'empêche pas la manière courante ou traditionnelle de concevoir la formation d'une langue, mais elle souligne la nécessité de considérer l'énonciation dans ce processus, car c'est dans et par elle que la langue se constitue et elle se transforme et c'est dans le et par le mouvement de retour à la langue, à travers de la délocutivité que cette activité se réalise et elle se révèle.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Inventário dos registros benvenistianos	43
QUADRO 2 – Para uma abordagem enunciativa do léxico	68
QUADRO 3 – Síntese esquemática do capítulo <i>Problemas semânticos de reconstrução ..</i>	81
QUADRO 4 – Síntese esquemática do capítulo <i>Eufemismos antigos e modernos</i>	83
QUADRO 5 – Síntese esquemática do capítulo <i>Dom e troca no vocabulário indo-europeu</i>	84
QUADRO 6 – Síntese esquemática do capítulo <i>A noção de “ritmo”</i>	85
QUADRO 7 – Síntese esquemática do capítulo <i>Civilização – contribuição à história da palavra</i>	86
QUADRO 8 – Síntese esquemática do capítulo <i>Difusão de um termo de cultura: o latim orarium</i>	88
QUADRO 9 – Síntese esquemática do capítulo <i>Gênese do termo “scientifique”</i>	89
QUADRO 10 – Síntese esquemática do capítulo <i>A blasfemia e a eufemia</i>	91
QUADRO 11 – Síntese esquemática do capítulo <i>Como se formou uma diferenciação lexical em francês</i>	93
QUADRO 12 – Síntese esquemática do capítulo <i>Dois modelos lingüísticos da cidade .</i>	94

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Elementos constitutivos das dimensões de significância da língua	28
---	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Índice Cronológico das Principais Publicações sobre Delocutividade	113
--	-----

SUMÁRIO

RESUMO	4
RÉSUMÉ	5
LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE ANEXOS	8
INTRODUÇÃO	11
1 OS FUNDAMENTOS DA TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE .	18
1.1 A teoria da Enunciação: o delinear de fronteiras	18
1.2 Conceitos norteadores: a palavra e a frase	28
1.2.1 A palavra na enunciação benvenistiana	29
1.2.2 A frase pelo modo semântico de ser língua	32
1.3 A sintagmação: por onde iremos	35
1.3.1 Um aparelho para os desdobramentos da língua em discurso	36
2 DELOCUTIVIDADE: DA ENUNCIÇÃO PARA A LÍNGUA	38
2.1 A delocutividade proposta por Benveniste	39
2.1.1 Críticas à delocutividade benvenistiana	44
2.2 A noção de delocutividade no contexto brasileiro	54
2.3 Articulação entre os fundamentos da teoria enunciativa benvenistiana e a noção de delocutividade	57
2.3.1 A delocutividade e as dimensões semiótica e semântica da língua	58
2.3.2 A forma e o sentido na delocutividade	60
2.3.3 Delocutividade e Enunciação	63
2.4 Delocutividade: princípios para definição	64

3 PRINCÍPIOS PARA O TRATAMENTO ENUNCIATIVO DO LÉXICO NAS OBRAS PLG I e PLG II	66
3.1 Para uma abordagem enunciativa do léxico	66
3.1.1 O <i>corpus</i>	69
3.1.2 O léxico em/do discurso	71
4 A DELOCUTIVIDADE NO TRATAMENTO DO LÉXICO EM PLG I e PLG II	73
4.1 Léxico, significação e cultura no PLG I	73
4.1.1 Problemas semânticos da reconstrução	74
4.1.2 Eufemismos antigos e modernos	82
4.1.3 Dom e troca no vocabulário indo-europeu	83
4.1.4 A noção de “ritmo” na sua expressão lingüística	84
4.1.5 Civilização – contribuição à história da palavra	85
4.2 Léxico, significação e Cultura no PLG II	86
4.2.1 Difusão de um termo de cultura: o latim <i>orarium</i>	87
4.2.2 Gênese do termo “scientificque”	88
4.2.3 A blasfemia e a eufemia	89
4.2.4 Como se formou uma diferenciação lexical em francês	91
4.2.5 Dois modelos lingüísticos da cidade	93
4.3 Léxico, forma e sentido em enunciação benvenistiana	94
5 IMPLICAÇÕES LINGÜÍSTICAS EM SE CONSIDERAR A RENOVAÇÃO DA LÍNGUA ATRELADA A ATIVIDADES DO DISCURSO	97
5.1 Implicações para a análise de fenômenos lingüísticos	97
5.2 Implicações aplicadas	99
5.3 Implicações epistemológicas	100
5.4 Para concluir	101
REFERÊNCIAS	107
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

É compartilhado pela maioria dos estudiosos da linguagem contemporâneos o fato de que as reflexões oriundas das aulas de linguística geral ministradas pelo mestre genebrino, Ferdinand de Saussure, e registradas na obra *Curso de lingüística geral*, permitiram emergir uma inovadora forma para o tratamento dispensado à linguagem até então. Sem desconsiderar os avanços teóricos oriundos de abordagens tradicionais, nem colocá-los num passado distante ou em segundo plano, entendemos que a base teórica dos atuais conhecimentos sobre a linguagem está alicerçada no conjunto de informações adquiridas a partir da multiplicidade de abordagens sobre os problemas da linguagem e que a proposta saussuriana não só abriu um espaço privilegiado no tratamento da linguagem, como permitiu, com seus preceitos, que se edificassem novos rumos nessa área de estudo. Com esse intuito, é que nos propomos, nesta tese, a lidar com a linguagem.

A fim de dar continuidade aos estudos sobre a linguagem, no sentido de especializá-los, nossa proposição, embora considere os estudos da linguística da língua, na concepção saussuriana do termo, guia-se pelo estudo dos fenômenos linguísticos a partir do uso que se faz deles, ou seja, procura examinar a linguagem no e pelo processo de sua realização e, por isso, em mediação com o homem que enuncia. Investigamos, assim, a enunciação do sujeito que enuncia e, através de seu ato, insere-se na língua, coloca-a em funcionamento e deixa marcas em seu ato de enunciar. Faz-se necessário, então, definir a que princípios teóricos nos agregamos na busca por um saber sobre a língua marcada pela enunciação.

Para isso, elegemos a teoria enunciativa de Émile Benveniste,¹ porque a articulação

¹ Flores e Teixeira (2005) propõem a organização de uma Linguística da Enunciação centrada na unicidade referencial da expressão, salientando que as diversas teorias que compõem essa Linguística comportam estudos sobre as relações entre linguagem em uso e sujeito. A Teoria da Enunciação benvenistiana, como não poderia deixar de ser, já que o nome de Benveniste é sempre referenciado quando se trata do que se convencionou chamar de enunciação, recebe tratamento privilegiado nas reflexões registradas pelos autores.

língua/discurso, decorrente de sua proposta, contempla a descrição da língua em uso e isso fornece o referencial teórico necessário para subsidiar nossas indagações. Nossa opção teórica deve-se ao fato de reconhecermos a legitimidade dos avanços dos estudos benvenistianos para a construção de uma teoria semântica sobre o fato enunciativo. Consideramos pertinente tratar da inclusão do sujeito na língua pelo viés de sua teoria enunciativa, além de entendermos que sua proposta sobre a linguagem carrega subjacentemente a linguística saussuriana, o que permite a não ruptura com o pensamento linguístico anterior, já que o expande e, ao mesmo tempo, enraíza uma nova linguística - a da enunciação.

Embora a pesquisa na área da Linguística da Enunciação não seja recente, pois podemos fazer referência a Charles Bally² como um dos primeiros teóricos a se preocupar com a enunciação, os estudos enunciativos, especificamente os trabalhos desenvolvidos pelo seu principal representante - Benveniste, permaneceram ofuscados por longa data, provavelmente devido à euforia causada pela juventude do estruturalismo, que vivia um apogeu em sua história, ou ainda, pela incompreensão, na época, da inserção, no centro dos estudos da linguagem, do que, até então, era considerado anterior ou exterior a ela – o sujeito. Nas pesquisas linguísticas atuais, os avanços oriundos da proposta enunciativa benvenistiana são evidentes;³ o lugar de Émile Benveniste foi restabelecido com a devida deferência que lhe fora negada no passado.

Inserimo-nos no contexto de retomada dos estudos enunciativos benvenistianos, com a inovação do enfoque teórico-prático a que nos propomos realizar e cremos ser o processo de formação da língua um tema que carece de uma via própria de leitura pela ótica dos estudos enunciativos. Dessa intersecção, nasce nossa proposta de analisar e/ou descrever a renovação da língua pelo viés da enunciação, ou ainda, de responder à questão: *de que forma a enunciação permite produzir língua?*

Pressupomos que essa perspectiva de estudo permite evidenciar processos semânticos de *construção* e *reconstrução* linguística até então negligenciados nos estudos da linguagem e pertinentes como elementos definidores de significação. Nossas indagações relativas à

² Discípulo de Saussure e criador da nova estilística, autor, dentre outras obras, do *Traité de Stylistique Française*, publicado em 1909, além da participação na célebre obra *Curso de Lingüística Geral*, em 1916.

³ Em agosto de 2004, ocorreu, na PUCRS, o I Colóquio *Leituras de Émile Benveniste* (evento que reuniu pesquisadores de diversas Instituições do Rio Grande do Sul, com o propósito de *aprofundar os estudos em torno da obra de Benveniste*); certamente serão muitas as repercussões oriundas daquele momento, mas, como consequência imediata, pode-se considerar que essa primeira edição do Colóquio registrou a amplitude das pesquisas realizadas, nos círculos acadêmicos, na área da Linguística da Enunciação.

linguagem conferem à noção de significação⁴ a condição para a análise linguística, ou seja, é pelo viés da significação que o processo analítico se desencadeia. Entendemos que o enfoque enunciativo sobre a construção da língua define novas significações. Valida-se, então, esta pesquisa por clarear a ofuscada compreensão a respeito da formação de elementos da língua via atividades do discurso.

Como já referimos, filiamo-nos ao paradigma enunciativo estabelecido por Émile Benveniste o que nos possibilita considerar o processo de transfiguração do signo (semiótico) à palavra (semântico), ou da palavra ao signo, realizado sintagmaticamente e manifestado pela observação da inclusão do sujeito na língua, como o promotor da significação da língua em discurso. Isso permite, em nossa opinião, ultrapassar significações próprias da língua e promover a análise da construção de língua a partir do uso.

Objetivamos, portanto, elaborar uma proposta de análise enunciativa para a formação da língua e, para subsidiar a elaboração de tal proposta, selecionamos a noção de delocutividade, oriunda do artigo *Os verbos delocutivos*, proposta por Émile Benveniste, em 1958, como um mecanismo geral e pertinente à elaboração de nossa abordagem.

À guisa de esclarecimento do que queremos formular nesta tese, cabe ainda uma precisão terminológica. No parágrafo anterior, foi dito que objetivamos desenvolver uma proposta de análise da formação da língua, com base nos princípios enunciativos da teoria benvenistiana. Isso posto, vale indagar: o que se busca realmente circunscrever com a expressão ainda um tanto vaga “formação da língua”? E ainda: em que medida pode ser aqui entendida a afirmação – apenas subjacente, sabemos – segundo a qual o uso da língua é um elemento que concorre para a construção, no sentido estrutural do termo, dela mesma? Expliquemo-nos.

Quando o que está em foco, nos debates linguísticos, é a tentativa de compreender como a língua se renova – processo esse que pode receber diferentes nomeações, em distintos quadros teóricos,⁵ há certo consenso em torno do fato de que a língua se atualiza no uso que dela é feito. Desse princípio, também não nos distanciamos. No entanto, nosso intuito de

⁴ Apesar do interesse que o homem sempre manifestou pela linguagem, desvendar questões pertinentes a esse estudo não é tarefa pacífica, pois permeia as diferentes concepções que abordam o tema a noção de significação, para a qual ora os interesses se voltam, ora mantêm-se num segundo plano ou, até mesmo, tal noção é totalmente marginalizada nos estudos linguísticos. Para uma abordagem crítica do assunto, consultar *La quadrature du sens*, sob a organização de Claudine Normand, em 1990.

⁵ Apenas para exemplificar: no quadro da teoria lexical de inspiração gerativista, o que estamos chamando de “renovação da língua” poderia muito bem estar abrigada na noção de produtividade lexical (cf. Aronoff 1976); no quadro de uma teoria que vise a aspectos da linguagem no contexto social fala-se em variação e mudança linguística (cf. Labov 1972); no quadro de uma teoria funcionalista, encontramos o aspecto “renovador” nos processos de gramaticalização (cf. Neves, 1997).

pesquisa, inspirados em Benveniste, é outro: queremos saber como o uso cria a língua. E, ainda mais: como o uso, entendido como *o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização* (cf. BENVENISTE, 1989, p. 82), cria as condições para que a língua se renove.

Em termos enunciativos, esse raciocínio poderia ser apresentado da seguinte maneira: se é lícito considerar que, na perspectiva benvenistiana, a língua só é língua porque é enunciada, antes disso ela é, como diria o próprio autor, apenas *possibilidade de língua*, então não seria equivocado crer que a enunciação integra o conceito de língua, proposto por Benveniste. Nesse caso, interessa-nos fazer o caminho inverso ao que comumente é feito nos estudos de enunciação: não se trata de estudar as marcas da enunciação no enunciado, como se costuma dizer na bibliografia da área, mas de ver que o uso singular da língua produz efeito sobre ela e um deles, sem dúvida, é o de renová-la constantemente.

Ora, Émile Benveniste é, normalmente, visto como o linguista que abriu a linguística estrutural ao uso. Tal abertura recebeu diferentes formulações no decorrer da teoria do autor: a oposição pessoa/não-pessoa, a dicotomia discurso/história, a distinção semiótico/semântico e, principalmente, aquela que viria a ser a síntese de seu projeto: *o aparelho formal da enunciação*. No entanto, é menos comum investigar como Benveniste pensou o efeito da enunciação sobre a própria língua.

Um dos vieses desse efeito está delineado no texto acima referido, *Os verbos delocutivos*. Como veremos (cf. Cap. 2, *Infra*), neste texto, Benveniste propõe um modelo de entendimento da renovação da língua que a enunciação opera.

Eis, portanto, uma outra face de nossa tese: apresentar o modelo da delocutividade desenvolvido por Benveniste como um modelo generalizável que permite explicar e descrever os efeitos da enunciação no processo de renovação da língua.

Assim, por apreço ao esclarecimento das coisas, vale destacar: a tese que aqui inicia assenta-se, primeiramente, sobre dois princípios:

- a) se é verdade que a língua precisa ser enunciada para ser vista como tal, não é menos verdade que a enunciação é responsável, ao menos em parte, pela organização dessa língua e, até mesmo, pela sua renovação;
- b) o modelo da delocutividade, proposto por Benveniste para o estudo dos verbos, é potencialmente generalizável de forma a servir de modelo explicativo e descritivo dos efeitos da enunciação sobre o processo de renovação da língua.

Admitidos os princípios anteriores, um terceiro se impõe:

- c) a delocutividade é um processo que se estende à língua - a todos os seus componentes

(fonológico, sintático, morfológico, lexical, etc.).

Evidentemente, assim como está posta, a tese carece ainda de maior refinamento, uma vez que se impõe o recorte. Em outras palavras: como pretendemos mostrar a pertinência dos três princípios para a análise empreendida, segundo a qual a enunciação cria a língua? Faremos um recorte inspirados pelo próprio Benveniste, qual seja, abordaremos a renovação lexical na sua relação com a enunciação.

A partir da noção delocutiva, estabelecemos que a renovação⁶ lexical de uma língua, quando considerada pela dimensão semântico/enunciativa, passa a estar atrelada a uma atividade do discurso. Da articulação dos elementos implicados na singularidade enunciativa de um ato com as unidades léxicas que compõem uma língua, surge nosso viés de análise linguística cuja realização torna-se viável pela noção de delocutividade à qual nos filiamos. Assim, instituímos teoricamente uma forma para análise descritiva da formação da língua – nossa proposta de renovação da língua pelo viés da enunciação.

Disso resulta a formulação do procedimento de análise:

a) a delocutividade, tomada como um modelo geral de renovação da língua pela enunciação, será examinada ao nível da organização lexical da língua.

A máxima saussuriana que afirma ser o ponto de vista o criador do objeto,⁷ ou seja, a partir do lugar teórico em que nos inserimos, definimos os fatos linguísticos a serem descritos, permitiu-nos buscar, na própria obra benvenistiana, um espaço para análise dos fatos linguísticos, por ocasião do tratamento que o autor dispensou às unidades léxicas. O intuito foi saber como Émile Benveniste concebeu o léxico em suas análises, nas obras *Problemas de Linguística Geral I e II*, e, assim, ao examinarmos as considerações benvenistianas sobre o léxico, evidenciarmos como a enunciação produz língua.

Definem-se, assim, finalmente, os dados para a análise:

b) a hipótese de que a enunciação cria a língua, ou seja, de que os efeitos da enunciação na estrutura da língua contribuem para renová-la, será examinada nos próprios textos de Benveniste, escritos com o intuito de estudar o componente lexical das línguas. Em outras palavras: nossos dados de análise são as análises de Benveniste.

⁶ Como se pode notar, utilizamos a expressão “renovação”, cientes da precariedade que o termo encerra, para denominar o que estamos chamando de *efeitos da enunciação na língua*. Com isso queremos marcar, ao menos, duas atitudes: a) distanciamento de teorias outras que estudam a criação na língua (seja ela lexical, ou não); b) a aproximação a um campo teórico, o enunciativo, que considera que o sujeito, ao enunciar, produz efeitos na própria estrutura da língua, efeitos esses aqui nomeados pela palavra *renovação*. Na teoria enunciativa, não seria estranho dizer que o sujeito renova a língua a cada vez que a enuncia.

⁷ No capítulo III, do *Curso de linguística geral*, encontra-se uma proposta de definição de língua como objeto de estudo da linguística. Na abertura dessa discussão, a noção de que “é o ponto de vista que cria o objeto” é estabelecida (SAUSSURE, 1974).

Não podemos negar que, da forma como encaminhamos este estudo, decorre uma espécie de hipótese de leitura da obra benvenistiana: suas análises de fatos da língua contêm, todas e cada uma, a seu modo, os princípios gerais que o permitem ter uma visão ímpar da linguagem.

Configura-se, dessa forma, o conjunto de nossa proposta de análise da linguagem pelo viés da semântica enunciativa, de Émile Benveniste, e, a fim de explicitarmos o percurso para essa realização, elencamos, a seguir, a macroestrutura gerada com o intuito de dar conta do que objetivamos.

No primeiro capítulo, evidenciamos o percurso teórico adotado para provar que a enunciação pode produzir língua. O trânsito entre as fronteiras língua/discurso, definições para o que se pode chamar de *palavra*, *frase* e *sintagmação*, na proposta enunciativa, de Émile Benveniste, e a trajetória eleita para o estudo dos desdobramentos da língua em discurso são noções registradas neste capítulo. Trata-se, pois, de um espaço de delimitação teórica sobre a investigação em análise linguística enunciativa benvenistiana.

No capítulo dois, registramos a noção delocutiva proposta no texto fundador “Os verbos delocutivos”, de 1958, de Émile Benveniste, assinalamos críticas dirigidas à noção delocutiva e proporcionamos uma articulação entre os fundamentos da teoria enunciativa de Benveniste e a concepção de delocutividade. Ainda, esse capítulo serve como sustentação empírica para a constatação de que o próprio autor predizia, através da noção delocutiva, que a produção da língua pode ocorrer por meio da enunciação. Definimos o percurso enunciação/língua da seguinte forma (em que ➡ significa “produz por delocutividade”).

Enunciação ➡ Língua

Os princípios metodológicos para promover a análise de formações léxicas, por meio de uma abordagem enunciativa que considere o processo da delocutividade no movimento do discurso para a língua, estão descritos no capítulo três.

O tratamento que o léxico recebe nos estudos benvenistianos, registrados nas obras *Problemas de lingüística geral I e II*, é apresentado no capítulo quatro. O intuito, na construção desse tópico, foi definir como Benveniste aborda o léxico em relação à enunciação e, assim, estabelecer a importância de questões lexicais nos estudos enunciativos, a partir do movimento enunciação/língua, considerado renovador do sistema linguístico, segundo nossa concepção.

No capítulo cinco, expomos implicações linguísticas por considerarmos a renovação

da língua atrelada a atividades do discurso e, com isso, finalizamos nossas reflexões em torno desta tese. As discussões partem de implicações teóricas, seguem com possibilidades de aplicação e questões epistemológicas ligadas ao fato de se considerar a renovação da língua como um efeito da enunciação sobre ela. Para encerrar, registramos as considerações finais que emergem do recorte teórico-prático a que nos propusemos.

Para fins de sistematização, resumimos a disposição organizacional desta tese da seguinte forma: primeiramente, esboçamos os fundamentos da Teoria da Enunciação benvenistiana e delineamos um percurso teórico pertinente ao estudo da palavra pelo viés da enunciação; em seguida, no capítulo dois, apresentamos a conceituação de delocutividade, proposta pelo próprio Émile Benveniste, reveladora do processo criativo da língua via enunciação e, no capítulo três, descrevemos os princípios metodológicos para a execução de nossa proposição. Efetuamos o exame das análises que Émile Benveniste promove sobre o léxico no quarto capítulo. No quinto e último momento, encerramos nossa trajetória, ao apontarmos as consequências linguísticas oriundas da adoção de nossa proposição.

1 OS FUNDAMENTOS DA TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE

Como nos propomos a realizar um estudo sobre a renovação da língua pelo viés da enunciação, proposta por Émile Benveniste, cabe estabelecer uma base teórica que dê suporte a nossa proposição. Com este capítulo, estruturado em três seções, pretendemos refletir sobre questões fundamentais para compreensão da enunciação benvenistiana e, com isso, delimitarmos o viés teórico necessário para a realização desta pesquisa. A fim de realizarmos nosso recorte teórico, elegemos, na primeira seção (cf. 1.1), noções fundamentais oriundas das obras *Problemas de Lingüística Geral I e II*,⁸ de Émile Benveniste: fundamentos da teoria enunciativa benvenistiana, que permitem delinear nossa percepção sobre o signo linguístico⁹ e, assim, dar início à base teórica, para discutirmos questões relativas à enunciação e ligadas, pelo viés do signo saussuriano, à língua; na segunda (cf. 1.2), trazemos uma proposta de significação para os termos *palavra e frase*, na perspectiva enunciativa de Benveniste, e, por fim, encerramos esse capítulo com a noção de *sintagmação*,¹⁰ que contempla um instrumento de conversão da língua em discurso (cf. 1.3).

1.1 A teoria da Enunciação: o delinear de fronteiras

A observação da trajetória intelectual de Émile Benveniste revela que seu pensamento não repousa sobre um único fato. Suas reflexões sobre a necessidade de tratar *o homem na*

⁸ Doravante os registros PLG I e PLG II fazem referências às obras *Problemas de Lingüística Geral I e Problemas de Lingüística Geral II*, de Émile Benveniste.

⁹ Recorremos de imediato à noção de signo linguístico saussuriano, por ter sido ela retomada por Benveniste (1989) para definir a significação no âmbito do estudo da língua e por ela significar um ponto a ser transposto para a concretização da análise da língua em uso.

¹⁰ O termo sintagmação encontra-se, também, registrado como sintagmatização, portanto, aponta-se a flutuação terminológica para essa noção.

língua conferem-lhe o título de *linguista da enunciação*, sendo a teoria comumente chamada de Enunciação a ele creditada; entretanto, a diversidade de seus interesses pode conferir-lhe também o rótulo de multifacetado,¹¹ já que seus estudos não se resumem ao que se convencionou denominar Teoria da Enunciação. Normand (1997) aponta três possibilidades de leitura da obra de Benveniste, considerando a diversidade de interesses encontrada na interpretação de seus textos. Propõe, em primeiro lugar, uma leitura comparativista, com espaço privilegiado para os estudos voltados ao indo-europeu, englobando estudos filológicos e de línguas clássicas; reconhece, ainda, uma interpretação estruturalista que comporta o olhar benvenistiano sobre noções fundamentais oriundas da linguística moderna, sendo os nomes de Saussure, Bloomfield e Harris e das noções de signo, estrutura e níveis linguísticos os representantes desse olhar na obra benvenistiana; e, por fim, a leitura do que se convencionou chamar de Teoria da Enunciação. Com as reflexões sobre a enunciação, preocupou-se em desenvolver uma teoria sobre o sentido, fundadora de um novo paradigma no tratamento da língua/linguagem, de modo que Dessons (2006) atribui a ele, Benveniste, a designação de “o homem dos fundamentos” - o mesmo dizer que ele, linguista de enunciação, proferiu, reportando-se a Saussure: “Saussure é em primeiro lugar e sempre o homem dos fundamentos” (BENVENISTE, 1995, p. 35). A pluralidade do vocábulo “fundamentos” autoriza definir múltiplas qualidades para o pensamento benvenistiano, ao mesmo tempo em que permite buscar, em seus estudos, um ponto de convergência de seu pensamento que se revelou original e culminou com sua proposta sobre as relações entre o homem e a língua. Em síntese, a percepção de Normand (1997) sobre a obra benvenistiana não só permite uma visualização sintética e objetiva do pensamento linguístico do autor, como fornece subsídios para a reflexão sobre a recepção de Benveniste na linguística contemporânea, pois se evidenciam os interesses diversos do autor que transita, com propriedade, pelo comparativismo pré-saussuriano, pela proposta estruturalista e pela Teoria da Enunciação por ele edificada.

Observada a trajetória do pensamento de Émile Benveniste, poderíamos entender uma filiação intelectual situada em muitos dos seus estudos; entretanto, concordamos com Dessons (2006) sobre a questão de a significação ser o componente maior da filiação intelectual de Benveniste e podemos, sem hesitação, encontrar, na teoria saussuriana, uma das bases para a

¹¹ Dentre os estudos realizados por Benveniste, evidencia-se, também, seu interesse por áreas como a Filosofia (artigo *A filosofia analítica e a linguagem*, de 1963), a Psicanálise (artigo *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*, de 1956), e a Sociologia (artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, de 1968), de forma que suas considerações teóricas entrelaçam áreas de conhecimento distintas em torno de uma proposta de constituição do sujeito. A esse respeito, o próprio Benveniste (1968, p. 38) aponta para a constituição de “uma grande antropologia (no sentido de “ciência geral do homem”)”.

edificação da proposta enunciativa benvenistiana, de modo que, adequadamente, Authier-Revuz (1998, p. 16) o intitula um *neoestruturalista*. O próprio Benveniste (1995) não se furta à declaração de que “não há um só lingüista hoje que não lhe deva algo” (p. 34), referindo-se a Saussure. É evidente que, dada à atuação de Benveniste na academia¹² e aos estudos aos quais se dedicou, como a grandiosa colaboração sobre as línguas indo-europeias, não podemos creditar, somente a Saussure, a dimensão das reflexões oriundas do pensamento benvenistiano, mas podemos resgatar, do construto teórico saussuriano, noções que, muitas vezes subvertidas, não lhe dissociam das considerações do mestre de Genebra. Normand (1996) aponta para o fato de Benveniste ser um continuador de Saussure para ultrapassá-lo, na medida em que ele não se desfez de noções saussurianas (significado/significante; signo; estrutura etc), mantendo-se fiel a ideia de que “na língua só existem diferenças” (SAUSSURE, 1974, p. 139). Entretanto, ao tratar a significação, estabelece a inclusão do sujeito e do referente, desencadeando uma significância diferenciada no tratamento da língua, denominada dimensão semântica. A proposta de que Benveniste é um continuador de Saussure confirma a descendência de seu pensamento, e a de ultrapassagem conduz para a organização de uma ciência dos sistemas de signos cuja necessidade de formação, conforme Normand (1996), já havia sido esboçada no *Curso de lingüística geral*. O fato de apontarmos uma filiação intelectual em nada afeta a originalidade da proposta de Benveniste, apenas sinaliza o contexto inicial dos estudos e enfatiza a base de onde emergiu um novo e original horizonte teórico – o da enunciação.

Alguns registros do PLG I e II comprovam a forte referência a Ferdinand de Saussure e ao estruturalismo, mesmo que, em alguns momentos, de forma crítica. Os artigos da primeira seção, *Transformações da lingüística*, do PLG I, 1. *Tendências recentes em lingüística geral* (1954), 2. *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística* (1963a) e 3. *Saussure após meio século* (1963b) e os artigos, do PLG II, 1. *Estruturalismo e lingüística* (1968a) e 2. *Esta linguagem que faz a história* (1968b), versam sobre a história da linguística moderna, notadamente no que se refere ao signo e à língua sob a inspiração do *Curso de lingüística geral*. Entretanto, a marca saussuriana não se resume a isso, permanecendo, em noções basilares da Teoria da Enunciação, concepções como estrutura¹³ e

¹² Conforme Dessons (2006), Benveniste substituiu Antoine Meillet, na *École Pratique des Hautes Études*, em 1927, onde lecionou gramática comparada das línguas indo-europeias e o iraniano, até 1969.

¹³ Considerada, por Benveniste (1995, p. 9), “um dos termos essenciais da lingüística moderna”, a noção de estrutura é mantida na Teoria da Enunciação, na medida em que ocorre a articulação entre o sujeito e a estrutura, sendo esta entendida como “o arranjo de um todo em partes e a solidariedade demonstrada entre as partes do todo, que se condicionam mutuamente”.

sincronia,¹⁴ oriundas das ideias de Saussure. Benveniste não hesita em se mostrar filiado à teoria de Saussure, ao mesmo tempo em que se revela um homem de ideias próprias sobre a linguagem, ou seja, revela-se um pesquisador revolucionário e independente, na medida em que migra, de forma pertinente, concepções estruturalistas da língua para os estudos da língua em uso; constrói, assim, seu próprio horizonte teórico, assumindo todas as reservas que esse novo paradigma sobre a linguagem, fundado sobre as bases estruturalistas, possa trazer.

A fim de delinear as reflexões que nos conduzem, iniciamos¹⁵ com a observação da proposta de delimitação do lugar da língua entre os sistemas de signos, feita por Benveniste, no artigo *A semiologia da língua*, de 1969, da seção *A comunicação*, – PLG II. Benveniste parte das teorias de Charles S. Peirce e Ferdinand de Saussure cujos construtos teóricos permitiram edificar diferentes ciências dos signos. Na teoria peirciana, não encontra resposta para seu questionamento, pois, segundo Benveniste, a língua, para Peirce, reduz-se às palavras, igualadas aos signos, e esses são colocados na base do universo inteiro. Para que a teoria permitisse a construção de uma semiologia da língua como sistema, seria necessário que todos os signos não pertencessem a um único sistema e que se constituíssem vários sistemas de signos, com a explicitação de relações de diferenças e analogias entre eles. Para Benveniste, é necessário, então, que o signo seja compreendido em um sistema de signos e não em um sistema único, pois é essa a condição da significância. Adverte Benveniste que Peirce jamais se interessou pelo funcionamento mesmo da língua, nem sequer prestou atenção a ele e que sua teoria não contribui para a construção de uma semiologia da língua como sistema, pois não serve como aparato classificatório ou distintivo de signos.

Na posição inversa à de Peirce e ao encontro do pensamento de Benveniste, Saussure toma a língua como objeto de estudo e assume para a linguística a tripla tarefa de 1) *descrever sincronicamente e diacronicamente todas as línguas conhecidas*; 2) *depreender as leis gerais que operam nas línguas*; 3) *delimitar-se e definir-se a si mesma* (p. 45). Conforme Benveniste, a terceira tarefa anula as duas primeiras, porque as contém e é considerada a grande novidade do programa saussuriano, já que propõe um *conhecer-se, descobrindo seu objeto*.

¹⁴ Da visão dicotômica - sincronia/diacronia, proposta no *Curso de linguística geral*, Benveniste, com os estudos enunciativos, elege, na análise linguística, o sujeito no *presente de sua fala*. Segue, então, a sincronia do quadro estruturalista de análise da língua.

¹⁵ Flores (2001), Flores e Teixeira (2005) e Lichtenberg (2006), dentre outros, confirmam que a concepção de intersubjetividade, em enunciação benvenistiana, perpassa sua obra de modo que, em qualquer texto de sua autoria, encontra-se subjacente ou não, essa concepção, constituindo-se, portanto, um a priori na leitura de sua proposta. Isso permite que se possa entrar na teoria benvenistiana por qualquer tema que tenha sido objeto de seu estudo.

Para Saussure,¹⁶ a língua é “um sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (CLG, p. 34). Os sistemas de signos constituem o cotidiano da sociedade e do indivíduo (signos da linguagem, reguladores, de cortesia, exteriores, dos cultos, monetários, das artes, etc.) de forma que nossa vida está presa em redes de signos. A propriedade de significar ou significância e sua composição em (unidades) signos é comum a todos os sistemas e também é o critério que une os sistemas de signos à semiologia.

Em meio aos sistemas de signos como o de sinais do tráfego rodoviário, o da música, ou o sistema das artes plásticas (todos não linguísticos), a língua ocupa um lugar particular, por ser o interpretante de todos os outros sistemas, visto que toda a semiologia de um sistema não linguístico vai ser dependente da interpretação da língua; a própria existência do sistema está na semiologia da língua, sendo, portanto, a língua o interpretante, por excelência, de todos os sistemas linguísticos e não linguísticos.

O fato de a língua ser o interpretante de todo sistema significante deve-se, segundo Benveniste, à singularidade da existência de uma dupla significância, ou seja, na língua combinam-se dois modos distintos de significância: o semiótico e o semântico.

O único sistema em que a significação se articula em duas dimensões é a língua (significância dos signos e significância da enunciação). A teoria saussuriana de signo linguístico serve de base para o que Benveniste denomina de semiótico, no entanto, para o domínio semântico o autor salienta que *precisará de um aparelho novo de conceitos e de definições*.¹⁷ É sobre essa nova dimensão de significância, a do discurso,¹⁸ que se edifica a linguística da enunciação.

Portanto, no âmbito do *semiótico*, ficam os signos que, como propriedades da língua, significam, tendo cada um uma denotação conceitual e uma constituição formal do significante (noção de signo saussuriana). A ordem da *semântica* resulta de um colocar a

¹⁶ Conforme já referimos, os capítulos 1, 2 e 3, do *Problemas de lingüística geral I*, e os capítulos 1 e 2, do *Problemas de lingüística geral II*, explicitam a leitura que Benveniste faz da proposição saussuriana. Neles encontramos, também, a disposição benvenistiana em *ultrapassar noções saussurianas*.

¹⁷ Em 1970, Benveniste propõe o artigo *O aparelho formal da enunciação*. Nele o autor estabelece um quadro formal para análise do emprego da língua. Ao que parece, Benveniste, em 1969, registra a necessidade de um aparelho novo de conceitos e de definições para o modo semântico de significância da língua e propõe esse aparelho no ano seguinte, embora sua percepção sobre as dimensões semiótica e semântica da língua já estivesse presente em artigos publicados anteriormente a essa data, vale lembrar os textos *Os níveis de análise lingüística*, de 1964 e *Os verbos delocutivos*, de 1958.

¹⁸ Diante da polissemia do termo discurso, seguimos o pensamento de Dessons (2006), para quem o termo discurso, em Teoria da Enunciação, é considerado o termo maior, ou seja, situa-se na enunciação, assim como a fala estabelece-se no enunciado, e é um prolongamento do movimento de conceituação iniciado por Saussure, pois, ao contrário da ideia de que o discurso estaria ausente no *Curso*, crê-se na real preocupação saussuriana sobre o fato, por ocasião da proposta dicotômica entre língua e fala.

língua em ação (através do locutor), ou seja, são os signos materializados em palavras, com significações intencionadas, produzidas pela colocação dessas palavras no sintagma. Segundo Benveniste, nesse processo de sintagmação¹⁹ das palavras, cada uma mantém apenas uma pequena parte de seu valor enquanto signo.

Evidenciamos, por fim, o fato de ser necessário transpor a noção saussuriana de signo, delineada no âmbito semiótico, e, por meio da ordem semântica de significância da língua, já na dimensão do discurso, precisar as significações oriundas do ato de enunciar. É, pois, o sistema semântico, resultante da língua em discurso, o eleito, por nossa via de leitura, como base teórica que promoverá respostas as nossas preocupações relativas à significância da língua.

Ao assumirmos a análise do sistema da língua pelo viés da teoria da enunciação, proposta por Benveniste, é interessante observar a articulação entre a dimensão semiótica – língua e a dimensão semântica – língua em discurso, o que propomos evidenciar a seguir, via percepção da noção de níveis de análise linguística, em Teoria da Enunciação.

Por meio do artigo, de 1964, *Os níveis de análise linguística*, de Émile Benveniste, é possível depreender que a análise da língua exige a noção de *nível*, ou seja, é via conhecimento dos níveis de análise da língua que será possível (re)conhecer a edificação própria de cada parte que compõe o todo da língua. Segundo o autor, é preciso delimitar os elementos linguísticos via relações que os unem, até que, em porções cada vez mais reduzidas (segmentação), chegamos aos elementos não decomponíveis. Nesse momento, é possível identificar esses elementos por meio das substituições que eles admitem. Como exemplo, o signo “lema”²⁰ pode ser segmentado em [l] - [e] - [m] - [a], podendo sofrer substituições do tipo [t] em vez de [l] (tema); [i] em vez de [e] (lima); [ɲ] em vez de [m] (lenha); [e] em vez de [a] (leme). Essa aplicação permite identificar os substitutos possíveis para cada um dos elementos, como, por exemplo, o [l] em [lema] pode ser substituído por [t, s, ʃ, ʒ] (tema, sema, rema, gema), sendo, portanto, por meio das relações sintagmáticas (segmentação *in praesentia*) e paradigmáticas (substituição *in absentia*), realizada a análise da língua.

Benveniste propõe, então, a noção de *merisma* que seria, justamente, o traço distintivo do fonema. O merisma caracteriza-se por admitir substituição, mas não segmentação, como em [t] que permite identificar traços distintivos como dental, alveolar, oclusiva e desvozeada, mas nenhum desses traços pode se realizar fora da articulação fonética em que se encontra.

¹⁹ Na seção 1.3 deste capítulo, nossa compreensão de sintagmação será devidamente detalhada.

²⁰ O exemplo citado é de nossa autoria, assim como todos os itens que ilustram os níveis merismático e fonemático.

Esses traços podem ser substituídos por outros traços, entretanto nenhum deles pode ser segmentado por si mesmo. O nível merismático é, na concepção benvenistiana, o dos traços distintivos e o fonemático, o das entidades segmentáveis - o fonema.

Chega-se, então, a um nível superior de análise linguística, a saber, o signo, delimitado pelo sentido, o que é considerado condição fundamental de todas as unidades de todos os níveis “... é preferível reconhecer francamente que ele (o sentido) é condição indispensável da análise linguística” (1995, p. 131). Do fonema, passa-se, então, ao signo que “praticamente”²¹ coincidirá com a *palavra*. Essa tem a posição de mediadora entre o nível inferior (unidades fonemáticas) e o nível superior (frase). Como bem diz Benveniste (1995, p. 132):

A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma. A palavra pode assim definir-se como a menor unidade significante livre susceptível de efetuar uma frase, e de ser ela mesma efetuada por fonemas.

O fato de a linguagem ser articulada em diferentes níveis - merisma, signo e frase - coloca o signo numa posição central, de forma que, se associarmos esse processo descendente e ascendente às noções de forma e sentido, a forma seria a possibilidade de dissociarmos uma unidade linguística em constituintes de nível inferior e o sentido define-se como “a sua (unidade linguística) capacidade de integrar uma unidade de nível superior” (1995, p. 136), sendo a frase considerada esse nível, por não poder ser empregada como função integrante de outro tipo de unidade. Constituíram-se, então, duas espécies de relação entre as unidades linguísticas: as distribucionais - resultantes das articulações entre elementos de mesmo nível - e as integrativas que definem as relações com elementos de níveis diferentes. O signo integra a frase (relações integrativas), ao mesmo tempo em que é constituído por elementos de mesmo nível (relações distribucionais). Fato esse que o coloca em posição intermediária na estrutura dos níveis e delega à frase a condição de maior nível de análise linguística, só que pertencente a um novo âmbito de significância. A frase deixa de pertencer ao domínio da língua e passa ao domínio do discurso, no qual, como unidade completa, traz consigo sentido e referência - sentido porque comporta significação e referência, porque engloba as situações de atividade de linguagem e os interlocutores. A frase está, pois, no âmbito do discurso que se atualiza à medida que a língua é submetida à enunciação; por fim, sintetizamos - a frase é uma unidade de discurso.

²¹ A utilização desse “praticamente” é elucidada, quando Benveniste distingue o modo semântico e o modo semiótico de *ser* língua.

Consideramos a noção de *nível*, reconhecida, por Benveniste, como elemento essencial nos procedimentos de análise linguística, indispensável, quer por definir os componentes constituidores da língua ou por, a partir de seu estabelecimento, ser possível traçar fronteiras metodológicas pertinentes a uma análise linguística. Consideramos ainda que, quando Benveniste elegeu os níveis merismático/fonemático, signo e frase, como os elementos passíveis de articulação da língua, ainda não havia devidamente nominalizado a diferenciação entre significância do signo e da enunciação, ou seja, não havia estabelecido nomes aos âmbitos semiótico e semântico de significância da língua; daí sua afirmação de que o signo linguístico praticamente coincidirá com a palavra. Embora não tivesse evidenciado as possíveis dimensões de significância da língua, parece-nos que o uso desse *praticamente* vislumbrava essas duas formas de significância, elas apenas, ainda, não estavam descritas – tal descrição foi realizada pelo autor, em 1966, no artigo *A forma e o sentido na linguagem* e, em 1969, no texto *A semiologia da língua*, conforme já referido.

Em nossa leitura, é necessário manter os níveis de análise propostos por Benveniste, pois deles podemos estabelecer as partes que compõem o todo da língua; entretanto, é preciso que observemos a significância da língua pela dupla dimensão – semiótico/semântico, e que, por esse olhar, é necessário bifurcar o nível do signo – não em um novo nível, mas de maneira que ele possa ser considerado, em sua forma e sentido, conforme a dimensão de significância eleita. Conforme referimos, Émile Benveniste, no artigo *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966, resultado de sua conferência na sessão inaugural do XIII Congresso das Sociedades de Filosofia de Língua Francesa, fornece subsídios para que consideremos signo e palavra como elementos portadores de forma e sentido e pertencentes a dimensões de significância distintas.

No referido artigo, Benveniste registra que o tema - *a forma e o sentido na linguagem* - parece convir mais a um filósofo do que a ele que, evidentemente, aborda o tema como linguista, entretanto não de um ponto de vista comum à maioria, já que esse parece não existir.

Segundo ele, o estudo do *sentido* foi considerado, durante muito tempo, como uma tarefa que escapava à competência do linguista. Hoje, embora essa visão não permaneça, persistem noções vagas e mesmo inconsistentes relacionadas ao que tradicionalmente se chama de *semântica*. “... as manifestações do sentido parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da forma...” (1989 p. 221). Benveniste considera, então, gêmeas as noções de *sentido e forma*, propõe situá-las e organizá-las, definindo o *sentido* como “a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto

de locutores” (1989, p. 222), e a *forma* como “a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal destes elementos ao nível linguístico relevante” (1989, p. 222).

Opor a forma ao sentido parece convenção banal, mas se reinterpretarmos essa oposição no funcionamento da língua, ou seja, no processo enunciativo, chegaremos ao centro do problema da significação (caráter primordial da linguagem). Benveniste considera tão diversas e numerosas as funções ligadas ao exercício do discurso que as resume em uma *palavra*: “...antes de servir para comunicar a linguagem serve para *viver*” (1989, p. 222).

O problema da significação tem sido estudado por várias ciências e, por isso mesmo, nenhuma delas o toma para si como próprio. Os lógicos descartaram toda tentativa de definição direta da significação; os linguistas não podem se contentar com um conceito global como aquele da significação definida em si e de uma vez por todas. A reflexão de Benveniste aponta para um conceito de significação atrelado à noção de linguagem como atividade significante por excelência. No pensamento Benvenistiano (1989, p. 223): “Que a linguagem significa quer dizer que a significação não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo ou, numa medida mais ampla, por uma outra unidade; é de sua própria natureza...”.

A linguagem tem, ainda, o caráter de se realizar por meios vocais que se organizam em palavras dotadas de *sentido*. É a noção de signo (saussuriana) que impõe, no estudo da língua, a noção muito geral de significação; compete, então, a Benveniste ultrapassar o ponto de chegada de Saussure na análise da língua como sistema significante.

Tratando o signo linguístico, Saussure abriu o caminho para uma descrição das unidades semióticas: estas devem ser caracterizadas pelo duplo caminho da forma e do sentido, já que o signo se apresenta, por sua vez, como significante e como significado. O significante não é uma sequência de sons exigida pela língua, dada a sua natureza vocal; é a forma sonora que pertence ao signo e que condiciona e determina o significado. Assim, em cada língua, é possível encontrar a estrutura formal dos significantes e, dessa forma, criar, na análise do significante, um plano dos componentes formais do significante, distinto daquele dos fonemas.

Quanto ao significado, o critério é: isto significa ou não? “‘*Chapéu*’ existe? *Sim*. ‘*Chaméu*’ existe? *Não*”. Significar é ter um sentido, nada mais.

Benveniste (1989) chega, então, a duas maneiras de *ser língua* no sentido e na forma: modo semiótico, por um lado, e o modo semântico, por outro. “Tudo o que é do domínio do *semiótico* (signo) tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior

e no uso da língua” (p. 227), ou seja, como elemento intralinguístico por estar no interior do próprio sistema. A noção de *semântica* (palavra/frase) insere, no domínio da língua, o emprego e a ação, sendo a língua um instrumento de adequação do homem ao mundo; é o modo de significação engendrado pelo discurso. Ainda, podemos mostrar a diferenciação desses universos conceituais (semiótico, semântico) através do critério de validade. O semiótico (signo) deve ser reconhecido; o semântico (discurso) deve ser compreendido.

Os níveis de análise linguística, propostos por Benveniste, têm, então, como elo integrador, o signo que, transfigurado em palavra, passa do âmbito semiótico para o semântico e é justamente essa mutação signo/palavra que permite reforçar nossa tese de que o estudo do signo como *palavra*, resultante da interface língua/discurso, permite reconhecer aspectos inerentes à formação da língua, ainda não discutidos de forma adequada e/ou suficiente nos estudos enunciativos da linguagem. Eis o percurso eleito em nossa análise: a mutação signo/palavra, ou palavra/signo, como o elemento que promove a significação da língua, reconhecível pela manifestação do sujeito no processo enunciativo.²²

Elegemos a noção de nível linguístico (*Os níveis de análise lingüística*) atrelada à dimensão semântica da língua (*A forma e o sentido na linguagem*) como essencial para compreensão do recorte teórico a que nos propomos, a fim de descrever a língua em uso. O signo, em sua versão palavra,²³ é o nível eleito por ocupar uma posição central e integradora entre as dimensões de significância da língua, sendo a palavra, em nossa análise, uma mutação do signo e não um novo nível de análise. Assim, eleita a dimensão semântica da língua, que permite considerar o emprego que se faz dela, entendemos que é, no percurso do signo à palavra, ou seja, é pelo ato de considerar o emprego do signo, já transmutado em palavra, que o sentido, no âmbito semântico-enunciativo, emergirá. Representamos a imbricação dos elementos aqui discutidos na figura a seguir:

²² Em atenção à clareza, não custa explicitar: não queremos, com a reflexão acima, equiparar *pari passu* a noção de signo à *palavra*, termo tão comum na teoria linguística. Somos conscientes do que registra Benveniste em *A forma e o sentido*. Segundo ele: “Instauramos, então, sob a consideração semiótica, classes particulares que chamamos de semióticas, ainda que um pouco grosseiramente, para melhor delimitá-las e para as especificar em sua ordem própria: dos semio-lexemas, que são os signos lexicais livres; dos semio-categoremas que são sub-signos classificatórios (prefixos, sufixos, etc.) que ligam classes inteiras de significantes, assegurando desta forma grandes unidades, superiores às unidades individuais, e por fim dos semio-fonemas que não são todos os fonemas da nomenclatura corrente, mas aqueles que, como se acabou de indicar, caracterizam a estrutura formal do significante” (1989, p. 226). Evidentemente, Benveniste considera *signo* uma série de elementos que não poderiam coincidir mesmo com uma noção ingênua de *palavra*. Nosso entendimento de *palavra* na teoria benvenistiana será melhor explicitado adiante (cf. 1.2.1).

²³ Conforme nota anterior.

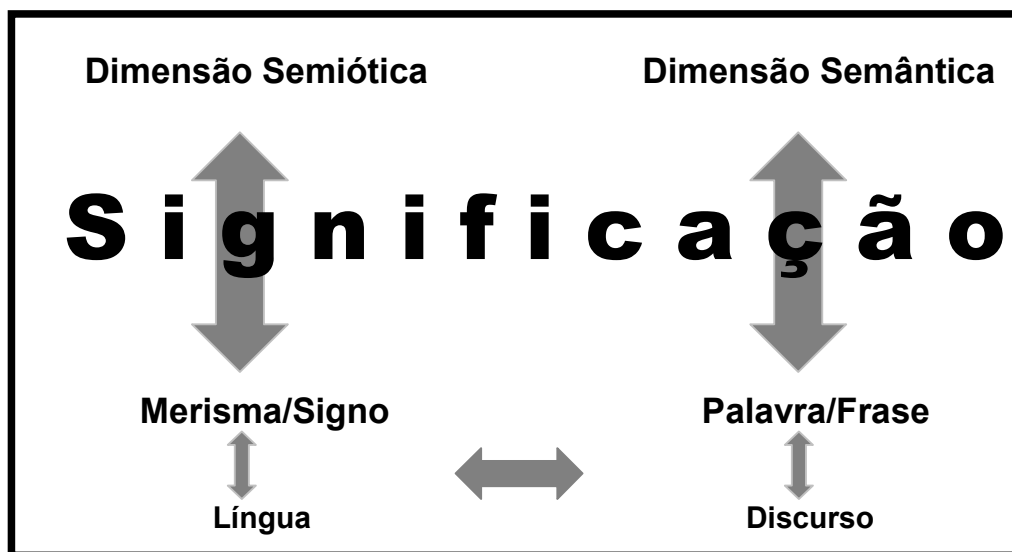


FIGURA 1 – Elementos constitutivos das dimensões de significância da língua.

Percorremos, aqui, as bases teóricas que nos ajudam na compreensão da travessia do semiótico para o âmbito semântico de significância da língua. Acreditamos que Émile Benveniste, em seus artigos que tratam do léxico, e não somente neles, já adotava um modelo de análise linguística marcado pela manifestação do sentido no uso da língua, ou seja, o âmbito do discurso já permeava suas análises. Essa hipótese será considerada no capítulo três desta tese. Na seção a seguir, discutimos conceitos essenciais para a compreensão da enunciação como formadora de língua.

1.2 Conceitos norteadores: a palavra e a frase

De posse das considerações sobre o signo linguístico transmutado em *palavra*, via enunciação, ou seja, colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização, podemos chegar à concepção de *palavra* na acepção benvenistiana. Mas, para isso, é preciso diferenciá-la do signo saussuriano, ou mesmo do léxico que preenche as categorias formais da gramática, ou, ainda, questionar: palavra e signo são noções interdependentes? Esta seção vem para discutir essas temáticas e promover uma resposta viável para o viés de análise aqui proposto. A noção de *frase* é decorrente da noção de *palavra* em enunciação e também será detalhada na sequência.

1.2.1 A palavra na enunciação benvenistiana

Valemo-nos da conhecida metáfora saussuriana entre uma partida de xadrez e o “jogo da língua” a fim de evidenciarmos a reflexão que nos conduz na tarefa de diferenciar o signo (na acepção saussuriana) da palavra (pelo viés benvenistiano).

Comungamos com Ferdinand de Saussure que a partida de xadrez é própria para designar artificialmente o que a língua nos apresenta de forma natural. Segundo ele, o valor de cada peça depende de sua posição no tabuleiro, assim como o valor de cada termo, na língua, é dependente da sua oposição em relação aos outros termos, ou seja, é no âmbito intralinguístico que o sentido se forma. Define, também, que as regras do jogo existem antes de a partida começar e permanecem após cada jogada, o que evidencia o sistema linguístico como constante e convencionalizado. Admite, ainda, que, embora cada jogada movimente apenas uma peça, o lance incidirá sobre todo o jogo, isto é, o movimento sobre um dos elementos que compõe a língua afetará o sistema como um todo. A analogia saussuriana propõe-se perfeita até a crítica, levantada pelo próprio autor, sobre o jogador de xadrez que, segundo ele, “tem a intenção de executar o deslocamento e de exercer uma ação sobre o sistema, enquanto a língua não premedita nada” (CLG, 1974, p. 105), ou seja, as modificações da língua não estão à mercê da vontade e/ou consciência de seus usuários, pois ela é um sistema de signos convencionalizados e responde ao exercício da linguagem em sua dimensão social. O fator intencional do jogador de xadrez não se encaixa na concepção de língua, oriunda dos pensamentos saussurianos, no sentido de que a intencionalidade do usuário não provoca modificações linguísticas. Podemos inferir, por fim, que é a própria partida de xadrez que constitui o jogo de xadrez; o que permite considerar que a língua também é constituída em seu próprio “jogo”.

Pensemos, pois, a metáfora do jogo de xadrez pelo viés semântico-enunciativo de significância da língua, ou seja, não mais na linguística de Saussure, mas no âmbito enunciativo de Benveniste. Por esse viés, o valor de cada peça da partida é dependente das jogadas realizadas pelos participantes, sendo o valor resultante de cada jogada dependente da articulação que fazemos com as outras peças do jogo. Podemos dizer, então, que o sentido emerge de cada enunciação, marcado pela relação com os termos com os quais se articula e que essa “jogada” é dependente do ato linguístico daquele que enuncia. Assim, insere-se, no

“jogo da língua”, a noção de sujeito²⁴ - desconsiderada pelos principais representantes do estruturalismo saussuriano. Podemos afirmar, também, que as regras do jogo podem até pré-existir, mas será a utilização dessas regras que fará com que o jogo aconteça, ou seja, é via apropriação da língua por um ato individual de utilização, promovido pelo sujeito, que o sentido será instaurado, não sendo, portanto, nem constante, nem convencionalizado, porque suscetível à irrepetibilidade do *aqui* e *agora*. Como movimento individualizado, o ato de enunciar é único, singular, e deve ser considerado em relação ao seu momento de realização, ou seja, é no âmbito intralinguístico (na própria língua) que o sujeito vai se apropriar da língua e transformá-la, de forma individual e intencionada, em discurso. Por essa perspectiva, instala-se, portanto, um lugar para um sujeito que será articulado com o sistema estrutural da língua.

É justamente essa presença *do homem na língua* que nos permite diferenciar o signo da palavra. Conforme já evidenciamos anteriormente (cf. 1.1 e 1.2), o signo é unidade da língua; a palavra pertence ao discurso. Benveniste (1989) afirma que “as palavras, instrumentos de expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico” (p. 233), ou seja, quando o signo é alçado pelo sujeito, recebe a roupagem de palavra cujo sentido é determinado em relação ao contexto de situação e atualizado no/pelo ato de enunciar. Assim, a palavra pode ser entendida como o termo que se atualiza via apropriação que um sujeito faz da língua; a palavra é, pois, o signo atualizado em discurso, ocupando, em nossa opinião, o posto de menor unidade linguística da teoria da enunciação benvenistiana. O signo e a palavra comportam forma e sentido, porém a palavra carrega apenas uma parte da sua significação enquanto signo – as palavras restringem o sentido a noções particulares, específicas, circunstanciais, etc. determinadas no discurso. Essa peculiaridade da palavra manifesta-se no emprego que fazemos dela; é, pois, na sintagmação da língua, que a palavra receberá a significação especializada que lhe foi atribuída.

²⁴ Normand (1996) reflete sobre noções referenciais ligadas à Teoria da Enunciação benvenistiana; dentre elas a questão do estatuto do termo sujeito da enunciação, para o qual a autora dirige considerável atenção. O interesse de Benveniste em continuar Saussure, ultrapassando-o, leva Benveniste a, também, tratar a significação, já que no *Curso* esse foi um elemento fundamental, entretanto insuficientemente elaborado. Mas, como tratar a significação? A autora responde: não desfazendo as oposições saussurianas, mas incluindo o que fora excluído – o referente e o sujeito. A revelação de Normand (1996) de que o termo *sujeito da enunciação* é um sintagma ignorado por Benveniste, pois ele não usou a expressão, embora tenha sido creditado a ele o mérito de ter conferido, ao sujeito, um espaço nos estudos linguísticos, encaminha o leitor para a noção de significação ligada ao âmbito semântico da língua (cf. 1.1), ou seja, um “sujeito que fala e dá (ou pensa dar) sentido” (p. 145) faz-se presente no âmbito semântico da língua e ausente na dimensão semiótica; mas essa noção – a de sujeito - é bastante vaga e encapsuladora de elementos já conceitualmente correntes em diversos lugares. Assim, a novidade em teoria da enunciação não estaria na teorização sobre a noção de sujeito, mas na necessidade de considerar o sujeito que enuncia, a fim de tratar, explicitamente, da significação. Flores e Teixeira (2005) sintetizam a questão, afirmando que “a linguística da enunciação estuda a enunciação do sujeito e não o sujeito em si” (p. 108).

Ao finalizarmos esta subseção, cabe-nos, ainda, considerar sobre o termo léxico que, por tradição, tem sido associado ao conjunto de palavras pertencentes a uma determinada língua. Essa concepção primeira é reducionista, se vista do prisma adotado nesta tese, pois não comporta a multiplicidade de fatores que o termo abarca. Na linguística contemporânea, ainda no início do século XX, Ferdinand de Saussure instala sua teoria sobre o valor linguístico – que alicerçou o que hoje se conhece como princípio de dupla articulação da linguagem, somada a sua ideia de língua como sistema de signos. Tendo por base suas reflexões, surgem inúmeras teorias formais estruturalistas relacionadas ao léxico. Para o autor, o valor linguístico²⁵ está atrelado às diferenças na língua e sem os signos não seria possível distinguir duas ideias. A substância fônica, a matéria sonora fornece os significantes (imagem acústica) que o pensamento precisa. Na verdade, o pensamento puro e simples não passa de caos, assim como a forma sonora pura e simples é caos. A anexação desses dois elementos elimina o caos tanto de um lado quanto de outro, compondo o signo como uma unidade, por natureza, bilateral. Ocorre, na língua, então, a articulação entre o conceito (significado) e a imagem acústica (significante). Essas noções saussurianas foram bastante fecundas na geração de significativas investigações voltadas ao campo lexical. Dentre as possibilidades de definição, léxico pode significar dicionário em seus múltiplos empregos; repertório total de palavras existentes em uma determinada língua; conjunto de lexemas (no sentido saussuriano), etc. É nosso propósito não adotar, em nosso estudo, uma definição de léxico *a priori*, mas, sim, evidenciarmos a necessária abordagem enunciativa para a construção de uma definição de léxico inserida nessa perspectiva.

Registramos que não adotaríamos uma concepção de léxico *a priori*. Nossa opção deveu-se ao fato de acreditarmos que a diferença entre os modos semântico e semiótico de significância da língua permitiria a organização de uma definição baseada no caráter diferencial entre o signo e a palavra. Entendemos, assim, pertencentes ao nível semiótico as definições já conhecidas sobre o léxico, seja em termos de senso comum, ou noções pertinentes a determinadas teorias do léxico, e elegemos, para o nível semântico, a concepção de léxico como a palavra, resultante da sintagmação da língua transmutada em discurso,²⁶ dotada de significações promovidas pelo ato enunciativo, realizado pelo sujeito. Léxico, nessa acepção, pode até contemplar a noção de dicionário, mas, para tal fim, será necessário considerar um dicionário de empregos ou usos que fazemos em determinada língua. Léxico

²⁵ Conforme *Curso de Lingüística Geral*, 1974, Capítulo IV, p. 130.

²⁶ Inspiramo-nos, para tal suposição, nas conjecturas de Normand (1990), em *Les mots en emploi, lexico et discours*.

pode ser, então, sinônimo de palavra ou, ainda, o conjunto de palavras em processo de atualização pelo ato enunciativo. Dessa forma, delineamos alguns dos significados para o que podemos chamar de léxico do discurso.

Assumimos, para este estudo, as noções de léxico e palavra pertinentes ao âmbito semântico-enunciativo de significância da língua. Ao buscarmos uma via teórico-metodológica para a análise da palavra, no sentido aqui assumido, encontramos, na noção de delocutividade, que, para Benveniste, é um processo de formação léxica por meio da realização de uma locução do discurso, uma proposta viável. No próximo capítulo, propomos a trilhar o caminho iniciado por Émile Benveniste para o que se tem denominado de delocutividade. Por essa noção, pensamos encontrar uma via de análise da palavra e investigá-la nos estudos do léxico apresentados nas obras PLG I e II.

Como a palavra é um termo que se realiza na frase que a integra, podendo ela mesma constituir sozinha uma frase, urge, ainda, refletir sobre a noção de frase em enunciação benvenistiana. Esse aspecto será considerado a seguir.

1.2.2 A frase pelo modo semântico de ser língua

Benveniste (1989) afirma: “O sentido de uma frase é sua idéia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica)” (p. 231). Pensemos, pois, nas noções imbricadas em tais palavras. Inicialmente, é preciso pensar a frase inserida na mudança de perspectiva, proposta pelo autor, ao dividir os domínios semântico e semiótico de significância da língua. Benveniste elege o modo semântico como o domínio da língua em emprego e define a frase como instrumento de expressão semântica por excelência, assim, a função comunicativa da língua, o que o locutor intenciona, a mediação do homem com o homem e do homem com o mundo são realizadas na frase. Nas palavras de Benveniste (1989, p. 228), “é assim que nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases”, sendo, então, a frase a unidade de comunicação por excelência, onde se estabelece a produção do discurso. Com isso, o sentido da frase é dependente da atitude do locutor e implica que se faça referência à situação de discurso – ou seja, “o sentido da frase é a idéia que ela exprime, a referência²⁷ da frase é o estado de coisas que a provoca” (p. 230).

²⁷ Cabe observar que a referência, em enunciação benvenistiana, é ao sujeito e não ao mundo, pois, a referência ao mundo está ausente em qualquer teoria de cunho estruturalista. Conforme Flores e Teixeira (2005, p. 36), “A concepção sistêmica de Saussure, incorporada integralmente por Benveniste, exclui qualquer relação com algo que não seja a própria estrutura”, assim, “não há o “extra” em teorias que pressuponham o quadro estruturalista”.

Com relação à estrutura formal da frase, podemos dizer que é o agenciamento das palavras e a organização sintática dessas, realizada por certo locutor, com a manifestação circunstancial do aqui e agora, que realizam formalmente a frase. É na frase que o sentido das palavras, ou seja, o sentido resultante do emprego dos signos, portanto das palavras no plano das associações coletivas e não dos signos, no aspecto individual, vai ser expresso. Pelo fato de a frase ser, a cada enunciar, um acontecimento diferente, a situação do discurso não pode ser jamais previamente estabelecida e fixada. Ela se realiza no instante em que é proferida e pelo agenciamento de palavras que recebem especializações e/ou restrições de significação oriundas desse agenciamento e dispõe de uma grande variedade de maneiras de enunciar uma mesma ideia, não importando sua extensão, mas, sim, sua expressão. O sentido na frase emerge, então, das diferentes possibilidades de combinações. As palavras, enquanto signos, podem jamais ter comportado determinado sentido que, na frase, assumem, ou seja, na frase as palavras contraem valores que, enquanto signo, podem, até mesmo, serem opostos. Benveniste (1989) ilustra esse fato com os termos “ter e perder”, “ir e vir” e “dever e receber” que parecem logicamente opostos, no entanto, quando se coligam, incorporam valores e os reforçam como em “eu tenho perdido”, “ele vai vir” e “ele deve receber”. Dessa perspectiva, evidencia-se o sentido da frase ligado à totalidade da idéia expressa, sendo a forma obtida pela associação de palavras, como unidades semânticas, formadoras de enunciados, não decorrentes de uma sequência de palavras, mas da inter-relação entre elas, promovida pelo emprego da língua.

Pelo viés do sentido, Benveniste (1995) estabelece os níveis de análise linguística: fonema, signo (palavra) e frase e coloca a frase como a unidade mais alta, ou seja, a unidade superior no procedimento de análise linguística. Sua argumentação baseia-se no fato de a frase não poder fazer parte de um outro tipo de unidade – uma unidade mais alta. A articulação dos elementos que constituem cada nível pode ocorrer no mesmo nível (denominada distribucionais) ou entre níveis diferentes (denominada integrativas), como, por exemplo, quando passamos do signo/palavra à frase. Daí ser a frase o limite superior, pois não se integra em um nível mais alto e o traço distintivo do fonema (merisma) o limite inferior da análise linguística, por não ser decomponível. O signo se mantém intermediário por comportar constituintes e, ao mesmo tempo, funcionar como integrante.

Com isso, Benveniste (1995) coloca a frase como unidade do discurso, ou seja, pertencente ao domínio semântico da língua e conclui com suas insubstituíveis palavras “a frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação” (p. 139); assim, o discurso se atualiza em frases e é o lugar onde se forma e configura a língua.

Cabe, aqui, registrar dois sentidos decorrentes do uso que Benveniste faz do termo frase em seu *Os níveis da análise lingüística*.

Benveniste utiliza o termo frase, neste texto, em dois sentidos:

a) o primeiro, mais próximo de sua natureza sintática.

Vejamos:

A frase realiza-se em palavras mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos (p. 132).

Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma das suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes (p. 132).

O limite superior é traçado pela frase, que comporta constituintes mas que, como adiante se mostra, não pode integrar nenhuma unidade mais alta (p. 134).

A frase só se define, portanto, pelos seus constituintes (p. 134).

b) o segundo, mais próximo de sua natureza de discurso.

Vejamos:

... a linguagem refere-se ao mundo dos objetos, ao mesmo tempo globalmente, nos seus **enunciados completos, sob forma de frases**, que se relacionam com situações concretas e específicas, e sob forma de unidades inferiores que se relacionam com “objetos” gerais ou particulares, tomados na experiência ou forjados pela convenção lingüística (p. 137) [grifo nosso].

Esse é o último nível que a nossa análise atinge, o da *frase*, de que dissemos acima que não representava simplesmente um degrau a mais na extensão do segmento considerado. Com a frase transpomos um limite, entramos num novo domínio (p. 137).

A isso Benveniste acrescenta: “A frase é uma unidade, na medida em que é um segmento de discurso, e não na medida em que poderia ser distintiva com relação a outras unidades do mesmo nível...” (p. 139).

E diz ainda: “É, porém, uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação” (p. 140).

Concluindo:

Vemos **nessa dupla propriedade da frase** a condição que a torna analisável para o próprio locutor, a começar pela aprendizagem que ele faz do discurso quando aprende a falar e pelo exercício incessante da sua atividade de linguagem em todas as situações. (p. 141) [grifo nosso]

Em outras palavras: há na frase uma dupla propriedade: é um segmento (forma) com

sentido e referência (sentido).

Cabe, ainda, considerar o processo que promove o agenciamento dos signos, já palavras, para a composição da frase. Fato a ser discutido na subseção seguinte.

1.3 A sintagmação: por onde iremos

Do ponto de vista das relações que se estabelecem na língua, as noções de sintagma e paradigma (relações sintagmáticas e paradigmáticas), oriundas do pensamento saussuriano, foram bastante fecundas para definir a sintagmação benvenistiana. Por relações sintagmáticas, entendem-se as combinações baseadas no caráter linear da língua, compreendendo desde palavras até unidades complexas, como foi exemplificado no Curso de lingüística geral (1974, p. 144), abrangem palavras compostas, derivadas, membros de frase e frases inteiras; já as paradigmáticas correspondem à possibilidade de associações distintivas que os termos da língua permitem. As séries associativas podem ocorrer tanto pela forma como pelo sentido e não obedecem a uma ordem determinada, podendo, ainda, ser em número indefinido, embora a característica de indefinição não se verifique sempre.

Benveniste (1989, p. 230), a fim de explicitar como as noções de forma e sentido aparecem na perspectiva semântica da língua, profere que “o ‘sentido’ (na acepção semântica que acabamos de caracterizar) se realiza na e por uma forma específica, aquela do sintagma, diferentemente do semiótico que se define por uma relação de paradigma”. Ao eleger o sintagma como o lugar onde o sentido se realiza, no modo semântico de ser língua, Benveniste une as noções de forma e sentido, pois, para ele, “forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (1995, p. 135). A noção de sintagmação insere-se nessa reflexão benvenistiana e confere ao sintagma o lugar para que a semantização do discurso ocorra.

Na frase, as relações sintagmáticas, promovidas por um locutor, evidenciam-se, em certa circunstância de discurso, marcada pelo tempo sempre presente. Ao Benveniste (1989, p. 75) afirmar que “a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente”, refere-se ao presente da enunciação, marcado pela coincidência entre o acontecimento e o discurso, sempre atualizado via sintagmação. Não concebemos, pois, em enunciação, algum tempo exterior à linguagem ou eventualmente realizado em termos de temporalidade, já que o tempo do discurso funciona como um fator de intersubjetividade, remetendo à questão comunicacional da língua. Nas palavras de Benveniste, “depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância do discurso, que emana de um locutor,

forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno” (p. 83-84), o que evidencia a universalidade da condição comunicacional e remete ao tempo presente de funcionamento da linguagem, que será sempre atualizado no discurso via sintagmação.

Cabe, por fim, observar que “a idéia só encontra forma num agenciamento sintagmático, esta é uma condição primeira, inerente à linguagem” (BENVENISTE, 1989, p. 230). Portanto, as palavras assumem valores que em si não possuíam e que, no processo de sintagmação, são promovidos; em termos benvenistianos, “tudo é dominado pela condição do sintagma” (1989, p. 230), sendo, então, na sintagmação que ocorre a própria conversão da língua em discurso. A seguir, registramos o mecanismo que formaliza o processo de sintagmação.

1.3.1 Um aparelho para os desdobramentos da língua em discurso

A fim de abordar os fenômenos da língua em uso (no discurso), Benveniste propõe, em 1970, *O aparelho formal da enunciação*, definindo a enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (p. 82). A enunciação é, pois, o próprio ato de produzir o enunciado, sendo este – o enunciado – o produto da enunciação. A proposta de 1970 vem para estabelecer um dispositivo passível de ser aplicado a todas as línguas e capaz de dar conta do sentido no âmbito semântico da língua. Restaura a proposta benvenistiana de ultrapassar a linguística da língua; de ir além do estudo da língua como sistema combinatório, para instaurar, na análise do emprego da língua, significações oriundas dessa nova dimensão de significância da língua – trata-se do estabelecimento da enunciação como objeto de estudo: fenômeno “tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Estabelecem-se, assim, passos para a abordagem da enunciação: o próprio ato (individual) de enunciação, as situações em que o ato se realiza e os instrumentos de sua realização.

Ao enunciar, um locutor apropria-se da língua e a converte em discurso. É pela enunciação, então, que a língua é convertida em discurso, sendo o locutor condição necessária para a realização do ato, pois, sem ele, a língua continua sendo apenas possibilidade. Com o ato de enunciar, o locutor transfigura a língua em discurso e postula um alocutário, criando, assim, uma rede de relações na qual uma enunciação suscita outra de retorno. Sendo um processo de apropriação da língua, via ato individual de um locutor, a enunciação explícita ou implicitamente é uma alocação, na medida em que implanta, sempre, um alocutário no ato de

sua realização. Na enunciação, acrescenta Benveniste (1989), a “língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (p. 84). Referência essa que passa a ser entendida como uma forma de o locutor referir e de o alocutário correferir pelo discurso. A referência, encerra o autor, é parte integrante da enunciação, o que permite entender que ela se cria e se estabelece pela enunciação, portanto, não há referência ao mundo na teoria benvenistiana – a referência é à enunciação que inclui as categorias de pessoa (eu/tu), tempo (agora) e espaço (aqui).

A enunciação comporta, portanto, no próprio ato de enunciar, locutor e alocutário; somadas à categoria de pessoa, encontram-se, sempre, as categorias de tempo e espaço, pois a situação em que o ato se realiza e o tempo de sua realização refletem sentidos promovidos pelo locutor que, ao se apropriar da língua, produz sempre um uso novo e irrepetível. Dessa forma, Benveniste esboçou um quadro formal para análise do emprego da língua, estabelecendo, como centro da enunciação, o “EU” – sujeito que mobiliza o sistema e o converte em discurso. Nesses termos, entendemos por sintagmação o processo de agenciamento de palavras, promovido pelo sujeito, quando este se apropria da língua e a converte em discurso, sendo, então, a sintagmação um processo pertencente à instância do discurso.

Ao encerrar as reflexões dessa seção, retomemos, ainda, a palavra e pensemos nela como sendo o signo em sua maioridade, pelo fato de a palavra pertencer a uma outra dimensão de significância da língua – a do discurso. Por essa perspectiva, a palavra, como unidade do discurso, mantém sua existência dependente do signo e especializa-se no uso que se faz dela. Esse processo de flutuação signo/palavra é vital para a língua - a mantém viva, e estabelece possibilidades de usos dos fenômenos linguísticos que passam a fazer parte do sistema. A relação entre o signo e a palavra se realiza na frase, formalizada pelo processo de agenciamento de palavras, denominado sintagmação. Podemos, ainda, estabelecer uma via de mão dupla ao pensar na flutuação palavra/signo, ou seja, a palavra como sendo criadora de signo. Questionemo-nos, então, é possível que a palavra, como unidade mínima da teoria da enunciação benvenistiana, permita produzir língua? Esse percurso palavra/signo – enunciação/língua - inserido no modo semântico de ser da língua – na concepção enunciativa de Émile Benveniste será discutido no capítulo dois desta tese.

2 DELOCUTIVIDADE: DA ENUNCIÇÃO PARA A LÍNGUA

Registramos, no capítulo anterior, que a noção de delocutividade, proposta por Émile Benveniste, possibilita, a nosso ver, meios para a análise da palavra no âmbito semântico-enunciativo ao qual nos filiamos. No capítulo que ora iniciamos, estruturado em quatro seções, consideramos a acepção benvenistiana sobre a noção de delocutividade e, a partir disso, definimos uma abordagem teórico-metodológica para a análise linguística promotora de língua via enunciação. Na seleção deste referencial, partimos, naturalmente, do artigo benvenistiano, de 1958, fundador da noção (cf. 2.1) e apresentamos as principais críticas dirigidas a essa proposição de Émile Benveniste (cf. 2.1.1). Na aplicação ao português brasileiro (cf. 2.2), Rodolfo Ilari (1986, 2002) e Flores e Silva (2006) propõem estudos referenciais pontuados na sequência deste estudo. Na seção três deste capítulo (cf. 2.3), explicitamos a articulação entre os fundamentos da teoria da enunciação e a delocutividade benvenistiana – o que comporta uma discussão sobre as dimensões semiótica e semântica da língua (cf. 2.3.1) – retomamos as noções de forma e sentido pelo mecanismo da delocutividade (cf. 2.3.2) e reconhecemos a abrangência da noção delocutiva na Teoria da Enunciação benvenistiana (cf. 2.3.3). Por fim, na seção que finaliza este capítulo (cf. 2.4), explicamos como e por que a delocutividade é um mecanismo do discurso de renovação da língua.

A título de lembrança, vale destacar que este capítulo atende ao propósito geral que temos de, por um lado, apresentar o modelo benvenistiano da delocutividade como sendo generalizável de forma a explicar e descrever os efeitos da enunciação no processo de renovação da língua e, por outro lado, de reunir elementos que permitam avaliar as potencialidades da noção de delocutividade para o campo dos estudos enunciativo, o que pode ser melhor traduzido nos três princípios apresentados na Introdução.

2.1 A delocutividade proposta por Benveniste

A noção de delocutividade foi registrada, em 1958, por Émile Benveniste, no texto intitulado *Os verbos delocutivos*. A propriedade com que o autor propôs sua conceituação deu-lhe não só o crédito de fundador da noção de derivação delocutiva,²⁸ mas também a inserção de sua proposta em análises críticas e aprofundamentos de sua iniciativa.

No texto fundador, Benveniste propõe um processo de formação lexical por meio de uma locução, ou seja, o autor define um tipo de verbo - os delocutivos - que se caracterizam por derivarem de uma locução (enunciação), ao contrário dos denominativos que derivam de um nome e dos deverbativos originários de verbos. Para a ilustração de sua proposta, utiliza verbos de línguas clássicas e modernas, o que, segundo ele, não foi feito para delimitar famílias de língua, mas para revelar similaridades nas criações morfológicas.

Sua discussão inicia com o termo latino *salutare* (saudar) em relação à *salus* (nominativo), *salutis* (genitivo) - (saúde). O termo derivado *salutare* é oriundo da saudação *salus!* e não do vocábulo *salus*, afirma Benveniste. Sua justificativa está baseada no fato de o *salus* – base de *salutare* – estar marcado pela relação *dizer* e não pelo fato de *fazer* a saudação. Temos, assim, *salutare* não originário de um signo nominal, mas de uma locução do discurso. Tal constatação leva Benveniste a evidenciar, através de outros verbos, que o valor do signo linguístico pode não transparecer todos os elementos formadores na língua, sendo necessário o resgate da atualização da língua, a fim de que, no discurso, se revele o processo que deu origem aos termos – em Benveniste, os verbos denominados delocutivos.

O autor analisa, então, *saluere* (salvar) – da mesma família etimológica de *salutare*. Ao se considerar apenas as relações morfológicas, do adjetivo *saluus* (salvo), derivaram-se *saluare* (tornar salvo, salvar) e *saluere* (salvar); entretanto, Benveniste confere à *saluare* a derivação denominativa (de *saluus*) e à *saluere* a origem delocutiva da saudação – *salue!* (salve!). Segundo Benveniste, o emprego de *saluere* limita-se a sua forma infinitiva, como, por exemplo, em *iubeo te saluere* (desejo-te um bom dia). Considera, por isso, *saluere* a conversão de *salue!* a forma sintática indireta, tornando-se *saluere* um delocutivo em seu aspecto funcional.

Numa outra modalidade, o autor propõe o verbo *ualere* (ter força, ser eficaz). Um emprego desse verbo define que os termos podem ter parte de suas formas delocutivas, não

²⁸ Fruyt (1997), assim como a maioria dos linguistas, credita a Émile Benveniste a noção de delocutividade; entretanto, assinala que esse fenômeno já tinha sido reconhecido, em 1917, por A. Debrunner. Segundo a autora, o mérito de Benveniste estaria no fato de sua abordagem ter estabelecido o mecanismo de realização desse fenômeno na língua. Em nossa leitura, o mérito se traduz como: o uso cria estruturas da língua.

sendo necessariamente a derivação o elemento definidor da delocutividade e, sim, o sentido e a construção. O emprego de *ualere* que evoca *uale!* (passe bem!), em *te iubeo valere* (te ordeno passar bem), confere a *ualere*, nessa expressão, uma função delocutiva, por ser *uale!* (Passe bem!) derivado sintaticamente de *ualere*. Benveniste reforça sua teoria com o infinitivo grego *Khairein*, em seu uso *Khairein tini légein* (enviar a saudação a alguém). Esse emprego apresenta a forma delocutiva do verbo, já que transparece o imperativo *Khaire!* (salve!). Para o autor, a criação de um delocutivo origina-se da necessidade de uso em determinadas culturas.

Ainda, como exemplos de delocutividade na língua latina, os termos *negare* (negar), *autumare* (afirmar), *quiritare* (gritar por socorro) e *parentare* (celebrar funerais) são citados. Os dois primeiros oriundos de *nec* (nem) e *autem* (mas, porém etc.), respectivamente, em suas funções discursivas, pois como partículas, em suas funções normais (lógicas), não permitiriam a derivação de verbos. Casos como o inglês *to hail* (“gritar hail!”), *to encore* (“gritar encore!”), *to okey*, *to yes*, em francês *bisser* (“gritar bis!”), no antigo alto alemão o verbo *aberen* (repetir) - tirado de *aber*, no francês *tutoyer* e *vouvoyer* (dizer tu, vós) também ilustram o fato de se ter como condição para a construção de um delocutivo que tenha por base uma partícula, o emprego dessa partícula em função discursiva. Quanto à *quiritare*, o autor o define como delocutivo por ser o apelo de socorro a base de sua formação e *parentare*, por significar a própria pronúncia da fórmula *parens, salue!* (Eu te saúdo, pai!), que, reduzida a *parens*, originou o verbo *parentare*, típico delocutivo.

Da língua francesa, *salut/saluer* (saudação/saudar) e *merci/remercier* (obrigado/agradecer) são vocábulos, usados por Benveniste, para reforçar o percurso de locução a delocutivo. Análogos à situação do francês, encontram-se, no inglês, o verbo *to thanks*, do substantivo *thank(s)!*, e no alemão, o verbo *danken*, do substantivo *dank!*. O autor salienta a não obrigatoriedade da criação do verbo *agradecer* a partir da locução *obrigada!*, pois poderia haver expressões distintas, como ocorre em russo com o termo *blagodarit* para agradecer e *spasibo!* para obrigado.

Benveniste registra, com a diversidade de seus exemplos, que a delocutividade é um processo de formação frequente, atrelado à cultura das diversas sociedades, podendo resultar de criações independentes ou de ações de uma língua sobre outra (diacronia). Afirma, ainda, que a relação locução/delocutivo deve ser proposta sincronicamente, sem necessidade de alusão ao processo histórico percorrido para formação das línguas. No entanto, na busca pela história da língua, por vezes se encontra a explicação para determinados processos de formação delocutiva. Esse é o caso do adjetivo gótico *hails* (são) que, em um de seus

empregos, permite a saudação *Salve!*; porém, o verbo derivado *hailjan* é empregado apenas como curar, não sendo empregado como o delocutivo *saudar*, do que não há registro de existência. No germânico mais recente, aparece o verbo delocutivo “*to hail*” (*saudar*) que é delocutivo. A relação entre os termos eslavo *celu* (adj)/*celovati* (verbo) é explicada como uma reprodução do modelo dos termos latinos *saluus/salutare*, pois não há, em eslavo, uma expressão para identificar a locução *salue!* que é determinante para a definição de um delocutivo. Tem-se, assim, no primeiro caso citado, um delocutivo cujo emprego formular – saudação – é identificado na trajetória histórica da formação da língua germânica. No segundo, a delocutividade não se estabelece, pois a forma de base não é passível de ser uma locução em eslavo. Ainda, o armênio *druaten* (*saudar, louvar*) é citado como exemplo de uma derivação autônoma que se criou no próprio armênio, pois a possibilidade de o termo ser originário do irânico não se comprova.

Creemos que o caso do adjetivo gótico *hail*, a análise dos termos eslavos *celu/celovati* e do armênio *druatem* examinam a reprodução de modelos de uma língua em outra, mas não conferem à delocutividade a possibilidade de análise diacrônica de sua existência. O modelo explicativo da formação de um uso delocutivo pode ser diacrônico, mas é, na sincronia, que se estabelece o emprego delocutivo na língua.

O autor parte, então, para a situação de dar as boas-vindas, o que implica modelos lexicais comuns. Para explicitar as diferenças de comportamento na trajetória do termo – bem-vindo –, esboça-o em três línguas: no alemão (*wilkommen*), no inglês (*welcome*) e no francês (*bienvenu*). No alemão, o termo assumiu o sentido de hospitalidade e criou-se a locução *wilkommen* (*dar as boas vindas*); no inglês, criou-se um delocutivo no verbo *to welcome* e, no francês, não se criou o delocutivo *bienvenir* (que equivaleria a *to welcome*), entretanto criou-se o infinitivo *bienvenir*.²⁹ Com essa alusão, evidencia-se que cada sistema linguístico elege o emprego de seus termos e, como consequência, tem-se a variada trajetória de cada língua.

O vocábulo latino *benedicere* (*abençoar*), por incluir *dicere* em sua base, leva o autor a suspeitar sobre a possibilidade de formação delocutiva do termo. No entanto, os apontamentos sobre os empregos do termo não encaminham para uma evidência delocutiva em sua formação. Na descrição dos pontos mais evidentes sobre a trajetória do termo, Benveniste registra, inicialmente, que o emprego de *bene dice*, em “*quid si sors aliter quam uoles euenerit? – Bene dice! “e se a sorte sair diferente do que queres? - (lit) Dize palavras de bom*

²⁹ É uma exceção, limitada a essa construção.

agouro!'''”, não comprova a criação do verbo *benedicere*. Em segundo lugar, registra que *benedicere* não significa desejar o bem – conforme acredita o senso comum. Em terceiro, na língua clássica, por concepção literária, tem-se o sentido de louvar, fazer o elogio de alguém. Por fim, *benedicere*, como signo único, assume o valor judeu-cristão de abençoar.

Para finalizar a demonstração desse novo tipo de derivação verbal, Benveniste alerta para possíveis dificuldades na identificação de um verbo delocutivo, a saber, os verbos derivados de interjeições e os chamados verbos de desejos, pela gramática tradicional, não podem ser confundidos com os de formação delocutiva.

Para a primeira dificuldade, elege o significante como o elemento identificador de um delocutivo, pois, nas palavras de Benveniste, “um delocutivo tem sempre como radical um significante” (p. 314). Os verbos que se constroem sobre simples onomatopeias, como, por exemplo, *claquer*, em francês (estalar o chicote), ficam excluídos dessa possibilidade. Entretanto, nada impede que uma interjeição, no discurso, motive uma formação delocutiva, desde que tenha como radical um significante. Quanto à possível confusão entre os delocutivos e os verbos de desejo, para Benveniste, é preciso considerar o delocutivo não pelo conteúdo intencional, mas “pela relação formal entre uma locução e um verbo que denota o enunciado dessa locução” (p. 315). *Souhaiter* (desejar), verbo tipicamente de desejo, é comparado ao verbo *saluer* (saudar), tipicamente delocutivo. *Souhait* (desejo) não é uma fórmula de desejo, é simplesmente um substantivo, enquanto *salut* (saúde), sob a forma de locução, vai além de um substantivo e assume características que permitem identificar a origem do verbo *saluer* do emprego de *salut* como locução remissiva ao ato enunciativo.

QUADRO 1 – Inventário dos registros benvenistianos.

Verbos	<i>Salutare</i> (saudar)	<i>Saluere</i> (salvar)	<i>Ualere</i> (ter força, ser eficaz) <i>Khairein</i> (salvar)	<i>Negare</i> (negar) <i>Automare</i> (afirmar)	<i>Quiritare</i> (gritar por socorro)
Formação Delocutiva	Derivação da locução <i>Salus!</i>	Forma sintática indireta: <i>salue!</i> Aspecto funcional.	Uma parte de suas formas determinada pelo sentido e a construção.	Nec (nem) e autem (mas, porém) não como partículas, mas como elementos formais do discurso.	O termo base é o apelo (socorro!) e não o nome (socorro).
Verbos	<i>Saluer</i> (saudar) e <i>remercier</i> (agradecer)	<i>To tanks</i> e <i>Danken</i> (agradecer)	<i>Druatem</i> (saudar, louvar, aclamar)	<i>To hail</i> (saudar)	<i>Parentare</i> (celebrar funerais)
Formação Delocutiva	Derivação das locuções <i>salut!</i> e <i>merci!</i> , respectivamente.	Derivado das locuções <i>thank(s)!</i> e <i>Dank!</i> , respectivamente.	Derivado da locução <i>druat!</i>	Derivado de locução <i>hail!</i>	O termo deriva da pronúncia da forma reduzida <i>parens!</i>

A fim de explicitar sua proposta, Benveniste utilizou verbos do francês oriundos do latim, do alemão, do inglês, do eslavo e do armênio, o que possibilita dizer que sua base explicativa está marcada pela generalidade (universalidade) do fenômeno linguístico delocutivo, já que expande para algumas línguas a exemplificação proposta. Ao mesmo tempo, Benveniste não contempla formações delocutivas além da classe dos verbos, criando-se, assim, a possibilidade investigativa das formas delocutivas inerentes das demais entidades lexicais que compõem uma língua.

Fica evidente que, para o autor, a delocutividade define-se com uma base nominal na relação “dizer”, e não na relação “fazer” – própria do denominativo; deriva não de um signo da língua e, sim, de uma locução do discurso, sendo, portanto, o colocar a língua em funcionamento um fator definidor da formação lexical de uma língua. É preciso, então, considerar a enunciação como formadora de elementos da língua. A partir dessa proposta benvenistiana, a produtividade lexical passa a estar atrelada a uma atividade do discurso.³⁰

³⁰ Na seção 2.4, deste capítulo, explicitamos esta afirmativa.

2.1.1 Críticas à delocutividade benvenistiana

Após a proposta benvenistiana de formação de verbos por meio de uma locução – os verbos delocutivos, surgiram interpretações³¹ que objetivaram questionar e/ou reformular a proposta fundadora. Neste espaço, propomo-nos examinar aspectos que, em nossa percepção, receberam maior preocupação na literatura sobre o assunto e são passíveis de discussão mais detalhada:

- a) a suposta confusão entre sincronia e diacronia;
- b) a facilidade em diferenciar verbos oriundos de interjeições de verbos delocutivos;
- c) a limitação do termo delocutividade a verbos e, ainda;
- d) a ambígua interpretação sobre o ato de dizer.

a) Sincronia *versus* diacronia

Não pensamos em nada mais apropriado do que referir, inicialmente, as palavras de Benveniste (1995), sobre o fato de a delocutividade ser uma atividade marcada pela sincronia; a delocutividade, para o autor – trata-se de “...uma relação que se deve propor sincronicamente, sem consideração da descendência histórica...” (p. 310), isto é, a relação entre a locução (palavra) e o delocutivo (signo) é um acontecimento marcado pela sincronia dos componentes envolvidos no processo de transitividade. Vejamos, entretanto, propostas que alçaram a diacronia no intuito de descrever uma formação delocutiva.

Ilari (2002)³² cita uma busca pelo “sentido original” do vocábulo, a fim de situar o delocutivo como um elemento da língua, oriundo de uma locução do discurso. Promove, então, uma garimpagem pela formação diacrônica dos termos, a fim de elucidar a trajetória formativa do sentido desses termos, marcada pela relação dizer – típica de um delocutivo. Entendemos ser viável a proposta do autor, na medida em que o “dizer”, na constituição do delocutivo, é resgatado por meio dessa volta às origens. Entretanto, seguimos por outra perspectiva. Por nosso viés de análise, não há motivos para transitar nesse percurso diacrônico, pois é da natureza de um delocutivo ser marcado pelo dizer, portanto, não há necessidade de alusão ao historicismo na formação das unidades da língua - essa (a relação “dizer”) seria a condição básica para realização delocutiva da língua. A diacronia pode servir,

³¹ Em anexo A, apresentamos um índice cronológico das principais publicações sobre a noção de delocutividade. Das publicações encontradas, em sua maioria artigos, registramos os textos que traziam discussões mais detalhadas sobre a noção delocutiva, ou seja, que se afastavam de simples aplicações da teoria.

³² Na seção 2.2, promovemos uma discussão sobre a aplicação da noção delocutiva à língua portuguesa. Nela insere-se a proposta de Ilari (2002) e evidencia-se o recorte do autor.

então, como suporte explicativo para o que denominamos de delocutividade em sentido *stricto*³³ - o que não anula a proposta do autor, apenas revela uma das possibilidades de entendimento da noção delocutiva.

Por um outro viés de entendimento, segue Fruyt (1997). A autora concebe a questão da diacronia e sincronia, considerando a existência dos dois processos na análise do fenômeno da delocutividade. Propõe entendermos a diacronia como um fenômeno ligado à origem morfológica dos termos, assim, *bisser* (francês) é construído sobre *bis!* e *negare* (latim) sobre *neg*. A sincronia estaria no estabelecimento da associação de um verbo a uma sequência do discurso, como o francês *salut!* cujo verbo *saudar* seria originário de ... dizer *salut!*. Entendemos que o processo diacrônico pode, sim, ser desencadeador de explicações sobre a trajetória dos termos, já que evidencia a trajetória histórica percorrida para constituição do sentido, mas não confere estatuto de delocutivo a um determinado uso. Consideramos evidente a necessidade de processo sincrônico, marcado pela relação “dizer”, para a definição e o estabelecimento do fenômeno delocutivo na acepção a que nos propomos.

Embora esse ponto na descrição da análise de um delocutivo seja reavaliado por estudiosos como Fruyt (1997) e Ilari (2002), mantivemo-nos fiéis à proposta original sobre a delocutividade ser uma atividade do discurso formadora de elementos da língua, cuja descrição deve ser considerada na sincronia dos elementos envolvidos no processo de transitividade discurso/língua. Nossa decisão firma-se no fato de entendermos a descrição diacrônica, no processo delocutivo, como viável para explicações de constituição de sentidos, por isso de natureza explicativo-evolutiva, entretanto essa descrição não é condição para definição e/ou estabelecimento de um delocutivo na acepção benvenistiana à qual nos filiamos.

b) Interjeições, onomatopeias e delocutivos

Ao propor a noção delocutiva, Benveniste (1995) considera ser o significante o radical do elemento delocutivo e, com isso, afasta construções onomatopaicas e interjeições que não comportem uma base significante. Essa exclusão de onomatopeias e de interjeições, como bases desencadeadoras de delocutividade, é questionada por Fruyt (1997). A autora considera que não há uma fronteira bem definida entre essas categorias e os lexemas prototípicos centrais no léxico e que todos esses casos (incluindo os lexemas atípicos) podem servir de base para derivados delocutivos, assim como já serviram de base para formações de

³³ Na seção 2.3.2, relatamos essa acepção.

substantivos, adjetivos e verbos, perfeitamente integrados em determinadas línguas. Cremos na possibilidade levantada pela autora, mas com lembrança e ressalva de que, conforme Benveniste, é preciso um significante que sirva de base para um delocutivo, mesmo que esse significante seja de uma onomatopéia ou interjeição.

Sobre as onomatopeias, Rey-Debove (1975), ao considerá-las, explica a possível confusão que poderia se originar entre “tutoyer” e os casos de “claquer”, “huer”, “chuchoter”³⁴ – construídos sobre onomatopeias – o radical de “tutoyer” é um signo linguístico (tu) que comporta um significante, enquanto que “claquer” é construído sobre uma onomatopeia cujo significante é um ruído. A semelhança entre tu (autônomo) e “clac” não se dá pelo tipo de significante, mas pelo tipo de significado em que se manifesta a reflexividade. A onomatopeia manifesta reflexividade na face presente do signo – de fato “clac” significa o barulho “clac” – e a palavra autônoma manifesta reflexividade nas duas faces do signo: na presente e na ausente. Rey-Debove (1975) afirma que, por isso, a onomatopeia permite a compreensão ainda que desconhecida do interlocutor, sendo que a palavra autônoma será compreendida somente se o interlocutor conhecer o signo. Quando houver um signo desconhecido ou ainda um neologismo, a compreensão se limita ao significado do significante, ou seja, ignora-se o significado, apenas retém-se o significante como o representante do sentido.

Segundo a autora, isso não acontece com as onomatopeias, já que essas eliminam completamente o conteúdo linguístico como face ausente do signo. Assim, tanto a onomatopeia quanto a palavra autônoma se assemelham pela presença do significante, do significado e, por conseguinte, enquadram-se na proposta de delocutividade benvenistiana por possuírem um significante como base, embora, para a autora, não se sustente a oposição terminológica delocutivo/denominativo, pois considera os delocutivos “denominativos autonímicos”,³⁵ ou seja, enquadra-os como denominativos, uma vez que a base de todos seria um nome; isso por entender ser a autonomia de base o único critério que define, efetivamente, um delocutivo benvenistiano.

Consideramos o viés de análise de Rey-Debove (1975) e cremos na viabilidade da proposta na medida em que estabelece um único critério – a autonomia de base – para dar conta do fenômeno da delocutividade. Entretanto, não nos associamos a essa proposta por entendermos ser possível a derivação delocutiva como elemento oriundo de locução. A

³⁴ Não achamos pertinente traduzir esses termos quer por haver alteração do significado, quer por não haver uma tradução adequada. O mesmo procedimento foi adotado para com os demais exemplos onomatopaicos citados nesta seção.

³⁵ Tradução de nossa autoria.

proposta da autora elimina essa possibilidade, porém.

Sobre a facilidade, citada por Benveniste (1995), em diferenciar um delocutivo de construções sobre simples onomatopeias, também Anscombe (1985) faz sua crítica. Para ele, essa facilidade de distinção é apenas aparente e repousa sobre o fato de Benveniste confundir *forma* e função. O autor adverte que uma forma onomatopaica pode ter uma função onomatopaica, mas pode ir além dela e também comportar função significativa, conforme ilustra com os termos “tic-tac”, “toc”, “ric-rac” e “Ouf!”³⁶ e, assim, em termos benvenistianos, “ser uma interjeição no discurso, mas sem cessar de ser significativa” (p. 314). Diante disso, a palavra morfológicamente derivada de uma forma onomatopaica, pode ser alçada sobre a função onomatopaica do radical, mas também pode estar alicerçada sobre um significativo. Dessa dupla possibilidade provém uma ambiguidade semântica a ser considerada.

A fim de clarear um pouco a questão expressiva ligada às onomatopeias e dar conta dessa ambiguidade, Anscombe (1985) propõe a existência de ciclos de funções cuja trajetória pode ser de “lexème-onomatopée-lexème”.³⁷ Inicialmente, o lexema serviria para representar um barulho ou acontecimento, sem forma necessariamente onomatopaica; sofre transformações morfológicas de modo que a forma acentue o seu caráter expressivo. Afasta-se, então, da forma original para adaptar-se aos esquemas expressivos em vigor – ou sentidos – próprios da língua e da época em questão. Em sincronia, a origem lexical da expressão passa para opacidade, de forma que, seja por deslizamento semântico ou por uso linguístico, a relação entre aspecto lexical e expressivo atenua-se e pode chegar ao ponto de desaparecer, tornando-se, então, opaco o lado onomatopaico da expressão.

Anscombe (1985) discute a função onomatopaica do exemplo *to boo* (ingl. vaiar), que, citado por Benveniste (1995), seria um verbo não delocutivo por ser constituído sobre simples onomatopeia. Esse verbo, originalmente, parece ser constituído sobre um radical onomatopaico – *boo!*, embora a função onomatopaica tenha, na atualidade, praticamente desaparecido; assim, na descrição sincrônica, o verbo não se justifica como derivado de onomatopeia e, pela descrição diacrônica, não se explica por não comportar o significado de fazer certo barulho representado pela onomatopeia *Boo!*.

Por uma segunda possibilidade explicativa, *to boo* é semanticamente mais próximo de *Boo!* em função significativa que em função onomatopaica, porque a função onomatopaica de

³⁶ Em alguns usos, pode ocorrer que a forma onomatopaica perca totalmente sua função onomatopaica e comporte apenas função significativa.

³⁷ O ciclo de funções pode comportar, ainda, a trajetória “onomatopée-lexème-onomatopée”.

Boo! foi, aos poucos, substituída pela função significante, cujo significado é fazer um ato específico que pode ser realizado com a interjeição *Boo!* Dessa forma, tanto *to boo* (verbo) quanto *A boo* (substantivo) são delocutivos sincrônicos de *Boo!*, assim como *bisser* e um *bis* são de *Bis!*, pois são construídos sobre base significante, conforme a determinação benvenistiana. Anscombe (1985) aponta, ainda, que a interjeição aparece anterior ao verbo e ao substantivo (questão diacrônica) e que *Boo!*, como representação inicial do grito de uma vaca, teria por formação o seguinte processo: a) o grito da vaca; b) imitação do grito da vaca para assustar; c) assustar para fazer partir; d) vontade de fazer partir como índice de reprovação; e) expressão de desaprovação.

Com esses exemplos e explicações, registra a conveniência em haver um questionamento sobre o lugar sincrônico e o processo diacrônico originário de cada verbo cuja raiz seja onomatopaica. Esses procedimentos serviriam para definir se há um simples deslize semântico de um verbo com origem onomatopaica, ou se há uma autêntica delocutividade a partir de uma locução significante, embora de origem onomatopaica.

Segundo o autor, M^2 ³⁸ é um delocutivo de M^1 se M^2 for morfológicamente derivado de M^1 e se o sentido de M^2 for compreendido ao resgatar o ato de linguagem realizado em certas enunciações de M^1 . Com base nessa definição e considerando a noção de ciclo inicialmente proposta, o autor justifica o caráter delocutivo de algumas onomatopeias e interjeições.

Consideramos viável observar a forma e a(s) função(ões) de onomatopeias e interjeições, a fim de definirmos se há, ou não, função significante a ser resgatada pela observação dos ciclos pertinentes. Entretanto, não abdicamos da proposição benvenistiana sobre a necessidade de o significante estar presente na face do signo e servir-lhe de radical para que o delocutivo se estabeleça e que, embora interpretações, como a de Anscombe, possam ser viáveis, elas não anulam a proposta inicial, ou seja, a manutenção do pensamento benvenistiano mantém-se – “Um delocutivo tem sempre como radical um *significante*” (BENVENISTE, 1995, p. 314).

c) Delocutivos, verbos e classes de palavras

Emile Benveniste, em seu artigo-base sobre delocutividade, havia tratado apenas da categoria – verbos, porém, segundo alguns estudiosos, a noção delocutiva é passível de ser estendida para as outras categorias gramaticais, ou mesmo, à língua toda, conforme nos propusemos.

³⁸ M representa um lexema simples ou complexo; F, uma forma linguística e S o sentido. Anscombe (1985) utiliza essas representações para facilitar a compreensão de fenômenos linguísticos (sincrônicos e diacrônicos).

Acompanhamos o pensamento de Fruyt (1997), segundo o qual, a proposta de Benveniste (1958) não restringe a noção delocutiva à classe dos verbos. Embora o autor tenha exposto a categoria verbal ao explicitar a noção original, é possível situar o conceito de delocutividade como uma concepção linguística maior, não reduzida à aplicação aos verbos. Conforme a autora, é preciso considerar a possibilidade de existência delocutiva como um fenômeno geral³⁹ e não apenas como um fenômeno restrito à categoria dos verbos. Fruyt (1997) confere tanto a substantivos⁴⁰ quanto a adjetivos (em número menor) a possibilidade de comportarem natureza delocutiva.

Acrescenta que, ao considerar a delocutividade em sentido amplo, não é fácil encontrar o delocutivo perfeito, ou seja, aquele que responde a todos os critérios do núcleo prototípico.⁴¹ Crê ser útil a descrição desse fenômeno para o linguista, porém lamenta que Benveniste tenha escolhido termos latinos para ilustrar a proposta, por considerá-los pouco produtivos naquela língua. Ainda, salienta que, na prática, pode ser possível observar, como ponto comum a todos os delocutivos, o fato de o delocutivo ser construído morfologicamente sobre a sequência de discurso.

Entendemos que Benveniste considerava as possibilidades de uso dos termos (verbos)

³⁹ Outros teóricos fizeram essa mesma proposição e evidenciaram, por meio de aplicações da noção, a possibilidade de a noção delocutiva ser extensiva a outras categorias gramaticais. Ducrot (1988) exemplifica a derivação delocutiva com verbos (esp. *por dios sear*), substantivos (fr. *matuvu*), adjetivos (port. *puto* – da vida), advérbios (fr. *diablement*) e interjeições (fr. *Diable!*). Em todos os casos, o recurso à delocutividade pode explicar e justificar a possibilidade de criar significados novos aos termos. Isso porque a entidade linguística, inserida na enunciação, tem um valor semântico diferenciado e a delocutividade permite que o valor enunciativo seja agregado à entidade linguística e construa um novo significado. A noção delocutiva, para o autor, revela como fabricamos, para as palavras, valores semânticos ligados ao ato enunciativo; com a delocutividade é possível explicar a possibilidade de criar significados novos advindos da enunciação, isto é, a noção delocutiva explícita a criatividade semântica da língua. Rey-Debove (1975) registra que o fenômeno delocutivo pode ser, também, extensivo à formação de nomes e adjetivos; entretanto, a delocutividade, para ela, é apenas um caso particular de derivação geral sobre base autônoma – o que entendemos ser uma interpretação que dissolve a possibilidade proposta por Émile Benveniste de a locução ser a origem de formações léxicas. Na língua portuguesa, Ilari (2002) comprova a existência de formações de nomes delocutivos na língua portuguesa; fato apontado na seção 2.2 deste capítulo. Darms (1980), ao discutir problemas sobre a formação delocutiva das palavras, defende que nomes também podem derivar de locuções. Comprova sua tese com exemplos como *nastica* (sânscrito, incrédulo), nome oriundo da junção de *na* e *asti* (não é, não existe), cujo significado parte do dizer “aquilo não existe”. O autor salienta que os exemplos citados por ele, embora pouco numerosos, provam que também os nomes podem derivar de locuções do discurso, sendo ainda possível encontrar outros exemplos ao se dedicar maior atenção a este tipo especial de formação nominal – fato que, segundo Darms, carece de maior atenção.

⁴⁰ Para ilustrar o delocutivo substantivo, Fruyt (1997, p. 67) cita o enunciado “Ce “Bonjour!” m’a paru bien cavalier” e “le “oui” de la mariée était timide”, pronunciados por uma terceira pessoa. A autora traz, ainda, os termos “un adieu”, “un au revoir”, evidenciando, ao lado de enunciados completos, termos que comportam a mesma propriedade delocutiva. A fim de caracterizar uma pessoa por meio de um enunciado proferido, propõe “un m’as-tu-vu”.

⁴¹ Para Fruyt (1997), os termos prototípicos dos delocutivos são os verbos, marcados pela relação “dizer”; preferencialmente monossemânticos, morfologicamente são radicais ou sufixados e têm como ponto de partida o enunciado completo. Considera importante registrar que o verbo delocutivo é construído morfologicamente em diacronia sobre a sequência de discurso que deixa transparecer sua base. Fato que não consideramos, por seguirmos por outro viés de análise.

e atrelado a isso está a noção polissêmica desses termos. Mesmo que o autor tenha utilizado somente verbos para sua exposição, é preciso que não se reduza a noção delocutiva aos casos de derivação morfológica de verbos. É necessário que vislumbremos, também, as possibilidades de usos relacionados com a evolução semântica dos termos, para que possamos alcançar a profundidade da proposta benvenistiana.

Nossa aceção sobre a noção delocutiva segue por uma perspectiva ampliada, ou seja, não confere o caráter delocutivo apenas aos verbos, como também não propõe outras classes a serem analisadas pelo viés da delocutividade. Entendemos a delocutividade como um fenômeno geral extensivo à língua como um todo. Nossa forma de apreensão permite estender a todos os termos da língua a propriedade de serem delocutivos, pois a locução do discurso será a formadora das unidades léxicas da língua – o que propicia a inclusão de todas as propostas sobre as classes gramaticais, mas retira delas a importância em sua especificação para fins de identificação e/ou definição de delocutivos. Nesse sentido, as classes não definem e/ou caracterizam os delocutivos e, sim, os usos delocutivos é que definem as possibilidades taxonômicas que a língua comporta.

d) Sobre o ato de *dizer*

Quanto à definição dos delocutivos como verbos do “dizer”, feita por Émile Benveniste, diferentemente dos verbos do “fazer”, reconhecidamente denominativos, Fruyt (1997), para fazer sua crítica, registra que os delocutivos, que deveriam significar *dizer X*, são raramente monossemânticos. Acrescenta que alguns dos verbos delocutivos, citados por Benveniste (1995), permitem o emprego performativo onde o “fazer” e o “dizer” são indissociáveis (lat. *parentare*) e que alguns de seus exemplos delocutivos denotam um processo desencadeador de sentimento (grego, *χαίρει*).

Com essas constatações, Fruyt (1997) desconsidera a questão do “dizer” como elemento definidor de um delocutivo – o que parece retirar da noção original a característica que mais a define, pois, nas considerações de Benveniste (1995, p. 315), um delocutivo tem por “traço essencial e sinalético” o fato de “estar com a sua base nominal na relação “dizer...”, e não na relação “fazer...” que é própria do denominativo”.

Consideremos, então, o que propõe Josette Rey-Debove, em 1975, no artigo *Benveniste et l'autonymie: les verbes délocutifs*. A autora chama atenção para a proposta benvenistiana de delocutividade, como um processo derivacional que, ainda, não havia recebido o devido reconhecimento dos linguistas. Segundo a autora, Benveniste trata do

fenômeno da autonímia⁴² sem, no entanto, esclarecê-lo, já que mantém, em seu artigo, uma frouxidão terminológica da qual deriva, para o leitor, apenas um sentimento intuitivo sobre o fenômeno.

A autonímia, pela concepção da autora, permite diferenciar o estatuto entre “fazer” e “dizer”: o “dizer” relacionado ao universo metalinguístico dos signos (a palavra) e o “fazer”, ao universo das coisas (o gesto). Assim, “Toutes les séquences rapportées en style direct qui suivent le verbe *dire* sont métalinguistiques autonymes, et homonymes des mêmes séquences en usage ordinaire”⁴³ (p. 246), sendo o próprio verbo – dizer – metalinguístico não autônomo e não reflexivo, já que retoma um ato metalinguístico, mas não significa seu próprio signo e, sim, outro(s).

Rey-Debove (1975) considera que o discurso metalinguístico organiza-se num duplo sistema intercomplementar: o primeiro trata do universo da linguagem em oposição ao do mundo e o segundo, dos signos dos quais se fala. Como possuem elementos intercambiáveis, a autora considera pouco relevante a oposição vocábulo/locução do discurso, já que os signos autônomos podem, por natureza, significar uma unidade da língua ou uma sequência de discurso. Em discurso, o vocábulo é uma unidade de discurso como a “locução” e não é apenas ao nível do conteúdo que a unidade autônoma do discurso representa uma unidade da língua ou do discurso.

Registra, então, que não é possível descrever fatos de significação, ou, ainda, diferenciar dois signos homônimos (o gesto (*salut*) e a palavra (*salut*)), caracterizando o exterior do que é um signo; entretanto, salienta que Benveniste, ao preferir o “ser” a “significar”, deixa evidente que não considera o “gesto” e a “palavra” como homônimos, mas como uma mesma palavra com estatuto linguístico diferente, só que não é possível localizar essa diferença de estatuto, com seus traços semânticos pertinentes, baseando-se no “ser” das sequências de palavras.

Segundo Rey-Debove (1975), Benveniste se torna autor do fenômeno da autonímia sem nunca tê-lo descrito, pois caracteriza a palavra autonímica com termos⁴⁴ que designam o delocutivo e que, ao serem reunidos, evidenciam três aspectos da palavra autonímica:

⁴² Sendo um fenômeno especialmente do discurso, a autonímia consiste em usar uma palavra, frase ou sentença não em sua denotação comum, mas a fim de destacar algum elemento linguístico ou o próprio enunciado. Para Rey-Debove (1975), a palavra autonímica designa, mas também significa, da mesma forma que as outras palavras e constitui-se um fenômeno de natureza estritamente semântica.

⁴³ São metalinguísticas autonímicas todas as sequências em discurso direto que seguem o verbo *dizer* e homônimas da mesma sequência em uso comum.

⁴⁴ Foram citados pela autora “locution de discours” (p. 277), “terme à prononcer, locution formulaire, formule de salutation” (p. 278), “formule épistolaire, éléments formels de discours” (p. 279), “appel” (p. 280) “nom de la notion” (p. 281), “terme d’ allocution” (p. 282).

- 1) o fato de receber o estatuto autonímico somente no discurso (locução de discursos);
- 2) o fato de que significa seu próprio significante (elementos formais de discursos) e não comportar substituição por sinônimos;
- 3) o fato de todas as palavras ou sequências autonímicas serem nomes (nome da noção).

A metalinguagem benvenistiana relativa aos delocutivos é criticada por Rey-Debove que a considera reflexo das incertezas de Benveniste, ao mesmo tempo em que a autora define o delocutivo como um derivado cuja base é uma palavra autônoma do sintagma que ele forma com um verbo metalinguístico e com a junção de sufixos verbais. Rey-Debove (1975) conclui, então, que o verbo delocutivo é apenas um caso particular do fenômeno geral de derivação sobre base autônoma.

Ao fazer uma interpretação autonímica do delocutivo, a questão da categoria gramatical da base diverge da proposta por Benveniste. Todas as palavras autônomas, independente da categoria gramatical de seu homônimo, são nomes; assim, a interpretação autonímica dos delocutivos torna-os denominativos, uma vez que a base de todos será um nome. A diferença entre os denominativos e os delocutivos, para Rey-debove, é representada pela manifestação da homonímia de base, sendo que o estatuto semiótico de cada nome é que se diferencia.

Determinada a categoria gramatical dos nomes para esse tipo de derivação, vemos que, para a autora, a oposição terminológica delocutivo/denominativo não se sustenta, assim como a distinção entre o “dizer” e o “fazer”, pois considera que as suas fronteiras se entrelaçam não permitindo uma evidência de um ou outro estatuto semântico. Como forma mais adequada de nomear os delocutivos, propostos por Benveniste, Rey-Debove (1975) sugere a expressão “denominativos autonímicos”, por considerar a autonímia da base o único critério que define, efetivamente, um delocutivo benvenistiano.

Consideremos, ainda, a proposta de Recanati (1978), registrada no artigo “Performatifs e delocutifs: a propos du verbe *s’excuser*.”, por meio do qual o autor faz um estudo sobre as diferentes possibilidades de sentido do verbo “excuser”.⁴⁵ Dentre os usos e sentidos decorrentes, analisa um emprego que se caracteriza por ser originário de uma locução, ou seja, um delocutivo, segundo a noção benvenistiana. Para o autor, esse verbo, em seu uso delocutivo, é também um performativo.⁴⁶ Seu argumento está baseado no fato de que,

⁴⁵ Sua análise é direcionada à língua francesa.

⁴⁶ O enunciado performativo, em conformidade com Austin (1990), caracteriza-se pelo fato de o locutor não estar simplesmente descrevendo a realidade, mas estar agindo sobre ela, ou seja, ao enunciar o locutor realiza uma ação por meio de seu proferimento. Nas palavras do autor, “indica que ao se emitir o proferimento está-se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo” (p. 25).

ao enunciar, o locutor realiza o ato que está enunciando, ou seja, realiza-se o ato pela própria enunciação efetivada, emergindo, assim, a necessidade de buscar as relações entre delocutivos e performativos. Trata, então, da performatividade dos delocutivos e da delocutividade dos performativos.

No primeiro caso, parece haver certa tendência para a performativização dos delocutivos, pois esse fenômeno não se aplica somente ao verbo “desculpar”. De modo geral, um verbo, ou locução verbal, que signifique o ato realizado pela enunciação de uma fórmula, pode ser utilizado, em primeira pessoa do presente do indicativo, tanto para realizar este ato como para realizar a fórmula em questão. Quanto a essa tendência à performatividade dos delocutivos, não há motivos para dúvidas; Recanati (1978) avalia, então, o fato de serem os performativos delocutivos – é a hipótese da derivação delocutiva dos performativos. Em sua tese, propõe que se observem as possibilidades de usos delocutivos, já que, em um determinado emprego, pode se configurar a derivação delocutiva. Assim, “non seulement un verbe, mais un sens d’un verbe peut être dérivé délocutivement...” (p. 75), o que comporta o alargamento da derivação delocutiva (já previsto por Benveniste, por ocasião de sua análise do verbo *ualere*), no sentido de resgatar significações possíveis e retidas em base única, ou seja, uma base significante pode comportar significações evidenciadas em usos que dela são promovidos. Esse viés de análise permite valorizar a questão das significações decorrentes dos usos das unidades linguísticas e de ser a delocutividade dos performativos uma possibilidade a ser averiguada no e pelo resgate do emprego das formas.

Define-se, então, que um delocutivo comporta a performatividade, entretanto a performatividade não garante uma realização delocutiva (em seu sentido *stricto*), pois um verbo (em nossa concepção, qualquer unidade linguística), ou determinado uso desse verbo, que embora denote a própria ação pelo ato de dizer, deverá ser oriundo de uma locução do discurso para que a delocutividade do performativo se estabeleça.

Não nos associamos à proposta de Rey-Debove (1975) e Fruyt (1997) por entendermos como possível a interpretabilidade diferencial entre o *dizer* e o *fazer*, quando considerados na língua em emprego, ou seja, associamo-nos à Recanati (1978) ao entendermos que os usos fornecem o diferencial entre esses estatutos semânticos e, decorrente dessa acepção, entendemos que uma locução do discurso pode promover a produtividade em uma língua, conforme os indicativos benvenistianos. Portanto, um delocutivo deve estar marcado pela relação “dizer”, pois é nessa relação que a delocutividade se estabelece e se identifica como renovadora da língua.

2.2 A noção de delocutividade no contexto brasileiro

A pesquisa sobre a noção delocutiva aplicada ao português do Brasil está em estado embrionário. O pouco que se tem registrado é oriundo das reflexões de Rodolfo Ilari (1986 e 2002) e Flores e Silva (2006) que propuseram aplicações dessa noção, explicitadas a seguir.

Ilari (1986), através do artigo *Delocutivos nós também temos, falou?*, insere, mesmo que de forma breve, a noção de delocutividade na língua portuguesa do Brasil. O registro do uso do verbo *falou*, no diálogo:

A – *A bebida fica por sua conta, falou?*

B – *Falou!*

Levou o autor a propor uma explicação, baseada numa interpretação habitual do uso desse verbo. O uso de *falou* na pergunta (A) é decorrente do emprego convencional desse verbo na resposta (B); é, então, um pedido antecipado de consentimento do interlocutor sobre o fato. Para Ilari, o uso desse verbo, na pergunta (A), antecipa a resposta *falou!* (B) e induz o interlocutor a ela. Antecipa, porque na troca de turno é o que o locutor espera como resposta do interlocutor e induz, já que serve como uma pista do que o locutor deseja como resposta.

Para encerrar sua rápida abordagem, Ilari sugere que o uso em (A) não seja enquadrado em anomalias morfológicas, mas em criações de “fórmulas ligadas ao desenvolvimento do diálogo”, ou em “criação de novos segmentos do léxico, por derivação, imprópria, via citação” (p. 84). O verbo *salutare*, oriundo de *salus!* (saudação), célebre exemplo de Benveniste ao propor a noção de delocução, é citado por Ilari, a fim de registrar o fato de não ser raro haver criações de fórmulas por meio de citações, ao que, segundo ele, Benveniste denomina de verbos delocutivos, ou seja, “verbos originados de nomes, via uso e interpretação formulaica destes” (p. 84).

Ilari (1986), assim como Benveniste, elegeu os verbos como a classe a ser analisada, entretanto, anuncia que a delocutividade não se limita a ela. O autor não aborda, nesse texto, outras possibilidades de formações léxicas delocutivas; deixa para o leitor essa tarefa, induzindo-o a essa busca, com as seguintes palavras “Se é representativo de uma classe ampla de fenômenos, ou não, diga-o quem quiser” (p. 85). A valoração desse texto se dá mais por ser uma proposta que viabiliza a fundação dos estudos da delocutividade no contexto brasileiro do que pelas brevíssimas explicações realizadas. Esse texto é mais um resumo abreviadíssimo do assunto, conforme o próprio Ilari revela, a título de introdução de sua proposta: “Esta comunicação será brevíssima” (p. 81).

Em 2002, o autor volta a propor o estudo da delocutividade e vai além da formação

verbal a partir de substantivos. Em seu artigo *Encore quelques délocutifs*, considera que há uma série de formações, no português, em que a noção delocutiva pode ser aplicada e que essa noção traz dificuldades para a semântica, que focaliza somente o sentido e a referência das expressões. Registra, ainda, que o recurso à situação de emprego das palavras, na busca pela evolução do seu sentido, não é recente e que levar em consideração as situações de emprego permitiu elucidar diversos “mistérios” na história das línguas. Adverte, entretanto, que a derivação delocutiva de Benveniste é de natureza bastante diferente da ideia inicial. Trata-se, segundo Ilari, de ações linguísticas retidas no processo derivacional, sendo o nome o elemento representante dessas ações e base para esse tipo de derivação.

Para Ilari, esse processo derivativo não se restringe aos verbos delocutivos propostos por Benveniste; o alcance dessa noção é bem maior. Prefere, então, derivação delocutiva para denominar esse fenômeno linguístico, fato que reiteramos nesta pesquisa.

Um estudo dos pares *esmola/esmolar* e *parabéns/parabenizar* ilustra o que Ilari (2002) chama de “um rodeio por uma situação de enunciação”.⁴⁷ Para ele, é esse rodeio pela enunciação que permite o resgate da relação entre os termos e os identifica como delocutivos. Compartilhamos com o autor a ideia de resgatar, via situação enunciativa, o processo formativo de um delocutivo; contudo, não definimos, para esse estudo, uma busca, como fez Ilari, dos elementos históricos de formação do “*le sens original*”⁴⁸ (p. 4) dos termos, para explicar a delocutividade, pois consideramos a ideia de “usos delocutivos”, conforme entendemos na proposta de Benveniste, reforçada em Flores e Silva (2005). Assim, não cremos que a retomada etimológica do sentido vá conferir estatuto de delocutividade às formações léxicas. O ritual enunciativo da linguagem, de fato, deve ser resgatado em sua sincronia, como o fez Ilari; entretanto a relação locução/delocutividade, em nossa análise, não requer uma garimpagem histórica do sentido, pois se elucida via ato enunciativo, baseado na relação “dizer”, compartilhada entre os interlocutores. Isso independe de como historicamente chega-se a tal ato.⁴⁹

O rodeio pela enunciação também pode servir para a formação de palavras que não

⁴⁷ No texto original, ‘*detour par une situation d’énociation*’ (p. 4), com tradução de nossa autoria.

⁴⁸ Ao que parece, o autor considera a existência de um sentido primeiro (original) que, ao ser identificado, no rodeio pela situação enunciativa, permite definir o caráter delocutivo dos termos.

⁴⁹ Na proposta de Ilari (2002), o rodeio pela situação de enunciação, tanto da descrição dos pares *esmola/esmolar* quanto de *parabéns/parabenizar*, ocorreu via resgate do sentido original dos vocábulos-base, para satisfazer o traço essencial do delocutivo, que consiste em estar com a base na relação “dizer”, conforme a proposta de Benveniste. Consideramos que a proposta de Ilari (2002) evidencia a complexidade desse fenômeno linguístico, mas seguimos por um outro viés de análise, por não entendermos que o alçamento do sentido “original” dos vocábulos-base seja elemento definidor da delocutividade. Assim, em nossa percepção, a base “*esmola*” não origina um delocutivo –“*esmolar*”, conforme a acepção original, pois não está marcada pela relação “dizer”, mas, sim, “fazer” um pedido, no português contemporâneo.

pertencem à classe dos verbos, justificando-se, assim, a preferência do autor por derivação delocutiva e não verbos. A interjeição olé! transformada em substantivo comum, em “O cachorro deu um olé no professor” (p. 5), ao que os gramáticos chamam de derivação imprópria, assim como o uso do termo “cheguei” em “umas roupas (bem) cheguei” ou “uma dona muito cheguei” (p. 6) são alguns dos exemplos utilizados para evidenciar que o tipo de derivação – imprópria – conduz à derivação delocutiva em registros do português brasileiro coloquial.⁵⁰ No novo item lexical fica armazenada alguma coisa da situação de emprego que desencadeou a derivação, ou seja, para Ilari (2002), parte-se de uma enunciação da qual se mantém, na nova criação léxica, essencialmente, a função por ela desempenhada.

Para encerrar a parte descritiva de sua proposta, o autor cita o termo “damedos”, usado para designar os turistas argentinos no sul do Brasil, originário de “Dá-me em dois”, locução amplamente empregada pelos argentinos em função das diferenças de câmbio das moedas argentina e brasileira, assim como outros termos, que denominam imigrantes, cuja origem é merecedora de análise à luz da noção delocutiva. Ainda, um segundo termo para designar o automóvel fusca – “pois é” - como uma derivação pejorativa de fusca, e o emprego interrogativo do verbo “falou?”, já discutido no artigo anteriormente citado, foram citados para mostrar que recorrer à noção delocutiva da língua parece ser fundamental na reflexão sobre a derivação de termos, ou seja, a recorrência apenas à sistematização dos fenômenos linguísticos derivativos pode não elucidá-los.

Neste texto, fica evidente que à noção tradicional de sentido e referência deve ser agregado o uso das expressões, sendo o sentido resultante do emprego das expressões e não do somatório das partes que as constituem. Ainda, a noção de derivação delocutiva foge das formas habituais de tratamento dos fenômenos linguísticos, mas o recurso a ela é fundamental para elucidar questões ainda subjacentes sobre a natureza da linguagem.

O artigo de Flores e Silva (2006), a saber, *Enunciação e produtividade lexical: um estudo dos processos de delocutividade verbal no português*, estabelece uma forma de identificação da delocutividade em verbos da língua portuguesa. Os autores elegem a perspectiva de Benveniste para a análise dos verbos, mas não se detém a ela. Utilizam a distinção proposta por Anscombe (1985^a) para tipos de delocutivos e a noção aproximativa entre performatividade e delocutividade de Récanati (1981), ao definir que, na base dos delocutivos, há sempre um performativo implícito.

Como princípios de análise, Flores e Silva (2006) propõem: a) observar ocorrências do

⁵⁰ Ilari (2002) registra “brésilien familier”(p. 6) ao que entendemos ser a língua portuguesa padrão do Brasil, empregada em uma de suas variedades.

verbo em uso delocutivo e b) se nessas ocorrências há ou não a retomada de uma locução; A fim de averiguar a hipótese de delocutividade, c) deve-se colocar o enunciado em que o verbo aparece em estrutura de discurso direto (DI). O essencial é ser possível, na paráfrase em ordem direta dos enunciados envolvidos no processo, produzir um enunciado com sentido aceitável. Isso dará estatuto de uso delocutivo ao verbo. Após a confirmação de uso delocutivo, d) é necessário que se verifiquem as regularidades desse uso no plano morfo-sintático-semântico da língua. A partir dessa proposta analítica, os autores registram e analisam os verbos desculpar e parabenizar (com usos delocutivos) e encorajar (usos não delocutivos).

Compartilhamos com os autores a ideia de usos delocutivos atrelados ao caráter sincrônico desse tipo de derivação, ambos subjacentes na obra de Benveniste e restaurados nos princípios já referidos para análise.

Se por um lado o texto de Flores e Silva (2006) é inovador, quer por oferecer uma proposta viável, que permite (re)conhecer usos delocutivos de verbos da língua portuguesa, ou por definir um quadro favorável para o estudo da delocutividade na língua portuguesa, por outro, não contempla princípios de análise viáveis para o reconhecimento de unidades léxicas de origem delocutiva para além da classe dos verbos. Daí a presente proposta de buscar caminhos que permitam identificar a delocutividade como um processo de formação léxica frequente, amplo e carente de estudos no âmbito da enunciação.

2.3 Articulação entre os fundamentos da teoria enunciativa benvenistiana e a noção de delocutividade

A fim de delinear nossa proposição sobre a noção de delocutividade, sentimo-nos em tempo para regressar a concepções benvenistianas que foram basilares na construção de sua Teoria da Enunciação e articular a base teórica benvenistiana, apontada no primeiro capítulo, à noção delocutiva aqui focalizada. A pertinência do estabelecimento das dimensões semiótica e semântica para a compreensão da noção de delocutividade está proposta em 2.3.1. As noções de forma e sentido implicadas na constituição da significação, na dimensão semântica, e associadas ao mecanismo da delocutividade encontram-se especificadas em 2.3.2. Apontamos, por fim, em 2.3.3, o espaço da delocutividade na Teoria da Enunciação benvenistiana.

2.3.1 A delocutividade e as dimensões semiótica e semântica da língua

Registramos, no primeiro capítulo desta tese, que Émile Benveniste é considerado um continuador das ideias de Ferdinand de Saussure na medida em que mantém, em seus estudos que tratam de enunciação, noções básicas do estruturalismo oriundo das lucubrações saussurianas; entretanto, sua forma de considerar a significância da língua transborda a estrutura inerente ao signo saussuriano, indo ao encontro de uma nova maneira de significar na língua – a dimensão semântica de significância. Dessons (2006) ratifica essa perspectiva ao considerar a distinção entre o âmbito semiótico saussuriano e o semântico pelo caráter histórico da constituição do sujeito no presente de sua fala. Confere à dicotomia saussuriana língua e fala (ou discurso) o lugar teórico de intersecção entre Saussure e Benveniste, pois, para Benveniste, era preciso “ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante” (1966, p. 224) e, assim, nesse ir além, estabelecem-se as duas dimensões de significância da língua – semiótica e semântica, instaurando-se, no âmbito da semântica, a dimensão antropológica da linguagem de onde emerge a linguística de Benveniste. No pensamento do próprio Benveniste (1989, p. 229),

a noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens.

É fato, em enunciação benvenistiana, que a possibilidade da sociedade e da própria humanidade decorre do ato de significar – *caráter primordial* da linguagem, só que a língua difere de outros sistemas produtores de sentido por ser o único sistema cuja significância se dá por dupla dimensão: semiótica (signos) e semântica (enunciação). Conforme refere Dessons (2006), entre as dimensões semiótica e semântica há um hiato, já que essas representam dois pontos de vista diferentes sobre a linguagem. No âmbito da semântica está, pois, o funcionamento da língua, ou seja, a dimensão semântica é a do emprego; trata da significação intencionada promovida por um locutor que se apropria da língua e a atualiza em seu uso, ou ainda, cuida da inserção do homem na língua ao considerar as realizações ligadas ao exercício do discurso.

Situadas as dimensões semiótica e semântica de significação da língua, cabe examinar a correlação entre essas dimensões e a noção de delocutividade benvenistiana, a fim de apreender a noção delocutiva na constituição da significação da língua.

Ao Benveniste (1989, p. 83) considerar que “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” manifesta a trajetória da língua que se atualiza a cada ato enunciativo; entretanto, ao trajeto língua/enunciação evidenciado, pode ser acrescido um movimento inverso – da enunciação para a língua, e, por esse ângulo, é possível contemplar formações da língua via discurso, o que Benveniste (1995) denominou delocutividade.

Conforme Benveniste (1995), a delocutividade é um processo de formação léxica derivado de uma locução do discurso, sendo, então, devido à própria natureza de sua formação, um mecanismo pertencente ao âmbito do discurso. Embora esse processo insira-se na dimensão semântica de significância da língua, evidencia-se que seu estabelecimento permite o retorno à língua (semiótica), ou seja, a delocutividade é um processo que manifesta a transitividade do discurso em direção à renovação da língua, realizando-se, portanto, no percurso da enunciação para a língua (signo). Em suma, ao mesmo tempo em que a língua se atualiza no âmbito do discurso, esse – o discurso – é ato formador da língua. Estabelece-se, assim, uma via de mão dupla passível de flutuação, cuja observação depende do intento existente ou, ainda, da disposição do linguista.

Entendemos que Émile Benveniste situa a abrangência de cada dimensão de significância da língua e que, com a noção de delocutividade, institui um ponto de passagem da dimensão semântica para a semiótica. Com esse retorno à língua, ou ainda, pelo fato de *dizer X* (locução do discurso) um elemento lexical da língua (signo) se estabelece, sendo possível, em nossa leitura, a expansão desse fenômeno para além de unidades léxicas da língua e, assim, ao considerá-lo em sua generalidade, a língua toda é constituída via discurso.

Pensemos, então, a possibilidade da noção de delocutividade em sentido *lato* e em sentido *stricto* (*explícita ou identificável*). A primeira, em sentido *lato*, a concebemos como um processo que comporta a formação de todos os elementos da língua via ato de enunciar, ou seja, a própria enunciação é responsável pela renovação da língua como um todo; não ocorre por determinação de categoria gramatical ou fórmula que a estabeleça; é um fenômeno geral de formação da língua, cuja única evidência é a existência da própria língua fundada pelo ato de enunciar. Nesse caso, a língua toda é delocutiva porque resulta do ato de colocá-la em funcionamento, ou seja, a enunciação cria a língua e o nome desse processo de formação é delocutividade - um processo de formação geral inerente ao âmbito do discurso.

Quanto à delocutividade em sentido *stricto*, julgamos necessário referir o artigo fundador da noção de delocutividade – *Os verbos delocutivos* (BENVENISTE, 1995), que evidencia determinadas características passíveis de explicitação e identificáveis em elementos formais do discurso. Por esse viés da proposição benvenistiana, um delocutivo terá a base

nominal marcada pelo ato de dizer X, ou seja, é pela locução do discurso que uma unidade da língua se forma – o que entendemos ser generalizável à língua como um todo. Entretanto, em sentido *stricto*, conforme a proposta inicial, a categoria verbal comportaria certa predisposição para formação derivacional oriunda de uma locução. Isso, conforme evidenciamos em 2.1.1 (c), pode ser considerado e extensivo à língua toda, mesmo que as características que identificam essa predisposição não respondam, da mesma forma, a todos os itens que compõem a língua.

Consideremos, então, a delocutividade, em sentido *stricto*, com a finalidade de evidenciar predicados que a definem e permitem um processo descritivo dessa identificação.

Na e para realização de um delocutivo, em sentido *stricto*, as seguintes características sinalizam para sua identificação:

- a) a base desencadeadora de um delocutivo deve ter sempre um *significante*;
- b) um delocutivo necessita de uma base semântica *à priori*, marcada pelo *dizer X*;
- c) a evolução morfológica formal⁵¹ é possibilidade e não condição para o estabelecimento de um delocutivo;
- d) pode haver evidência derivacional sincrônica no estabelecimento de um delocutivo.

Consideramos essa proposta de identificação delocutiva como um subitem da formação geral, ou seja, em nossa concepção, a língua toda é delocutiva, formada pelo ato enunciativo, mas é possível determinar alguns elementos, como o fez Benveniste no célebre artigo fundador da noção, que caracterizam determinadas formações. O capítulo três tratará de demonstrar empiricamente o fenômeno delocutivo como renovador de língua.

Permanecemos na dimensão semântica de significância e passamos a observar, no próximo item, de que maneira a delocutividade se relaciona com as noções de forma e sentido, manifestadas nas palavras agenciadas para constituição da significação em discurso.

2.3.2 A forma e o sentido na delocutividade

No intuito de discutir as noções de forma e sentido, Benveniste (1989) propõe o retorno à questão do que é significação, pois considera que o caráter antitético dos termos (forma/sentido) permite remeter ao fato de que a linguagem significa e isso é de sua própria natureza. Ela, a linguagem, é “a imagem mesma do que pode ser significação” (p. 223).

⁵¹ Darms (1980) sinaliza para a possibilidade, em determinadas línguas, de elementos sufixais identificadores de delocutividade. Entretanto, Fruyt (1997) afirma que não há sufixo específico que corresponda aos verbos delocutivos. Segundo a autora, os delocutivos são formados pelos processos usuais e produtivos das línguas em que aparecem.

Entretanto, como registramos, a significação pode ser desencadeada por dupla dimensão: a semiótica (signo) e a semântica (palavra/frase), o que condiciona a significação em cada dimensão, sendo determinante o recurso à forma e ao sentido das unidades que compõem cada dimensão, a fim de que a significação seja instituída.

Ao considerar as noções de forma e sentido correlacionados à dimensão semiótica, temos o signo, unidade semiótica distintiva de significação genérica, ou coletiva, marcada pela organização paradigmática, por conseguinte, não circunstancial e bifurcada em significado e significante, sendo o significante o aspecto formal do signo (distinto do plano dos fonemas) e o elemento que condiciona e determina o significado generalizante.

Pelo viés da dimensão semântica de significância, é preciso atentar para as noções de forma e sentido vinculadas a palavra/frase, pois, como afirma Benveniste (1989, p. 229) “(d)o semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva: todas as noções que passamos em revista retornam, mas outras e para entrar em relações novas”. Assim, retornamos as noções de sentido e forma, mas para estabelecer relações com a palavra e a frase, ou seja, as noções de forma e sentido reaparecem, porém inseridas na dimensão semântica de significância e correlacionadas com as unidades que a compõem.

A frase é unidade semântica particularizada resultante da apropriação da língua por um locutor, cuja significação não pode ser reduzida à soma de suas partes, por ser resultante da sintagmação da língua. Assim, o sintagma é a forma da frase, pois nele tanto a palavra quanto a frase são definidas em termos das estruturas formais e nelas o sentido se realiza. Para determinar o sentido da frase, é necessária a referência à situação do discurso e à atitude do locutor, porque a totalidade da ideia que a frase exprime é que expressa o seu sentido e este se realiza formalmente via o agenciamento sintagmático. Já o sentido da palavra é o emprego que se faz dela, sempre particular, e desencadeado por um locutor, ou seja, as palavras não *têm senão empregos*. É fato que a palavra, ao mesmo tempo em que influencia os outros elementos formadores da frase, sofre influência desses mesmos componentes da frase, sendo a ideia, a ser expressa e materializada na frase, fruto dessa inter-relação. Isso confere sentido único e especializado a cada palavra, pois é das inter-relações das palavras, na frase, que depende a configuração do sentido. Portanto, o sentido, no discurso, é estabelecido por meio das inter-relações do signo que, em agenciamento, transmutado em palavra, emite e recebe irradiações constituidoras de significações oriundas do *eu-tu-aqui-agora*. Para encerrar, o pensamento de Benveniste (1989, p. 232) resume adequadamente a ideia: “O sentido de uma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional” e, em relação à frase, “... o “sentido” da frase está na

totalidade da ideia percebida por uma compreensão global; a “forma” se obtém pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras”.

Como podemos observar, as noções de forma e sentido acompanham a dimensão de significância adotada. É preciso, então, considerar a dimensão semântica de significância da língua e examinar o mecanismo da delocutividade em correlação com a forma e sentido nessa acepção.

Acompanhamos o pensamento de Benveniste (1995) sobre o fato de a delocutividade ser um processo formativo oriundo da locução, portanto pertencente ao âmbito semântico; no entanto, não conferimos redutibilidade da noção a determinados elementos da língua. Acreditamos na possibilidade de expansão da noção para a língua toda, conforme referimos anteriormente (em 2.3.1). Em nosso entendimento, a delocutividade é uma atividade do discurso que permite, via ato de enunciar, a renovação da língua em sua totalidade. Nessa atividade, instaura-se a significação do particularizado (palavra/individual) ao generalizante (signo/coletivo), ou seja, é necessário observar que o sentido, por esse ângulo, também percorre o trajeto da palavra ao signo e nele (âmbito semiótico) é que (o sentido) vai se expandir. Essa mutação palavra/signo faz com que as possibilidades de significância se estabeleçam no âmbito semiótico, ou seja, faz com que a língua se renove e se (re)crie a cada enunciação.

Considerar a propriedade de renovação, ou ainda, da própria criação da língua como um efeito da enunciação sobre ela (a língua), implica reconhecer como gêmea, na palavra e no signo, a noção de forma, pois a mutação, nesse caso, ocorre no sentido e não na forma. A forma identifica-se nos âmbitos de significância da língua; o sentido, por meio desse movimento ascendente (especializado)/descendente (expansivo), renova a língua, pois, a partir do ato de enunciar e após a enunciação, o sentido pode se cristalizar e fazer parte da língua enquanto signo coletivo e compartilhado entre os interlocutores. Na palavra, o sentido vai ser sempre individualizado e não necessariamente pertencente a uma parte daquele que se apresenta no signo. Daí decorre a renovação da língua.

Para encerrar essa reflexão, pensemos na potencialidade do estudo da significação, pelo viés da palavra, pois é ela que renova o signo, ou o coloca em estado de espera – sem ela o sentido do signo é mera possibilidade.

Observamos, no próximo item desta seção, qual o espaço da noção de delocutividade na Teoria da Enunciação benvenistiana, a fim de firmarmos nossa proposição sobre o fato de a renovação da língua ser uma atividade do discurso.

2.3.3 Delocutividade e Enunciação

“A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Essa proposição ilustra e fundamenta as ideias benvenistianas sobre a noção de enunciação; mostra a enunciação pela condução da teoria do signo de Saussure à noção de discurso do pensamento de Benveniste. Por esse viés, a língua é efetuada em uma instância do discurso, o que supõe um locutor que, ao apropriar-se da língua para enunciar, instaura o outro e estabelece a intersubjetividade como condição da subjetividade; por meio da enunciação, o locutor atualiza a língua e deixa marcas de sua apropriação no enunciado. As questões aqui referidas, todas já postas no interior das discussões sobre enunciação benvenistiana, devem ser agregadas à proposta de renovação da língua por meio do discurso – ou seja – o fato de que a enunciação renova a língua e o nome desse mecanismo é delocutividade. Vejamos como esse processo se revela.

Para isso, é preciso percorrer o caminho inverso, ou seja, se a enunciação supõe a conversão da língua em discurso, é possível fazer o trajeto do discurso à língua – o que, em nossa acepção, pode ser feito por meio da noção de delocutividade. A noção delocutiva é bastante fecunda por evidenciar que, no processo inverso, ou seja, do discurso à língua, via ato de enunciar, encontram-se manifestações de significância, até então, pouco observadas nos estudos enunciativos. Cremos que o processo de delocutividade evidencia que, além do percurso língua/discurso comumente traçado nos estudos enunciativos, podemos fazer o inverso - do discurso à língua, e resgatar significações provenientes desse percurso.

O artigo de Benveniste (1995), *Os verbos delocutivos*, apresenta esse trajeto e serve como abertura para investigação desse novo percurso. Esse artigo benvenistiano propõe, conforme já referimos em 2.1, a formação de verbos (signos), via locução do discurso (palavras). A palavra é, então, o ponto de passagem entre as dimensões de significância da língua, pois, em sua versão no discurso, promove significações particularizadas, resultantes do agenciamento sintagmático e, em sua versão signo, comporta sentidos que, originários da palavra, podem, através dela, serem dilatados, subvertidos ou mesmo, simplesmente, renovados a cada enunciação - isso promove a renovação da língua por meio da enunciação.

Através da noção delocutiva, entendemos como Benveniste propõe a renovação da língua pelo âmbito da enunciação; está em sua proposição sobre os verbos delocutivos, embora ainda pouco examinada nos estudos enunciativos, a possibilidade de renovação da língua operada pelo e no ato de enunciar. Ao abordar o processo de renovação da língua, por esse viés, presumimos atenuar, pelo menos em parte, o campo arenoso do tratamento do

sentido – seja em qual for o âmbito de significância.

2.4 Delocutividade: princípios para definição

A título de encerramento deste capítulo, pensamos ser oportuno retornar, em caráter sintético, porém explicativo, a significação aqui assumida sobre a noção de delocutividade. Para isso, é preciso regressar aos três princípios apresentados na Introdução desta tese, a fim de esclarecê-los, por meio do estabelecimento de como e por que a delocutividade responde aos princípios propostos. Voltemos, então, a eles:

- a) se é verdade que a língua precisa ser enunciada para ser vista como tal, não é menos verdade que a enunciação é responsável, ao menos em parte, pela organização dessa língua e, até mesmo, pela sua renovação;
- b) o modelo da delocutividade proposto por Benveniste para o estudo dos verbos é potencialmente generalizável de forma a servir de modelo explicativo e descritivo dos efeitos da enunciação sobre o processo de renovação da língua;
- c) a delocutividade é um processo que se estende à língua - a todos os seus componentes (fonológico, sintático, morfológico, lexical, etc.).

É fato que a língua se atualiza a cada enunciação; é no ato de enunciar, ou ainda, a partir da enunciação, que a língua se configura como tal. Também é fato que a enunciação, conforme evidenciamos ao longo da seção 2.3, promove efeitos sobre a língua, o que a organiza e renova a cada manifestação enunciativa - eis nosso primeiro princípio.

A proposta benvenistiana para os verbos delocutivos não somente é viável, como serve para evidenciar que Benveniste já presumia em sua proposta enunciativa, a transitividade do discurso para a língua. A delocutividade serve, assim, de modelo explicativo e descritivo dos efeitos da enunciação sobre a renovação da língua - consideramos a delocutividade como o mecanismo que manifesta essa renovação – princípio que operacionaliza o primeiro.

A noção delocutiva é um processo que manifesta a transitividade do discurso em direção à língua e isso fornece a renovação constante da língua, que ocorre através das possibilidades de sentido que o signo acolhe e encapsula, por meio dos usos que se faz dele. A noção delocutiva é, portanto, extensiva à língua – terceiro e último princípio estabelecido por se admitir os dois primeiros.

Ao considerarmos a viabilidade da renovação da língua por meio do processo de

delocutividade, cumpre examinar, na estrutura da língua, em nosso recorte – o componente lexical – como os efeitos da enunciação contribuem para renová-la. Questão a ser evidenciada no capítulo quatro desta tese, após a apresentação dos aportes metodológicos necessários para tal abordagem (cf. cap. 3).

3 PRINCÍPIOS PARA O TRATAMENTO ENUNCIATIVO DO LÉXICO NAS OBRAS PLG I e PLG II

Registramos, nesta tese, que a Teoria da Enunciação benvenistiana nos serve de suporte teórico para a realização de nosso intento: a) construímos um aparato teórico, baseados nessa teoria enunciativa (cf. cap. 1), b), versamos sobre os princípios que regem a noção delocutiva a ela inerente (cf. cap. 2) e cabe, agora, c) promover uma discussão metodológica para a análise das formações léxicas por meio do mecanismo da delocutividade - processo que permite a transitividade do discurso para a língua. Esse fato será desenvolvido ao longo deste capítulo.

3.1 Para uma abordagem enunciativa do léxico

Em nosso recorte, elegemos a palavra,⁵² inserida no âmbito semântico-enunciativo de significância da língua, cujo sentido é marcado pela irrepitibilidade do ato, como o elemento a ser desvendado no exercício do discurso. Torna-se oportuno responder, então, por que elegemos o léxico⁵³ e por que especificamente o analisado por Émile Benveniste no PLG I e II, para firmarmos nossa proposição sobre os efeitos da enunciação sobre a língua.

Três motivos levaram-nos a essa seleção: em primeiro lugar e não por ordem hierárquica, por entendermos o signo/palavra como elo comum e integrador entre a língua e o

⁵² Conforme nossa definição (cap. 1), termo que se atualiza via ato enunciativo e que ocupa o posto de menor unidade linguística da enunciação benvenistiana. Cabe-nos salientar que, mesmo sendo a palavra nosso viés seletivo, não nos é pertinente examiná-la excluída do fato enunciativo no qual está inserida, pois somente nele é que a palavra assumirá o sentido aqui referido. Fora do fato enunciativo, ela é signo, conforme nosso recorte anteriormente explicitado.

⁵³ Léxico na acepção de palavra, resultante da sintagmação da língua transmutada em discurso, dotada de significações promovidas pelo ato enunciativo realizado pelo sujeito. Léxico pode ser, então, sinônimo de palavra ou, ainda, o conjunto de palavras em processo de atualização pelo ato enunciativo, conforme registramos no capítulo 1.

discurso, conforme evidenciado nos capítulos 1 e 2 desta tese, ou seja, o léxico é de interesse imediato quer por ocupar uma posição nuclear entre os âmbitos de significância da língua, quer por ser o elo integrador das significações da/na língua-discurso. Em segundo, por acreditarmos que o caminho discurso/língua ou, em um foco minimizado, palavra/signo deva ser trilhado, a fim de que possamos resgatar possibilidades de sentidos, por meio do mecanismo da delocutividade. Com isso, promovemos uma leitura incomum sobre as descrições do léxico, promovidas pelo próprio Benveniste, ou seja, nossas análises terão por base as análises benvenistianas sobre o componente lexical, servindo, então, as descrições apresentadas nos artigos que tratam do léxico, da seção *Léxico e cultura*, do PLG I e II, como fatos a serem analisados. Por fim, como terceiro motivo, cremos que o fato de Benveniste (1995) ter desenvolvido sua proposta delocutiva, tendo por base o léxico, não pode ser desconsiderado. Afinal, a discussão sobre a delocutividade, empreendida não somente pelo autor, mas por outros estudiosos que, também, trataram da noção delocutiva, foi conduzida por intermédio do estudo do léxico: no caso do artigo fundador – os verbos – nos demais autores, além dos verbos, outros componentes lexicais foram alçados, mas todas as discussões foram dirigidas pelo e ao estudo do léxico.⁵⁴ Nada mais natural que sigamos essa trajetória.

Daí a necessidade de revisitar o léxico pela descrição de Benveniste, não por uma leitura convencional de sua obra, mas por uma interpretação que busque evidenciar como a língua se renova por meio da enunciação, ou ainda, como a enunciação, através do mecanismo da delocutividade, promove a renovação da língua – para isso a análise da unidade léxica é indispensável, pois é nela que a significação do signo se transmuta em significação do/no discurso e o inverso se manifesta.

Como nossa preocupação é (re)examinar as descrições léxicas promovidas por Émile Benveniste, selecionamos, conforme já referido, a seção *Léxico e cultura* do PLG I e II, cujas análises dos fenômenos linguísticos circundam em torno de formações léxicas variadas que pressupomos serem passíveis de generalizações constituidoras de princípios acerca dos efeitos da enunciação sobre a língua. O intento é centrarmos nossa atenção nos registros benvenistianos que tenham o léxico como elemento nuclear das discussões, a fim de que possamos delinear como esse se apresenta nas análises de Benveniste e, assim, definirmos, por meio de outro olhar sobre essas descrições, de que forma a renovação da língua ocorre no uso que dela é feito, ou seja, no quadro da enunciação benvenistiana.

Necessitamos, portanto, de dois movimentos para a abordagem do léxico a que nos

⁵⁴ Conforme estudos de Fruyt (1997), Rey-Debove (1975), Ilari (2002), Darms (1980) dentre outros citados no capítulo dois desta tese.

propomos. Em linguagem benvenistiana, é preciso *compreender*, e não somente *reconhecer*, a atualização da língua, via sintagmação, e a renovação da língua, por meio da delocutividade. No quadro abaixo, organizamos uma síntese para nossa proposta de compreensão dos movimentos⁵⁵ a serem descritos a fim de que façamos uma abordagem enunciativa do léxico.

QUADRO 2 – Para uma abordagem enunciativa do léxico.

DA LÍNGUA PARA ENUNCIÇÃO	DA ENUNCIÇÃO PARA A LÍNGUA
Processo: sintagmação	Processo: delocução
Resultado: atualização da língua	Resultado: renovação da língua
Fórmula: (L → E) ∩ (S → P) U stg = A	Fórmula: (E → L) ∩ (P → S) U dlc = R

Nossa fórmula obedece à seguinte terminologia:

L = língua,

E = enunciação,

S = signo,

P = palavra,

stg = sintagmação,

dlc = delocução,

A = atualização e

R = renovação.

Realizemos, então, uma leitura de nossa *fórmula*, já que os itens *processo* e *resultado* já foram, em capítulos anteriores, objeto de discussão. No movimento da língua (L) para a enunciação (E) ou, ajustando o foco, do signo (S) para a palavra (P), e por considerar as relações que se estabelecem na língua, já em discurso, (stg), obtemos, por resultado, a atualização da língua (A). Num outro movimento, da enunciação (E) para a língua (L) ou, no percurso da palavra (P) para o signo (S), obtemos, por resultado ou efeito (dlc), a renovação da língua (R). A aplicabilidade dessa nossa proposição será evidenciada no capítulo seguinte.

À guisa de explicação, cabe dizer que a análise dos artigos constantes em *Léxico e cultura* do PLG I e II terá a seguinte ordem. Primeiramente, apresentamos uma resenha do capítulo em estudo. Quanto a isso, vale ressaltar que nossa proposição não é interpretar ou explicar os artigos selecionados, mas, sim, analisar o elemento que nos serve de objeto de

⁵⁵ Os movimentos aqui citados têm caráter metodológico-explicativo.

estudo – o léxico. Na sequência, examinamos o componente lexical, proposto por Benveniste em cada capítulo, à luz dos processos de sintagmação e delocução, por meio da aplicação da fórmula demonstrada anteriormente.

Em síntese, cada capítulo comportará a) uma resenha, b) a análise do léxico pelo viés da sintagmação, c) a aplicação da fórmula de delocução e, por fim, d) os resultados individuais e oriundos desse conjunto de procedimentos.

3.1.1 O *corpus*

A constituição de nosso *corpus* de pesquisa está atrelada ao ponto de vista teórico a que nos associamos e isso nos impõe o desafio de trabalhar com a singularidade, ou seja, com uma metodologia que permita dar conta do elemento unitário - o fato enunciativo, para o qual a repetibilidade é impossível, pois o enunciado é produto de um ato enunciativo que é único; portanto, não passível de repetições, embora passível de generalizações sobre a unicidade do ato. Isso confere ao estudo um caráter singular, na medida em que eleger o fato enunciativo, único e não passível de generalizações por sua própria natureza, mas que, ao mesmo tempo, encaminha-se como uma perspectiva universalizante em termos de aplicabilidade. As generalizações, passíveis de universalidade, são procedentes de uma transversalidade na compreensão da singularidade do ato enunciativo, pois a verticalidade não abarcaria a amplitude da noção delocutiva no ato enunciativo. Portanto, entendemos que o fato de trabalharmos com a singularidade não nos impossibilita de buscarmos questões generalizantes.

“... a dissociação leva-nos à constituição formal; a integração leva-nos às unidades significantes” (Benveniste, 1995 p. 135). Ao proferir isso, Benveniste transporta-nos ao emprego da língua como o ponto-chave para a definição de um *corpus* de análise em enunciação. Entendemos que, das combinações sintagmáticas da língua em uso, ou seja, das associações de unidades linguísticas distintas, emergem as significações estabelecidas na frase como unidade do discurso e que o processo inverso também seja possível e necessário. Retomemos, então, as palavras de Flores e Teixeira (2005): “O que caracteriza a lingüística da enunciação é a abordagem do fenômeno enunciativo na linguagem desde um ponto de vista que considere o sujeito que enuncia” (p. 99), ou seja, a enunciação é da ordem do não-repetível, porque comporta o sujeito (eu/tu) que realiza o ato, em determinadas condições (o tempo é sempre o presente – agora), em um espaço considerado o *aqui*. A partir desse “Aparelho formal” (simultaneamente da ordem do universal e da ordem do repetível),

estabelecem-se as marcas enunciativas deixadas pelo sujeito em cada ato (singular e da ordem do não repetível). Tratar da enunciação é, portanto, reconhecer que a abordagem do fenômeno linguístico se dá no ato de sua realização – processo enunciativo – e que essa abordagem não abre mão de uma estrutura que *formalize* a realização enunciativa do ato.

Flores (2008, p. 41) chama de fato enunciativo “todo o fenômeno que servir para explicitar a maneira pela qual o sujeito se marca naquilo que diz”. Consideramos a constituição de nosso *corpus* de fatos⁵⁶ como a reunião de elementos marcados por um ponto de vista que determina o objeto a ser descrito. O *corpus* aqui analisado é constituído, então, por fatos enunciativos cujo produto – o enunciado – será resultante do ato individual de utilização da língua e que, via análise enunciativa, é contemplado pelo viés do sujeito que o enunciou; pela ótica saussuriana, à qual nos associamos, é o ponto de vista adotado sobre os fenômenos linguísticos que determina os fatos relevantes para uma descrição linguística. Configura-se, desse modo, o ambiente linguístico-enunciativo a ser examinado, revelador de significações em emprego.

Antes de encerrar esta parte, cabe uma pequena divagação sobre a natureza do *corpus* aqui estudado e das consequências decorrentes dessa escolha que fizemos.

A linguística, como sabemos, é uma área do conhecimento que se constituiu sobre alguns pilares do fazer científico os quais, poucas vezes, são questionados. Um desses pilares é a exigência de comprovação empírica.

Isso é de tal forma difundido que chega a tomar ares de uma certa “caracterização geral” da linguística, incontestemente em sua gênese. Daremos apenas um exemplo: o manual de linguística, de John Lyons, talvez um dos mais conhecidos no mundo, em seção dedicada a responder se a linguística é uma ciência (cf. seção 2.2 do livro), diz que, embora haja muitas discordâncias sobre o que pode, ou não, ser considerado ciência, há certos “pontos unânimes” (Lyons, 1982, p. 46). Segundo o autor, “o primeiro e mais importante deles é que a linguística é empírica” (Idem). Com isso, Lyons quer dar a entender que a linguística “... opera com dados publicamente verificáveis por meio de observações e experiências” (Idem).

A discussão feita por Lyons é bem mais complexa do que deixamos transparecer no parágrafo anterior – uma vez que o autor acaba confrontando diferentes pontos de vista sobre a ciência em relação, principalmente, ao recurso à intuição linguística, utilizado na linguística gerativista, por exemplo, – no entanto, é suficiente para ilustrar o que estamos chamando de “pilar” do fazer científico. Em outras palavras: a linguística dedica-se a analisar dados

⁵⁶ Um *corpus* de fatos é definido como “reunião de mecanismos que coloca em relevo as maneiras de o sujeito se marcar naquilo que diz” (FLORES, 2008, p. 41).

linguísticos, ocorrências efetivamente realizadas.

Nosso *corpus*, de um lado, mantém esse princípio, uma vez que é constituído pelas análises linguísticas feitas por Benveniste em dez de seus artigos presentes em PLG I e II. De outro lado, distancia-se desse imperativo científico e filia-se a uma perspectiva que poderia ser nomeada, sem que houvesse incoerência, de epistemológica, uma vez que constitui objeto de nossa análise a própria teoria de Benveniste.

Assim, simultaneamente, fazemos análise dos fatos de língua e teorizamos sobre a teoria que serviu de base para analisá-los. Enfim, o recorte teórico-metodológico a que nos propusemos orienta a análise do *corpus* desta pesquisa a ser legitimada no próximo capítulo desta tese.

3.1.2 O léxico em/do discurso

O léxico recebeu tratamento diferenciado nas obras PLG I e II e isso não é difícil de constatar;⁵⁷ basta observarmos a macroestrutura que organiza os livros. Das seis partes⁵⁸ que compõem o PLG I, uma, sob o título de *Léxico e cultura*, é dedicada especificamente ao léxico. Essa seção comporta, sequencialmente, os capítulos (24) *Problemas semânticos da reconstrução*; (25) *Eufemismos antigos e modernos*; (26) *Dom e troca no vocabulário indo-europeu*; (27) *A noção de ritmo na sua expressão lingüística*; e (28) *Civilização: contribuição à história da palavra*. No PLG II, as mesmas seis partes são registradas, sendo que estão compilados, na seção *Léxico e cultura*, os capítulos (16) *Difusão de um termo de cultura: o latim orarium*; (17) *Gênese do termo “scientifique”*; (18) *A blasfêmia e a eufemia*; (19) *Como se formou uma diferenciação lexical em francês*; (20) *Dois modelos lingüísticos da cidade*. É oportuno observar que, por meio da seleção desses dez artigos, Benveniste objetiva, segundo prefácio de sua própria autoria (PLG I), destacar “o papel da significação e da cultura”. Fato a ser observado nas seções que seguem.

Para examinarmos os dez capítulos aqui eleitos, elaboramos o capítulo seguinte (cf.

⁵⁷ Embora nesta seção tratemos de léxico, cremos ser apropriado referir os estudos de Silva (2005) e Lichtenberg (2006) pelo fato de evidenciarem que perpassa, nos escritos (teóricos e práticos sobre enunciação) de Benveniste, uma sintaxe – a *sintaxe da enunciação*, como exigência para promoção de sentidos no âmbito da *Linguística da Enunciação*. Em nosso recorte, não contestamos as proposições das autoras, nem nos distanciamos delas; sinalizamos, porém, que um exame atento sobre o léxico, pelo viés da enunciação benvenistiana, pode fornecer respostas para o que entendemos por renovação da língua operada pela enunciação.

⁵⁸ A obra benvenistiana *Problemas de lingüística geral I* é subdividida, pelo próprio autor, em seis partes, a saber, I. *Transformações da lingüística*; II. *A comunicação*; III. *Estruturas e análises*; IV. *Funções sintáticas*; V. *O homem na língua* e VI. *Léxico e cultura*. Os capítulos que compõem cada parte, conforme prefácio, são artigos reunidos por proximidade das temáticas tratadas na obra e publicados entre 1939 e 1964. O *PLG II* segue essa mesma macroestrutura organizacional, sendo constituído por artigos lançados de 1965 a 1972.

cap. 4) dividido em três seções. Na primeira (cf. 4.1), registramos os artigos, da seção *Léxico e cultura*, encontrados no PLG I e expomos o modelo proposto por Benveniste para o que ele denomina de “Problemas semânticos de reconstrução”, encontrado já no primeiro capítulo. Os artigos da seção *Léxico e cultura*, pertencentes ao PLG II, são historiados na segunda seção (cf. 4.2) deste capítulo. Optamos por mantê-los separados por crermos que a focalização em cada obra, individualmente, facilita a apreensão e discussão dos fatos enunciativos. Na terceira seção deste capítulo (cf. 4.3), apresentamos os resultados das análises das seções anteriores e sumarizamos a proposta generalizante de renovação da língua pelo viés da enunciação.

4 A DELOCUTIVIDADE NO TRATAMENTO DO LÉXICO EM PLG I e PLG II

Neste capítulo, buscamos desenvolver as análises tendo em vista o proposto até o momento acerca da delocutividade. Assim, vemos como o uso, entendido como *o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização* (cf. BENVENISTE, 1989, p. 82) cria as condições para que a língua se renove. Fazemos isso a partir de uma interpretação do modelo benvenistiano da delocutividade.

Como esclarecemos na Introdução (cf. supra), a enunciação tem papel significativo no processo de organização da língua e mesmo de renovação. O modelo da delocutividade, proposto por Benveniste para o estudo dos verbos, foi avaliado de forma a servir de parâmetro explicativo e descritivo dos efeitos da enunciação sobre o processo de renovação da língua. É sobre isso que passamos a discorrer nas análises a seguir.

4.1 Léxico, significação e cultura no PLG I

Nesta seção, estruturada em cinco subseções, apresentamos as análises do componente lexical benvenistiano, registradas na seção *Léxico e cultura*, do PLG I. Temos por intuito legitimar uma abordagem para o léxico no âmbito enunciativo, ou seja – no âmbito de significância do discurso. As subseções que seguem obedecem à mesma organização adotada na obra benvenistiana.

4.1.1 Problemas semânticos da reconstrução⁵⁹

No artigo que abre a seção *Léxico e cultura* do PLG I, temos uma discussão sobre a reconstrução linguística, não por um viés de reconstrução formal, para o qual o aparato da fonética ou da morfologia forneceria as regras, mas do ponto de vista do sentido. De imediato, Benveniste (1995, p. 320) elege os empregos das formas linguísticas como determinantes do “sentido”, ou seja, é pelo uso e ligações resultantes desse uso que o sentido emergirá. Eis o modelo proposto pelo autor: “o ‘sentido’ de uma forma linguística se define (1º)⁶⁰ pela totalidade dos seus empregos, (2º) pela sua distribuição e (3º) pelos tipos de ligações resultantes”.

Para ilustrar, propõe diversos exemplos e os inventaria sempre evidenciando que as relações morfológicas e o “bom senso” do linguista não são suficientes para a determinação do sentido dos termos. Entre os exemplos, cita, **em primeiro lugar**, os homófonos ingleses *story (narrative)* e *story (set de rooms)* que, embora formalmente idênticos, em seus empregos, o sentido mantém-se sempre como distinto e o francês *voler (fly)*⁶¹ e *voler (steal)*⁶² que, aparentemente, no sentido, em nada se assemelham, entretanto, um emprego não presumível permite significar, ao mesmo tempo, *voler flying* e *stealing*, o que suscita buscar o emprego que provocou a ruptura da unidade de sentido e fez com que hoje dois domínios semânticos distintos coexistam. Soma-se, aos casos citados, uma descrição de termos em indo-europeu, grego, latim e francês, o que totaliza nove exemplos de formas idênticas, assemelhadas ou aparentadas, mas com diferenças de sentido, discutidos pelo autor.

Ao utilizar nossa fórmula representativa do movimento da língua (L) para enunciação (E), obtivemos, com relação aos termos (S) ingleses *story (narrative)* e *story (set de rooms)*, que o emprego (P), via sintagmação (stg), nunca permite um termo comutável com o outro, ou seja, a forma, embora semelhante, requer sentidos distintos que nunca se aproximam, quando considerados na sintagmação da língua – no discurso. Mesmo uma busca etimológica que, segundo Benveniste, pode ser utilizada somente a título de confirmação, pois não garantiria a independência atual dos termos, mantém a impossibilidade de emprego com sentido comutável entre os termos. Assim, os distintos significados desses termos (S) da língua (L) só

⁵⁹ Dentre artigos benvenistianos selecionados para uma pesquisa, Silva (2005) analisa o presente artigo com o intuito de verificar como se apresenta a sintaxe na proposta enunciativa benvenistiana. A autora registra a existência da relação entre léxico e relações sintagmáticas na seção onde, segundo ela, não se esperaria um estudo sintático.

⁶⁰ A marcação numérica é de nossa autoria.

⁶¹ *Voler* como “voar”.

⁶² *Voler* como “roubar”.

existem porque enunciados e a atualização da língua é o resultado desse ato, pois os sentidos são especializados no e decorrentes do emprego das formas. Como signo, o termo *story* não passa de mera possibilidade.

É explícito o processo de sintagmação como definidor da significação desses termos examinados por Benveniste; logo, é por esse viés que as análises da língua para o discurso foram efetivadas por Benveniste e é esse processo de atualização da língua que servirá como ponto de partida para nossa proposta de análise descritiva da delocutividade na língua.

Vejam o movimento inverso, conforme o propusemos: da enunciação para a língua. Se é lícito que a língua se atualiza a cada enunciação, também o é que, pelo ato de enunciar, a língua se configura enquanto tal e se renova. Por nossa fórmula $(E \rightarrow L) \supset (P \rightarrow S) \cup dlc = R$, os termos *story* (P), com sentidos especializados na enunciação, quando considerados em processo delocutivo (dlc), ou seja, a partir da enunciação, com movimento de retorno à língua, a renovam à medida que os sentidos de cada termo são configurados na sintagmação e, portanto, quando retornam à língua são sentidos novos, embora com formas (estruturas léxicas) idênticas que, ainda, permitem novas formações léxicas oriundas e pertinentes a cada um. Assim, o movimento de retorno ($E \rightarrow L$) firma que não são dois sentidos possíveis, configurados em uma mesma forma linguística, mas, sim, a utilização de uma forma idêntica para evidenciar sentidos configurados na e pela enunciação. É bem verdade que sentidos, no uso recorrente, tornam-se cristalizados, entretanto a renovação e a própria criação das estruturas léxicas passa por esse retorno à língua por intermédio da enunciação, ou seja, pelo processo de delocução, para que se estabeleça e passe a fazer parte da língua (já no âmbito semiótico).

Dos sentidos de *story* (*narrative* e *set de rooms*), enquanto palavras, podem ser derivados outros sentidos, cujo estabelecimento da forma pode estar associado à forma inicial do termo, ou ainda, uma forma totalmente nova pode surgir para designar sentidos oriundos e decorrentes das acepções internalizadas ao termo (*story*), quando considerados em movimento de delocução.

Dessa maneira, o retorno à língua, por meio do processo de delocução, dá-se ao se considerar o sentido – do particular ao generalizante – como o formador da língua, cuja representatividade pode ser oriunda de formas linguísticas já cristalizadas ou de formas totalmente novas. Isso confirma o pensamento de Benveniste (1989, p. 232) de que as palavras “não têm senão empregos”, pois o sentido resulta, precisamente, das relações da palavra na frase, lembrando, sempre, que trabalhamos com as noções de forma e sentido no âmbito semântico de significância da língua.

Passamos, agora, a analisar o **segundo exemplo benvenistiano**; termos franceses (S) *voler* (fly), intransitivo, e *voler* (steal), transitivo, propostos, por Benveniste, como o caso inverso, por haver um emprego cujo sentido pode ser associado com o outro e por ele comutável. O processo de sintagmação (stg) desses verbos (P) evidencia que um determinado emprego é responsável pela inserção de novo sentido que faz com que esses verbos sejam, hoje, palavras distintas. A expressão – “le faucon *vole*⁶³ la perdrix” é a construção na qual o emprego de “voler” se presta para produzir a cisão da unidade de sentido inicial e a consequente criação de uma nova unidade semântica. A atualização da língua se concretiza, então, nos três ambientes determinados pelo e no processo de sintagmação o que resumimos como: (S = voler (forma) ➡ fly (sentido)); (S = voler (forma) ➡ flying e stealing (sentido)); (S = voler (forma) ➡ steal (sentido)).

Da enunciação para a língua (E➡L), encontra-se *Voler* (P), com um sentido particularizado que, ao retornar à língua, ocupa uma mesma forma, para evidenciar sentidos cristalizados pelo uso. Isso faz com que essa forma única passe, de certa maneira, a representar diferentes formas, pois, mesmo sendo única, em sintagmação, devolve para a língua um novo termo, marcado e definido pelas relações com as outras formas com as quais se realiza.

Um terceiro tópico sobre a reconstrução semântica é lançado por Benveniste, a saber, a questão da tradução de termos e as divergências a ela relacionadas pelo fato de o linguista, inconscientemente, guiar-se pelas categorias de sua própria língua. A correspondência, ou a falta dela, entre o sentido do termo grego *títhēmi* (estabelecer) com o latino *facere* (fazer) é utilizada para abordar tal questão. Para Benveniste, a forma *dhē-*, em indo-europeu, admite, ao mesmo tempo, os dois sentidos (estabelecer e fazer), entretanto, a ligação entre os dois sentidos não se manifesta sem justificação. Os fundamentos para essa relação de sentido encontram-se em se considerar precisos empregos da noção na língua em exame. Assim, chegamos às seguintes e importantes comprovações benvenistianas:

... 1º a distinção entre “estabelecer” e “fazer” não corresponde à realidade indo-européia sob a forma nítida que tem para nós; 2º a construção de **dhē-* é um componente essencial do emprego e do sentido; 3º a noção de “fazer”, na medida em que é expressa por **dhē-*, se determina por ligações particulares que são as únicas que permitem defini-la, pois a definição só é possível nos termos da própria língua (BENVENISTE, 1995, p. 322).

Dessa forma, a transposição dos valores de um sistema para o outro se vale dos

⁶³ *Vole* como “alcança e agarra voando”.

empregos (stg), a fim de que os sentidos se particularizem em realizações conforme cada sistema linguístico. Os sistemas comportarão, a partir da sintagmação, as formas, com os sentidos que lhes foram atribuídos em cada língua.

Por esse mesmo viés, **outra situação** é apontada, pelo autor, por meio dos verbos grego *tréphō* (nutrir) e *tréphō* (coagular - o leite), idênticos em forma, mas declarados como sentidos dissociados. A relação entre os dois sentidos define-se em se considerar o sentido unitário do termo: “favorecer (por meio de cuidados apropriados) o desenvolvimento daquilo que é submetido ao crescimento” (p. 323) que, ao ser utilizado, em cada emprego, assume a especialidade necessária que o define. Assim, os sentidos de “nutrir” e “coagular” passam a ser estabelecidos nos empregos possíveis do termo cujo sentido mais amplo confere significações mais usuais, particulares, técnicas, etc. sempre associadas por ligações semânticas ao sentido amplo.

Com esse exemplo, Benveniste estima não haver dois sentidos para o verbo *tréphō* e, sim, um sentido cujos empregos definem as especificidades de sentido e declara que alguns problemas nas reconstruções semânticas devem-se às definições insuficientes dos termos, ou a transposições não legítimas dos valores de um sistema para outro. A sintagmação do verbo *tréphō* evidencia essas constatações, pois é nela que o termo se define de forma suficientemente particularizada ao ponto de legitimar os sentidos possíveis decorrentes dos empregos em cada sistema. O movimento de delocução devolve para o sistema uma forma cujo emprego constitui as significações a ela atreladas.

Ao considerar uma reconstrução formal, Benveniste (1995) atesta, **em seu quinto tópico**, por meio da raiz *Dwei-*, a existência de uma única forma (*dwei-*) para dois sentidos (temer e dois) aparentemente sem ligações semânticas. Sobre essa identidade formal demonstrada, questiona: *será um acaso?* Não. O autor, por intermédio de um estudo dos empregos de *dwei-* coloca em evidência a relação entre os sentidos dessa raiz. Na expressão *d(w)oyêi*, que significa “‘a coisa está em duplo, em dúvida, in dúvida’, isto é ‘é para temer’” (p. 325), encontra-se a ligação entre os dois sentidos (verbo e numeral) e o consequente emprego de uma única forma para os dois sentidos e seus derivados.

Essa ligação na origem do sentido revela-se pela sintagmação do termo *dwei-*; esse movimento (stg) também estabelece a existência e permanência de dois sentidos particularizados em uma única forma devolvida para a língua (dlc).

“...quando se reduz o sentido às modalidades de emprego, torna-se imperativo assegurarmo-nos de que os empregos permitem não somente aproximar sentidos que parecem diferentes, mas justificar a sua diferença” (p. 326). Tomado por essa idéia inicial, Benveniste,

em seu sexto exemplo, averigua elementos que podem interferir na criação “de uma nova “espécie” de sentido” (p. 326). Determina, para apreciação, a passagem do sentido de *testa*⁶⁴ (latim) ao de *tête*⁶⁵ (francês), que, inicial e erroneamente, foi considerada como decorrente de uma *denominação brincalhona*. Benveniste atesta, via empregos, que *testa* (latim) designava “toda casca dura e que se aplicou em primeiro lugar ao que chamamos ainda a “caixa craniana”” (p. 326). As supostas considerações humorísticas ligadas à passagem de um sentido ao outro não se sustentam, já que não há nessa trajetória (de *testa* (latim) a *tête* (francês)) fato singular que justifique as considerações ao humor como promotoras da passagem do sentido de *testa* (cântaro) a *tête* (cabeça).

As constatações de Benveniste encontram suporte na sintagmação do termo. É esse movimento que elucida a passagem do termo *testa* (latim) a *tête* (francês), sem particularidades que chamem a atenção. Do movimento (E → L), tem-se um termo, em sentido e forma evidenciados no emprego de cada sistema linguístico.

A veia comparativista de Benveniste manifesta-se fortemente **no sétimo tópico** discutido, quando o autor propõe um estudo sobre formas aparentadas e apreciadas numa comparação que considere várias línguas. Para o fato de que frequentemente particularidades de sentido distinguem as formas aparentadas que constituem uma família, elege o exame do termo, em sânscrito, *pánthāh* (caminho) cujos sentidos não se equivalem, quando considerados em relação ao indo-irânico, ao eslavo, e ao báltico (sentido de “caminho”); ao grego (sentido de “mar”); ao latim (sentido de “ponte”); ao armênio (sentido de “vau”). A falta de equivalência dos sentidos não provém da configuração do termo conforme cada língua ou cada cultura, mas, sim, do fato de *pánthāh* ser também uma das variantes de uma significação geral que engloba todas as variantes (caminho, mar, ponte e vau). Dessa maneira, *pánthāh* é antes uma “transposição” do que um “caminho”, e a comprovação desse sentido do termo explica as variantes atestadas em várias línguas.

As constatações benvenistianas foram todas oriundas da análise dos termos em sintagmação (stg), ou seja, esse movimento permitiu a compreensão do sentido do termo com suas variantes, conforme a língua em que se manifestam e, ainda, permitiu que se evidenciasse uma base semântica unitária (transposição) para a origem desses vários sentidos aparentados. Por intermédio da sintagmação, as línguas, em questão, recebem (dlc) sentidos e formas aparentados, por pertencerem a uma mesma família.

Ao tratar da reconstrução semântica de um grupo unitário, Benveniste insere **o oitavo**

⁶⁴ Com significação de “cabeça ou vaso de barro”, conforme Benveniste (1995, p. 327).

⁶⁵ Sentido amplo de “cabeça”, no francês moderno (Idem).

exemplo de sua proposta. Como frequentemente é feito numa reconstrução dessa modalidade, o objetivo é indicar o rumo em que variou o sentido do termo e qual sentido deu origem ao outro. Um dos princípios geralmente considerados é a evolução do sentido do “concreto” ao “abstrato”, mas esse critério é rechaçado pelo autor, que o considera pautado em termos que são ambíguos. Mesmo assim, propõe a análise do termo *trust* (fidelidade), a fim de justificar se esse critério pode ser válido em reconstruções semânticas.

Considera equivocadas as considerações de estudos etimológicos que propõem ter a noção de “fidelidade” evoluído da noção concreta “árvore” e justifica suas inquietações com o fato de que a palavra “carvalho”, representada pelo termo grego *drûs*, que traria a relação de sentido entre árvore e fidelidade, na medida em que “o carvalho teria sido o símbolo da solidez e da confiança, e a imagem do carvalho inspiraria o conjunto das representações de ‘fidelidade’” (p. 330), não comporta todo o desenvolvimento morfológico e semântico do termo, já que só em grego *drû-* significa “carvalho” – fora do grego a significação de *drû* é árvore em geral.

A reconstrução semântica adequada, segundo Benveniste, teria a base formal “1. der-w-, 2. dr-eu-, com o sentido de ‘estar firme, sólido, são’” (p. 332), atestada por um conjunto de formas, e dessa significação é que “*derwo-, *drwo-, *dreu- no sentido de “árvore”, manifesta-se como “um emprego particular do sentido geral de “o sólido, o firme”” (p. 332). Dessa forma, foi pela expressão de solidez que se designou a árvore e particularmente o carvalho, passando a ser o termo “árvore” (concreto) decorrente de “fidelidade” (abstrato), nas línguas germânicas. Isso evidencia o necessário alçamento dos empregos para a definição das estruturas semânticas – o recurso a critérios universais como o “concreto” e o “abstrato” não se mostra satisfatório.

As relações sintagmáticas (stg) são determinantes para o estabelecimento das estruturas semânticas de maneira que “carvalho” só pôde ser associado ao termo “fidelidade” pelo recurso a um conjunto de formas atestadas pelo emprego que se fez delas. Retorna à língua (dlc), então, *trust* como termo-base cujo sentido permitiu a criação de novas unidades semânticas.

A **nona e última exposição** benvenistiana deste capítulo é apresentada com o questionamento: “Poder-se-ão aproximar, na mesma família semântica, formas das quais umas são partículas, e outras, formas verbais ou nominais, sem comum emprego sintático?” (p. 333). A partir da análise de formas que se agrupam em torno do termo indo-europeu *pot(i)- (chefe), Benveniste responde à questão.

A homofonia entre *pet-/*pot(i)- (chefe) e a partícula *pet-/pot(i)- (mesmo), registrada

na maioria das línguas, serve como ponto inicial para discutir sobre qual das duas classes se tomará como ponto de partida na reconstrução de uma relação semântica. Tanto uma quanto a outra direção já foram cogitadas, entretanto, ambas mostraram-se passíveis de falhas e não foi possível discernir a ligação entre as duas formas *pot(i). Benveniste considera, então, relevante observar como essas formas se distribuem e chega a uma partícula de um lado e a uma forma nominal de outro, ou seja, trata-se de termos nominais.

Pela análise do emprego de cada termo, chega à definição da partícula de identidade *pot(i)- como o “ipse, o ser em pessoa” (p. 335), (*pet/pot- nominal, sufixado e nominalizado) sempre acompanhado por uma determinação nas expressões mais antigas. O termo *pet-/*pot(i)- (chefe) indica o valor de “a personagem representativa, um *ipse* investido de autoridade na fração social, aquele a quem chamamos o ‘senhor’” (p. 336). Sendo assim, a nominalização da partícula pet/pot- em -pot(i) e o emprego dessa partícula com um pronome são fatores decisivos para reconstituir a história semântica do termo. O sentido de *pot(i) (senhor) desenvolve-se nos sintagmas e nos termos compostos dos quais faz parte, como segundo termo, e está ligado ao valor institucionalizado das designações criadas na sociedade indo-europeia. Identifica-se, assim, a trajetória que determina a criação de um grupo nominal a partir de uma partícula de identidade.

A ligação semântica dos termos, além da evidência formal, é resgatada no movimento de sintagmação (stg), que confirma a fundação de um grupo nominal via empregos de uma partícula. Para a língua, retorna (dlc) um termo cuja forma é capaz de originar inúmeras possibilidades de sentido.

No quadro a seguir, uma síntese das análises aqui realizadas.

QUADRO 3 – Síntese esquemática do capítulo *Problemas semânticos de reconstrução*.

TERMO	SINTAGMAÇÃO	DELOCUÇÃO
<i>Story (inglês)</i> (narrativa e pavimento)	Evidencia: 1º dois sentidos possíveis e não intercambiáveis. 2º qual o sentido assumido pelo termo.	Fornece: uma única forma para sentidos em nenhum momento intercambiáveis.
<i>Voler (francês)</i> (voar e roubar)	1º dois sentidos. Um deles é originário de um emprego do outro. 2º qual o sentido assumido pelo termo.	uma única forma para dois sentidos, sendo um deles originado por uma cisão da unidade de sentido inicial.
<i>Dhē- (indo-europeu), tithēmi (grego) e facere (latim)</i> (estabelecer e fazer)	as possibilidades de sentido, determinadas por ligações particulares, decorrentes do emprego das formas em cada sistema linguístico.	formas e sentidos de acordo com cada sistema linguístico envolvido na tradução.
<i>Tréphō (grego)</i> (nutrir)	uma forma para possibilidades de sentidos que, originalmente, pertencem a um campo semântico unitário.	uma única forma com empregos decorrentes de um campo semântico unitário.
<i>Dwei- (indo-europeu)</i> (temer e dois)	uma forma com dois sentidos atestados como originalmente idênticos.	uma única forma onde coexistem dois sentidos.
<i>Testa (latim) e tête (francês)</i> (cabeça)	sentido e forma do termo (tête) originários de um outro sistema linguístico.	um termo com sentido e forma (essa com adaptações) transpostos de um sistema linguístico a outro.
<i>Pánthāh (sânscrito)</i> (caminho)	uma forma com sentido especializado de uma base semântica geral.	Uma das significações aparentadas em sistemas linguísticos distintos.
<i>Trust (línguas germânicas)</i> (fidelidade)	Um termo abstrato, com sentido e forma passíveis de formações concretas.	um termo-base abstrato cujo sentido permitiu a criação de novas unidades semânticas.
<i>Pot(i)(indo-europeu)</i> (chefe)	a fundação de um grupo nominal a partir de uma partícula.	um termo cuja forma é capaz de originar inúmeras possibilidades de sentido.

Para Benveniste (1995), a consideração sobre o emprego, evidenciada no conjunto de exemplos que ilustram sua proposição, permite não apenas aproximar sentidos distintos, mas também justificar as diferenças ou as eliminar. Todos os casos apresentados nesse artigo, publicado originalmente em 1954, surgem da observação de alguma semelhança formal e atentam para o emprego dos termos como definidores de sentidos, fato com que comungamos, visto que as noções semânticas, por serem substância e não forma (no sentido saussuriano), requerem a descrição dos usos, a fim de que o sentido se particularize no âmbito do discurso.

Esse texto benvenistiano trata, então, da flutuação semântica dos termos, flutuação essa que receberá pouso no emprego, cuja tarefa descritiva fica para o linguista realizar, por meio da noção delocutiva da língua em emprego. Portanto, em sintagmação, a semantização dos termos se estabelece, renovando o sistema por meio do processo delocutivo.

4.1.2 Eufemismos antigos e modernos

Sob o título de “eufemismos antigos e modernos”,⁶⁶ capítulo 25, Benveniste (1995) discute dois sentidos opostos empregados para definir o termo grego *εὐφημεῖν* (*eufemismo*): “dizer palavras de bom augúrio” e “evitar as palavras de mau augúrio” (p. 340) – “guardar silêncio”.

Afirmando que “emitir palavras de bom augúrio” é a significação própria de eufemismo no vocabulário cultural e em todos os vocabulários especiais, o autor explica que o registro do sentido negativo é resultante da ação do contexto sobre o sentido. Assim, define que os empregos, ou seja, as situações de uso agem sobre o termo e permitem modificar o eufemismo, segundo as normas de cada língua. Daí a definição aparentemente antitética do termo. Nas claras palavras de Benveniste (1995), “só a situação determina o eufemismo” (p. 342), sendo, então, o alçamento da situação de emprego a condição para sua reconstrução semântica.

Por uma análise do movimento sintagmático, por meio da aplicação de nossa fórmula $(L \rightarrow E) \supset (S \rightarrow P) \cup \text{stg} = A$, entendemos que o eufemismo constitui-se em seu emprego e fora dele pode até deixar de sê-lo, pois a situação, permanente ou ocasional, determina a expressividade da noção enunciada. Esse fenômeno é uma notável maneira de expressar o fato de que são os usos que determinam o sentido. Devemos admitir, pois, que o eufemismo é o fenômeno linguístico que comporta, em sua própria natureza, a capacidade inventiva de

⁶⁶ Artigo originalmente publicado em 1949.

sentidos evidenciados somente em sintagmação.

É pelo retorno à língua que os sentidos são generalizados conforme as necessidades socioculturais. No movimento em direção ao sistema, as formas eufemísticas perdem parte do seu valor, já que a força do eufemismo está atrelada ao emprego das formas em situações variadas, segundo as normas de cada sistema linguístico.

QUADRO 4 – Síntese esquemática do capítulo *Eufemismos antigos e modernos*.

TERMO	SINTAGMAÇÃO	DELOCUÇÃO
<i>εὐφημεῖν (grego)</i> <i>eufemismo</i> ⁶⁷	Evidencia: sentidos em formas já cristalizadas na língua	Fornece: sentidos decorrentes de necessidades socioculturais e atreladas a formas já cristalizadas na língua.

4.1.3 Dom e troca no vocabulário indo-europeu

O texto “dom e troca no vocabulário indo-europeu”,⁶⁸ capítulo 26, apresenta um estudo dos termos *dom* e *troca*, considerando a pré-história dos usos, ou seja, os fatos apresentados pelo emprego desses termos nas línguas indo-europeias. Ao abordar os fatos, Benveniste (1995) delimita os usos, determinantes do sentido, e os relaciona aos domínios da economia e do direito e aos ritos religiosos, conforme o estudo de Marcel Mauss, e a outras regras em áreas de toda ordem.

Parte da raiz *dō-* (dar) e a compara com o hitita *dā-* (tomar), chegando à significação de *dō*, segundo o emprego, como o termo que abarca ou um ou o outro sentido – “dar” e “tomar”.⁶⁹ Daí a significação do verbo hitita. Mas, essas significações não são consideradas opostas? Como, então, podem se manifestar numa mesma forma? A resposta está no emprego, com a ressalva de que algumas línguas constituíram expressões antitéticas e diferentes para “tomar” e “dar”, enquanto, em outras, só a sintaxe do enunciado diferencia essas acepções. A noção de troca sempre está atrelada ao valor de retribuição pertencente a diversos meios (religioso, econômico, social, jurídico, etc.), sendo que muitos traços dos princípios de

⁶⁷ Ocorre uma particularidade na análise desse termo, pois o exame, realizado pelo autor, não é do sentido do próprio vocábulo eufemismo em emprego, mas de expressões que ilustram o emprego dessa noção.

⁶⁸ Artigo originalmente publicado em 1951.

⁶⁹ Exemplifica sua proposição com o “inglês *take* que admite dois sentidos opostos: to take something from s.o., “tomar”, mas to take something from s.o., “entregar (algo a alguém)”” (p. 349).

reciprocidade ainda podem ser encontrados no nosso vocabulário – como em “dar uma recepção, oferecer um banquete...; “despesas” de alimentação, “sacrifícios” de bens, assumidos como obrigações sociais, e dever de hospitalidade” (p. 359).

Fica evidente o entrelaçamento entre as expressões, as instituições e as representações socioculturais dessas instituições através do vocabulário em emprego. As noções de dom e troca, ao mesmo tempo em que definem as diversas transações estabelecidas, constroem a própria história das instituições, já que, ao serem empregados os termos (stg), o sistema recebe (dlc) formas com sentidos que traduzem suas trajetórias.

QUADRO 5 – Síntese esquemática do capítulo *Dom e troca no vocabulário indo-europeu*.

TERMO	SINTAGMAÇÃO	DELOCUÇÃO
<i>Dō-</i> (raiz - indo-europeu) (dom)	Evidencia: possibilidade de sentidos em situações diversas.	Fornece: sentido atrelado a aspectos socioculturais.
<i>Mei-</i> (raiz -indo-europeu) (troca)	Possibilidade de sentidos em situações diversas.	sentido atrelado a aspectos socioculturais.

4.1.4 A noção de “ritmo” na sua expressão lingüística

No capítulo 27, “a noção de “ritmo” na sua expressão lingüística”,⁷⁰ Benveniste (1995) apresenta um estudo sobre o sentido do termo “ritmo” com suas representações condicionadas ao próprio emprego da palavra. Segundo o autor, a “vasta unificação do homem e da natureza sob uma consideração do “tempo”, de intervalos e de repetições semelhantes, teve como condição o próprio emprego da palavra, a generalização, no vocabulário do pensamento ocidental moderno, do termo *ritmo*” (p. 361). A noção, que vem do grego, através do latim, de que o sentido da palavra ritmo (*ῥυθμός*) surgiu dos movimentos regulares das ondas do mar, é questionada. O autor considera que repousa sobre dados não confiáveis. Descreve, então, o emprego do termo na alta antiguidade e desfaz a confusão. Através das evidências no emprego do termo, revela que *ῥυθμός* (forma) nunca significou ritmo até o período ático; que nunca se aplicou ao movimento das ondas e que o sentido constante é “forma distintiva, figura

⁷⁰ Artigo originalmente publicado em 1951.

proporcionada, disposição” (p. 366), conforme atestado em variados empregos.

Parte, assim, para a análise do sentido original “forma” ligada à noção de ritmo e chega ao sentido moderno do termo, como resultante de uma especialização do sentido original – *ῥυθμός* - único registrado até o século V. A descrição da trajetória do termo, segundo seus empregos (stg), revela a ligação do sentido atual com o tradicional e o processo percorrido na modificação da concepção primeira até o sentido hoje corrente. Isso modifica o conhecimento que se tinha sobre o termo e elimina propostas simplistas sobre reconstruções semânticas.

Por sintagmação, a língua recebe o termo (E ➔ L) com sentidos especializados e evidenciados na trajetória dos empregos.

QUADRO 6 – Síntese esquemática do capítulo *A noção de “ritmo”*.

TERMO	SINTAGMAÇÃO	DELOCUÇÃO
<i>Rythme (francês)</i> <i>(ritmo)</i>	Evidencia: a especialização de um sentido por intermédio da análise evolutiva dos empregos.	Fornece: um sentido especializado e associado a aspectos evolutivo-temporais.

4.1.5 Civilização – contribuição à história da palavra

Encerra a seção *Léxico e cultura*, do PLG I, um estudo sobre a palavra *civilisation* que, segundo Benveniste (1995), é um dos termos mais importantes do léxico moderno, por apresentar uma nova visão do mundo e comportar noções fecundas ligadas a ela. Esse artigo – “civilização – contribuição à história da palavra”,⁷¹ limita-se aos primeiros empregos do termo em francês, oferecendo um inventário do processo originário dos usos. O ano de 1757 é assinalado como a data do surgimento da palavra *civilisation*, na obra *l’Ami des hommes ou Traité de la population*, do marquês de Mirabeau, conforme o seguinte fragmento: “Com justiça, os Ministros da Religião têm o primeiro lugar numa sociedade bem ordenada. A Religião é seguramente o primeiro e mais útil freio da humanidade: é a primeira moda da civilização; prega-nos e lembra-nos sem cessar a confraternidade, suaviza-nos o coração, etc” (p. 373), seguido por outros empregos do termo na sequência do trabalho desse precursor.

Dos empregos de *civilisation*, emerge o sentido do termo como “um processo do que

⁷¹ Artigo originalmente publicado em 1954.

se denominava até então *police*, ato que visava tornar o homem e a sociedade mais ‘policiados’” (p. 375), assim entendido, usado e multiplicado por escritores a partir de 1765. Quanto à tardia inserção do termo à língua francesa, enquanto *civiliser* e *civilisé* já estavam estabelecidos no sistema, Benveniste indica duas razões: uma é a raridade de palavras com a terminação *-isation*; a outra é a novidade do sentido diante da concepção tradicional do homem e da sociedade. Na Inglaterra, a história do termo se repete em condições semelhantes e em contemporaneidade com o aparecimento do termo em francês. Fica a dúvida com relação à difusão do termo ter sido oriunda da criação em francês ou de o termo ter sido “inventado”, concomitantemente, duas vezes, na França e na Inglaterra e se expandido pela Europa. Para responder a tal questão, Benveniste sugere novas pesquisas.

A sintagmação do termo molda o sentido inicial, estabelece as bases formais para a sua expansão e registra o seu aparecimento concomitante em francês e inglês, entretanto não esclarece se um sistema teve influência sobre o outro na criação, ou se o neologismo apareceu em cada língua separadamente.

Da trajetória inversa (E → L), comprovamos a aceitação de um sentido do termo em sistemas linguísticos distintos e em circunstâncias de uso diversas. Na delocução ocorre, portanto, a renovação das línguas francesa e inglesa, com formas aparentadas, mas adaptadas a cada sistema linguístico.

QUADRO 7 – Síntese esquemática do capítulo *Civilização – contribuição à história da palavra*.

TERMO	SINTAGMAÇÃO	DELOCUÇÃO
<i>Civilisation (francês)</i> <i>(civilização)</i>	Evidencia: aparecimento do termo em sistemas linguísticos distintos.	Fornece: sentido idêntico num e noutra sistema linguístico, com forma adaptada a cada sistema.

4.2 Léxico, significação e Cultura no PLG II

Nesta seção, contemplamos os cinco artigos da seção Léxico e Cultura, do PLG II, que, conforme já registramos, tratam do componente lexical e, por nosso viés de análise, permitem evidenciar uma possibilidade de tratamento do léxico no âmbito do discurso, por meio da noção de delocutividade. As cinco seções apresentadas a seguir seguem a mesma ordem de exposição dos artigos no PLGII.

4.2.1 Difusão de um termo de cultura: o latim *orarium*

No capítulo 16 - “difusão de um termo de cultura: o latim *orarium*”,⁷² encontra-se descrito o percurso histórico-evolutivo do termo *orarium*⁷³ (do latim a outras línguas). O registro, no Novo Testamento, da palavra *σουδάριον*, “toalha, lenço” é definido como o início da trajetória do termo em questão. A Vulgata traduz a palavra para *sudarium* “lenço para enxugar o suor”. Entretanto, duas passagens do Novo Testamento, a saber, João, 11, 14⁷⁴ e João, 20, 7⁷⁵, segundo Benveniste, fizeram com que *sudarium* passasse a significar “pano que envolve a cabeça dos mortos”, sendo que o termo permanece como *orarium* em uma tradução latina mais antiga (Itala) – constituindo-se, então, uma particularidade interessante: *orarium* e *sudarium* permaneceram para a mesma noção.

A história dos termos *sudarium* e *orarium*, no latim, explica-se em termos estilísticos e por intermédio do uso. Para Benveniste (1989), *sudarium*, pertencente à língua clássica, se impôs e *orarium*, uso mais comum, encerrou sua existência como praticamente sinônimo de *sudarium*. No século VI, o termo *orarium* passou a significar “a peça de fazenda que o diácono trazia sobre o ombro esquerdo” (p. 249) e que, entre os séculos XI e XII, foi substituída por “stola” – termo eclesiástico, não mais de uso comum, ou seja, constitui-se um termo novo, definido fora do latim e amplamente difundido a partir do grego. Em síntese, o sentido inicial de *orarium* foi substituído por *sudarium* e a nova designação do termo foi substituída por “stola”.

Em sua trajetória, *orarium* foi sempre considerado em suas relações sintagmáticas, ou seja, a compreensão da constituição do sentido só se tornou viável via observação do fenômeno (os empréstimos, sua permanência, em detrimento de outros termos, e sua substituição) em suas possibilidades de uso. *Orarium* e *sudarium* são termos quase sinônimos e as alterações ocorridas em suas trajetórias até as significações hoje existentes foram considerados na situação de uso dos termos. Dessa forma, perpassa, nesse texto, também, a concepção de que os usos (stg) delimitam os sentidos assumidos pelo termo.

A evidente trajetória do movimento da língua para o discurso (L → E) se estabelece e fornece o aparato teórico para a construção de uma análise descritivo-enunciativa do sentido da palavra; entretanto, mais uma vez, observemos o termo latino *orarium* e busquemos o processo E → L e suas possibilidades. Na análise do movimento de retorno à língua,

⁷² Artigo originalmente publicado em 1969.

⁷³ O termo latino *orarium* designa um pequeno lenço para limpar a boca, o rosto, conforme Faria (1962).

⁷⁴ Vulgata “facies illius sudario erat ligata (seu rosto estava coberto por um pano branco)”.

⁷⁵ Vulgata “sudarium quod fuerat super caput eius (o pano que estava sobre Sua cabeça (de Jesus))”.

evidenciam-se as palavras de Benveniste “O destino de *orarium* se teria, sem dúvida, encerrado aí e a palavra não teria conhecido outra notoriedade se uma circunstância imprevista não lhe houvesse aberto uma nova carreira” (p. 249), ou seja, “a nova carreira”, definida pelo autor, é justamente a comprovação de que um termo assume sentidos em circunstâncias de uso e esses (sentidos) passam a fazer parte do sistema e o renovam. O autor comprova, por meio do emprego (stg), a renovação da língua (dlc), quando, em seu estudo diacrônico do termo, atrela as modificações de forma e sentido a situações de uso – decorrente desses usos, a língua se configura e se renova.

QUADRO 8 – Síntese esquemática do capítulo *Difusão de um termo de cultura: o latim orarium*.

TERMO	SINTAGMAÇÃO	DELOCUÇÃO
<i>Orarium (latim)</i> <i>(estola)</i>	Evidencia: 1º - a existência de duas formas e um sentido; 2º - a absorção de uma forma pela outra; 3º - que a forma absorvida admite novo sentido; 4º - que o novo sentido acolhe nova forma.	Fornece: sentidos e formas mutantes e atrelados à análise do aspecto evolutivo-temporal.

4.2.2 Gênese do termo “scientificque”

No estudo de *scientificque (científico)*, no capítulo 17 - “gênese do termo ‘scientificque’”,⁷⁶ Benveniste (1989) busca a história lexical desse adjetivo e, para isso, retoma sua articulação derivacional com o termo *science* (ciência), evidenciando uma situação singular relativa a essa relação. Para o autor, a óbvia relação derivacional que esses termos impõem é apenas aparente, pois teria sido mais natural a utilização das terminações em -ico ou -al (científico-ciencial), comumente usadas para criação de termos relativos à ciência (átomo/atômico; espaço/espacial), entretanto o adjetivo *scientificque*, com o sufixo -fique (-fíco), estabeleceu-se e reina em francês, como um derivado em -fique a partir de um substantivo abstrato – o que o coloca em situação singular.

É preciso registrar que *scientificque* significa “que faz ciência”, que produz, que

⁷⁶ Artigo originalmente publicado em 1969.

promove ciência e não apenas “de ciência” e o caráter originário do termo evidencia essa concepção, já que, ao contrário do que se acreditava, *scientifique* vem do latim *scientificus*,⁷⁷ e não de uma formação na língua francesa. Ainda, o registro da evolução do termo *science* permite encontrar *scientialis* (ciential) como derivado que não sobreviveu nas línguas modernas.

Para Benveniste, o inventário histórico do termo *science* fornece a compreensão do atual sentido e da conseqüente forma desviante da derivação normal oferecida pela língua francesa. Da sintagmação do termo *scientifique*, obtemos a própria definição que lhe foi atribuída em língua latina e, assim, passada diretamente para o francês. Expliquemo-nos: tal definição resulta do reconhecimento dos empregos nos quais foi produzido tal adjetivo – o que faz com que, na sintagmação, defina-se a origem (do sentido e da forma), transposta de um sistema linguístico a outro, e revele-se a manutenção do sentido do termo na língua francesa.

Quanto ao movimento de retorno à língua (dlc), consideramos que a generalidade dos empregos do termo e sua expansão às línguas modernas do Ocidente não implica modificações de sentido, mas manutenção da existência de *scientifique* atrelado à noção de ciência e dela indissociável.

QUADRO 9 – Síntese esquemática do capítulo *Gênese do termo “scientifique”*.

TERMO	SINTAGMAÇÃO	DELOCUÇÃO
<i>Scientifique (francês)</i> <i>(científico)</i>	Evidencia: a eleição de um sentido e de uma forma (- <i>ficus</i> para - <i>fique</i>), embora essa com adaptações, originários de um outro sistema linguístico.	Fornece: um termo com sentido e forma transpostos de um sistema linguístico a outro.

4.2.3 A blasfemia e a eufemia

No artigo 18 – “a blasfemia e a eufemia”,⁷⁸ Benveniste (1989) desliza entre os referidos conceitos, evidenciando similaridades e diferenças entre ambos. Para o autor, essas

⁷⁷ Em conformidade com *bene-ficus* “que faz bem”, *honorificus* “que faz honra”, classe de compostos produtiva até o baixo Império.

⁷⁸ Artigo originalmente publicado em 1969.

noções são opostas, porém, de suas ações conjuntas, surge a *imprecação*.⁷⁹ Essa (a imprecação) é a blasfêmia por excelência; manifesta-se como a exclamação (“nome de Deus!”, “sagrado nome de Deus!”, “Madona, Virgem!”, “Diabo!” (p. 261 e 262) e inúmeras variações), tem a sintaxe das interjeições e utiliza apenas formas significantes; sua origem e unidade surgem da necessidade de violar a interdição bíblica de profanar o nome de Deus, consistindo, então, em “substituir o nome de Deus por sua injúria” (p. 260) – o que profana o próprio nome de Deus. Nas línguas ocidentais, para invocar o nome de Deus fora do culto é socialmente exigido uma situação solene que é o juramento – compromisso mais grave que o homem pode absorver assim como a falta mais grave em caso de perjúrio. Dessa forma, a imprecação é também um juramento só que de ultraje e se manifesta em determinadas circunstâncias. Daí o pensamento benvenistiano de que a imprecação é a palavra que se “deixa escapar” em situações fervorosas diversas, constituindo-se em uma resposta expressiva ao acontecimento, sem suscitar sequer um interlocutor presente.

A eufemia, mesmo mantendo o quadro locucional da blasfêmia, introduz três modificações:

- a) substituição do nome de “Deus” por outro termo (inocente). Exemplo: “nome de Deus!” por “nome de um cachimbo!” (p. 262);
- b) mutilação do nome de “Deus” por aférese da final. Exemplo: “par Dieu! > “pardi!”⁸⁰ (p. 262);
- c) criação de uma forma de non-sense no lugar da expressão blasfêmica. Exemplo: “par de sang de Dieu!” converte-se em “palsambleu!” (p. 262).

Assim, segundo o autor, a blasfêmia suscita uma eufemia que a mascara, atenuando ou disfarçando a profanação, que passa a ser mais da linguagem, por desviar da alusão ao nome de “Deus”. É, nesse movimento, que os conceitos se ligam e constroem a imprecação.

A imprecação manifesta-se a partir da sintagmação dos termos, ou seja, é na sintagmação que a blasfêmia e a eufemia se associam e significam. Dessa maneira, do movimento da língua para a enunciação (L → E) estabelece-se a imprecação, com variadas possibilidades de forma, conforme menção acima. Do retorno à língua (E → L), salientamos as novas formas oriundas do ato de enunciar e associadas à situação do acontecimento que, embora, segundo Benveniste, não exija o interlocutor presente, ao serem proferidas, as novas

⁷⁹ Para Benveniste (1989), a imprecação pertence à linguagem, mas sua singularidade normalmente deixa o linguista sem saber o que fazer, remetendo suas expressões típicas ao léxico ou à fraseologia, sem prender-se às formas específicas da expressão.

⁸⁰ Não achamos pertinente a tradução desse exemplo, assim como o do item c, por não haver, em português, uma forma similar que mantenha a idéia assumida nas expressões francesas.

formas funcionam como se Deus fosse o interlocutor acionado, a fim de que a *descarga emotiva* do locutor encontre pouso.

QUADRO 10 – Síntese esquemática do capítulo *A blasfemia e a eufemia*.

TERMO	SINTAGMAÇÃO	DELOCUÇÃO
<i>Dieu (francês)</i> <i>(Deus)</i>	<p>Evidencia:</p> <p>1º a utilização de uma forma neutra qualquer já existente na língua para o estabelecimento eufemístico do sentido do termo, conforme (a);</p> <p>2º uma nova forma léxica a partir da aglutinação de formas já existentes com a manutenção do sentido (b);</p> <p>3º uma nova forma léxica para o sentido já cristalizado (C).</p>	<p>Fornece:</p> <p>novas formas, decorrentes de necessidades socioculturais e atreladas a significações já cristalizadas na língua.</p>

4.2.4 Como se formou uma diferenciação lexical em francês⁸¹

A relação entre a forma e o sentido também é discutida no artigo 19 – “como se formou uma diferenciação lexical em francês”,⁸² no entanto por um novo viés. Duas formas léxicas similares, do francês moderno, o verbo *amenuiser* (tornar mais diminuto) e o substantivo *menuisier* (obreiro que trabalha a madeira), são consideradas em relação aos seus significados distintos.

⁸¹ Lichtenberg (2006), ao desenvolver o estudo “Sintaxe da Enunciação: noção mediadora para o reconhecimento de uma linguística da enunciação”, embora assim o tenha denominado, inscreve seu estudo na esfera da semântica, por entender a sintaxe da enunciação como o mecanismo linguístico exigido pelo sentido expresso e desencadeado pelo “trabalho exercido pelo locutor na e com a língua”. Em seu estudo, elege, além de textos que notadamente tratam de sintaxe da seção – *Funções sintáticas* – títulos gerais, tendo o artigo “Como se formou uma diferenciação lexical em francês”, aqui estudado, contribuído para ampliar a noção de sintaxe proposta pela autora. É perceptível que a noção de sintaxe da autora é semântica, ou seja, a inter-relação entre esses dois campos é indissociável e, com isso, e, por isso, a sintaxe da enunciação vai além das percepções sobre os textos apresentados nas *funções sintáticas*. É do próprio Benveniste esse não reducionismo do tratamento da sintaxe no discurso, ao que tradicionalmente se conhece por sintaxe, pois, ao longo de sua obra (PLG I e II) e não somente em capítulos onde se esperaria encontrar tal estudo, encontra-se uma *sintaxe da enunciação*, conforme demonstra Lichtenberg. Da seção Léxico e cultura, foi analisado, além do artigo supracitado, o texto “Dois modelos linguísticos da cidade”, a ser referido na próxima subseção.

⁸² Publicado originalmente em 1966.

Na tentativa de verificar se tais signos pertenceram à mesma família, devido à proximidade formal, e, ao haver origem comum, quais fatores os dissociaram, Benveniste busca, na língua latina, a descrição do adjetivo *minutus* (diminuído, enfraquecido, diminuto, pequeno) e seus derivados, visto que podemos presumir certa aproximação entre o verbo *amenuiser* e o adjetivo *menu*. A mudança de estatuto do termo *minutus*, de participio para adjetivo, é que o aproxima do sentido de “menu”, sendo que o substantivo *menuisier* jamais, em língua latina, teve proximidade designativa, quer por termos compostos ou derivados, com o adjetivo *minutus*; *menuisier* não tem ancestral latino, quer de forma ou de sentido, conclui Benveniste (1989). O francês refez o caminho traçado no grego antigo, sem passar pelo latim: especializou *menuisier* para “artesão de madeira”, havendo seu distanciamento de *menu* e de seu derivado *amenuisier*.⁸³

Ao evidenciar a relação formal, ou a falta dessa, entre signos com proximidades associativas em uma língua moderna (francês), podemos dizer que Benveniste, em mais esse artigo, remete à trajetória dos signos, a fim de que, no emprego desses signos (já palavras), ou seja, na história dos usos em sincronia, se evidencie se há ou não proximidade semântica original. No exame dos termos em questão, a proximidade formal não corresponde a uma proximidade semântica dos termos enquanto signos ou palavras estudados em suas trajetórias evolutivo-temporais, mas sempre em análise sincrônica. A busca pelo sentido em sintagmação acentua-se mais uma vez e é evidenciada em um exemplo como “faire mettre ladite maison et ses appartenances em bon et souffisant point et estat de m(i)enuiserie, charpenterie et autres repartitions”⁸⁴ (p. 274) que ilustra o aparecimento do sentido técnico do termo marcenaria e o exemplo “Cada ofício tinha seus menuisiers, os “huchiers” tanto quanto os ourives, os louceiros de estanho, os serralheiros, etc ...” (p. 275) que sinaliza a instituição simultânea do nome do artesão (marceneiro) em uma das várias possibilidades de emprego.

Do movimento de retorno ao sistema (E → L), sobressai-se o sentido especializado no emprego dos termos cuja evolução histórica é detalhada no recorte diacrônico apresentado pelo autor.

⁸³ Lichtenberg (2006) confere ao *sentido* o fato de a língua eleger, dentre as formas possíveis, uma que assumo, em determinado momento, um novo lugar e dele passe a atender funcionalmente.

⁸⁴ Tradução conforme a edição brasileira do PLG II: “Fazer colocar a dita casa e seus pertences em estado bom e suficiente de marcenaria [m(i)enuiserie] carpintaria e outras especialidades” (p. 274)

QUADRO 11 – Síntese esquemática do capítulo *Como se formou uma diferenciação lexical em francês*.

TERMO	SINTAGMAÇÃO	DELOCUÇÃO
<i>Amenuisier (francês)</i> (<i>diminuir</i>)	Evidencia: a existência de formas assemelhadas que não indicam sentidos próximos ou originalmente ligados.	Fornece: a especialização do sentido em sincronia, mas atrelado à análise do aspecto evolutivo-temporal.
<i>Menuisier (francês)</i> (<i>marceneiro</i>)	a existência de formas assemelhadas que não indicam sentidos próximos ou originalmente ligados.	a especialização do sentido em sincronia, mas atrelado à análise do aspecto evolutivo-temporal.

4.2.5 Dois modelos lingüísticos da cidade

O capítulo que encerra a seção Léxico e cultura, do PLG II– “dois modelos lingüísticos da cidade”,⁸⁵ trata do termo *cit * (cidade), com o intuito de precisar sua correla o com derivados, na perspectiva de inventariar, via elementos formais e conceituais, aspectos ligados   cultura, a partir da rela o entre língua e sociedade. A conclusão de Benveniste (1989) aponta duas formas distintas de considerar a rela o do termo base e seu derivado: na língua latina, a base   *civis* (cidadão –   o cidadão da *civitas*) e o derivado *civitas* (cidade –   a sede da civiliza o); no modelo grego, a base   *polis* (cidade) e o derivado *pol tes* (cidadão), exemplo seguido pelo francês *cit : citoyen*, e revelador de uma inversão no processo derivacional.⁸⁶ *Civitas* (derivado) e *polis* (base) tão semelhantes e intercambiáveis, em termos de sentido, constroem-se, entretanto, por caminhos opostos.

Quando o autor identifica a rela o intralingu stica entre o termo base e um derivado, configura a possibilidade de uma situa o paralela no campo das realidades sociais. Benveniste define, com esse texto, que a rela o entre a cultura e a língua de um povo pode estar atrelada   própria forma o lexical do termo e que o resgate histórico de seus processos formativos pode não evidenciar somente a língua, mas a própria constitui o política desse

⁸⁵ Originalmente publicado em 1970.

⁸⁶ Para Lichtenberg (2006, p. 130) a “inversão que Benveniste comprova são pôde ser percebida porque   mobilizada a no o de *sentido*. Pela no o de forma e sentido, se recupera todo o trabalho com a língua, relativo   deriva o: o derivado nada mais   do que a “forma sintagmatizada””. Em conformidade com a autora,   das rela es entre as formas que o sentido emergirá.

povo.

A não simetria no percurso de *civis* e *polis*, evidenciada na análise benvenistiana, pode ser entendida, no processo de sintagmação (stg) dos termos, por meio da consideração do sentido da forma derivada. Assim, a relação *civis* → *civitas* não se dá pelo simples acréscimo de *-tas*, mas pelo que esse acréscimo significa. A diferenciação na constituição derivacional dos termos somente pode ser evidenciada a partir da contemplação do sentido no emprego desses termos, ou seja, é pelo sentido que o aspecto formativo invertido de *polis* e *civis* será revelado. Por uma análise que não contemplasse o sentido em uso, como decorrente da relação entre as formas sintagmatizadas, não seria possível compreender as implicações linguísticas e extralinguísticas de tal constituição.

Quanto ao retorno à língua (dlc), a relação *civis* → *civitas*, assim como *polis* → *polités*, sinaliza que nessa trajetória (E → L) o termo decorrente tem como ponto de partida o sentido e a forma do termo base. A renovação da língua dá-se, justamente, pelo e no fato de o movimento de delocução devolver para a língua um termo (em sentido e forma) contaminado pelo emprego (stg) que dele foi feito e revelador de realidades sociais.

QUADRO 12 – Síntese esquemática do capítulo *Dois modelos lingüísticos da cidade*.

TERMO	SINTAGMAÇÃO	DELOCUÇÃO
<i>Civis</i> (latim) (cidadão)	Evidencia: o sentido do termo base e a possibilidade derivacional (de sentido e de forma) de um termo abstrato (<i>civitas</i>).	Fornece: forma e sentido da palavra-base e do derivado atrelados a aspectos socioculturais.
<i>Polis</i> (grego) (cidade)	o sentido do termo base e a possibilidade derivacional (de sentido e de forma) de um termo adjetivo (<i>polités</i>).	forma e sentido da palavra-base e do derivado atrelados a aspectos socioculturais.

4.3 Léxico, forma e sentido em enunciação benvenistiana

Os capítulos pertencentes à seção *Léxico e cultura* do PLG I e II tratam, notadamente, de estudos sobre formações léxicas em processo de constituição de sentido. Vale lembrar que diferentes abordagens temáticas foram utilizadas (reconstrução semântica; origem, troca e permanência de significados no léxico; proximidades semânticas e formais...), o que não

rompeu com a unidade da seção, visto que, em todos os capítulos, os processos de formação do léxico estão agregados à noção de constituição de sentido(s) em emprego, noção que sobressai no ato de delinear os objetivos dos artigos propostos. Conforme registro no prefácio do PLG I, é o destaque do papel da significação e da cultura que se objetiva com essa seção e o entrelaçamento de ambas se dá pela consideração dos usos como processo de reconstrução semântica dos termos.

Dos dez capítulos revisitados, temos como elemento comum e integrador as noções de forma e sentido. Interessante observar o viés proposto pelo autor: é, no mínimo, instigante procurar, na articulação das formas léxicas, um movimento que promova um sentido e Benveniste o fez. Já, na abertura da referida seção, do PLG I, o autor informa, com propriedade, sua proposta de reconstrução semântica: “o ‘sentido’ de uma forma linguística se define pela totalidade de seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes” (PLG I, p. 320) e, assim, considerando os empregos e suas ligações, promove todas as análises linguísticas que compõem essa seção.

Mesmo que os artigos formadores da seção do PLG I sejam datados entre 1949 e 1954, parece já estar subjacente o modo semântico⁸⁷ de ser língua como articulador das noções de forma e sentido. Fato que também se manifesta nos artigos do PLG II, porém não surpreende, visto que os artigos selecionados para essa seção foram produzidos entre 1966 e 1970 e estão, pois, inseridos no seio da proposta de descrição linguística marcada pelo emprego da língua, atualizada em discurso.

Embora se salientem, no PLG I e II, as duas seções apresentadas anteriormente como as que tratam especificamente do léxico, o interesse de Émile Benveniste pelos fenômenos lexicais não se resume a elas. Optamos em considerá-las por encontrarmos de forma explícita a proposta de discussão do léxico, ou por acreditarmos encontrar no conjunto de exemplos dessas seções o estudo do léxico em emprego, ou seja, já marcado pela enunciação - donde o movimento de sintagmação emerge e atualiza a língua e a volta ao sistema, por meio do movimento de delocução, promove sua renovação. Fato comprovado, porém reforçado e complementado, no artigo *Os verbos delocutivos*,⁸⁸ da seção *O homem na língua*, do PLG I, quando Benveniste lança uma proposta de estudo do léxico, marcada pela passagem da palavra ao signo, ou seja, do discurso à língua, via uma amostragem de verbos cuja formação

⁸⁷ Data de 1969 e 1966, respectivamente, os artigos *Semiologia da língua* e *A forma e o sentido na linguagem*, de Benveniste, que, conforme citado na seção 1.1, delinearão o modo semiótico e semântico de significação na língua.

⁸⁸ Vale lembrar que uma discussão ampliada sobre as questões teóricas inerentes à noção de verbos “delocutivos” foi registrada no capítulo dois deste estudo.

é oriunda do ato de enunciar – fato que entendemos não se resumir aos verbos. Cabe observar que esse artigo pode servir como um princípio metodológico de definição de elementos do discurso, na língua, evidenciados pelo fato de o emprego da língua permitir a construção léxica oriunda do próprio fato de colocar a língua em funcionamento – o que configura a delocutividade como uma atividade do discurso, renovadora da língua. cremos que a análise linguística realizada nesse artigo, que também trata do léxico, mas por um outro viés, permite instituir nossa proposta de análise, marcada pelo reconhecimento da manifestação do sujeito em processo de criação léxica. Implicações linguísticas oriundas dessa nossa proposição serão observadas no capítulo cinco desta tese.

5 IMPLICAÇÕES LINGÜÍSTICAS EM SE CONSIDERAR A RENOVAÇÃO DA LÍNGUA ATRELADA A ATIVIDADES DO DISCURSO

Ao assumirmos a língua como resultante de atividades do discurso, determinadas repercussões, atreladas a essa tomada de posição, são passíveis de avaliação. Elencamos, a seguir, quatro seções com o intuito de examinar algumas implicações. Como ponto inicial de nossa abordagem (cf. 5.1), discutimos a pertinência de noções linguísticas (da língua) quando consideradas, em âmbito do discurso, a partir do reconhecimento do movimento de delocução como renovador da língua. Na sequência (cf. 5.2), contemplamos as implicações relativas à aplicação de nossa proposição em dimensões do ensino de línguas. Na terceira seção (cf. 5.3), tratamos de questões epistemológicas provenientes de nossa proposição e, por fim (cf. 5.4), encerramos nossa proposta de analisar e/ou descrever a renovação da língua pelo viés da enunciação com um registro conclusivo oriundo de nossa reflexão em torno da realização desta tese.

5.1 Implicações para a análise de fenômenos linguísticos

Delimitamos, para essa seção, a abordagem de certas questões ligadas a diferentes e/ou novas possibilidades de acepções que alguns fenômenos linguísticos podem comportar quando considerados no âmbito do discurso e a partir da noção delocutiva. Vale lembrar que, no capítulo dois desta tese, conceituamos a noção de delocutividade como um mecanismo que se estende à língua toda e a todos os seus componentes; é um processo que revela a manifestação do discurso em direção à língua, por meio da percepção de como ocorre esse movimento de retorno à língua a partir da enunciação. O processo delocutivo desvenda,

portanto, como ocorre a renovação da língua como sistema; serve-se dos indícios fornecidos na e pela sintagmação da língua e fornece as significações que brotam e se estabelecem, constituindo a língua como sistema de signos. Diante dessa perspectiva, cabe reparar fenômenos descritivos de formação da língua, voltando-se atenção especial para a delocutividade no sentido aqui expresso.

Não é nosso intuito esgotar possibilidades de releitura de acepções linguísticas, a partir do acolhimento da delocutividade como processo renovador de língua. Nosso intento é problematizar a questão, evidenciando a necessidade de que sejam consideradas, numa revisão conceitual amplificada, as particularidades que emergem em se considerar a noção delocutiva pelo viés a que nos propusemos.

Ressaltamos que poderíamos considerar qualquer fenômeno linguístico no intuito de averiguar as implicações decorrentes da noção de delocução aqui estabelecida. Entretanto, não pretendendo percorrer por pormenores, assinalamos questões gerais que precisam ser reanalisadas pelo fato de, em nossa opinião, comportarem discussões e reajustes ao serem observados a partir da delocução. Nesse enquadramento, fenômenos como:

- categorias lexicais;
- processos de formação de palavras;
- funções da formação de palavras;
- lexicalização;
- figuras de linguagem;
- relações léxicas,

unem-se num quadro de investigações cujas interpretações futuras, ao adotarem a delocução como parâmetro interno ao campo do discurso, constituem um vasto espaço para problematização sobre as descrições léxicas. Não nos esqueçamos de que, habitualmente, a formação de novas unidades da língua coloca em evidência as noções de forma e sentido, só que tais noções inseridas no domínio semiótico de significância da língua, ou seja, é a formação do sistema linguístico que está sendo vista no próprio viés do sistema. A questão é saber como se comportariam tais noções e os fenômenos (supracitados) que as descrevem e aplicam no e pelo modo semântico de significância da língua? Ou ainda, os fenômenos linguísticos descritos podem ser adotados num e noutro âmbito de significância da língua, sem que a eles seja delegada nenhuma modificação? Cremos que não – o que constitui apenas uma possibilidade e não uma certeza já evidenciada. Por esse viés, os fenômenos listados transformam-se em hipóteses de trabalho com o léxico e, como hipóteses, servem, então, de

indícios para o estabelecimento de novas pesquisas, a partir do entendimento da delocutividade como renovadora da língua.

5.2 Implicações aplicadas

Ao se considerar a noção delocutiva conforme aqui descrita, tornamo-nos natural e incondicionalmente neólogos, pois, ao concebermos a presença do homem na língua para atribuição de significações, projetamos uma fonte de novos sentidos, evidenciados nas relações construídas em cada enunciação. Dessa ação contínua e oriunda dos atos enunciativos promovidos pelos locutores, manifesta-se certa desestabilização dos sentidos convencionalmente institucionalizados, já que significações inusitadas podem vir a compor o sistema porque receberam contornos delineados pelo uso da palavra em circulação no discurso. Dessa forma, ao acolhermos a noção delocutiva, certamente, teremos de admitir os efeitos desencadeados por essa tomada de posição.

Uma das consequências dessa apreensão deve manifestar-se nas práticas do ensino de línguas. Entendemos que a mediação entre a pesquisa sobre a língua/linguagem e o ensino deva ser atendida, pois essa inter-relação, embora imperativa, ainda mantém-se com fronteiras delineadas e de transposição pouco conciliadora. Se, de um lado, temos inúmeros estudos que abordam a linguagem como tema central de discussões na busca pelo conhecimento, de outro, temos o contexto escolar, no ensino médio e fundamental, com visíveis dificuldades no que concerne ao desenvolvimento das habilidades ligadas ao ensino de línguas (compreender a linguagem oral, ler, falar e escrever) (Widdowson, 1991). Compreendemos tal disparidade a partir do conhecimento não socializado entre aqueles que produzem o conhecimento e os que se dedicam ao ensino de línguas. Gera-se, então, um ambiente de inquietação que se configura como altamente positivo, por apontar a mediação entre a pesquisa linguística e ensino de línguas como condição *sine qua non* para o estabelecimento profícuo da aprendizagem.

Nessa perspectiva, registramos nossa contribuição para questões práticas de ensino de línguas. Como uma possibilidade a ser explorada, aventamos o trabalho com os âmbitos de significância, conforme o ponto de vista benvenistiano, pois esse procedimento forneceria valiosos subsídios para a aprendizagem de línguas. Dessa forma, o ensino estaria alçado também sobre o emprego dos elementos da língua, de maneira que as significações possam ser entendidas por uma dupla dimensão – significações da língua e significações do discurso que a renova por meio do processo de delocutividade. Ao se considerar a delocução, reconhece-se a presença do *homem na língua* e isso implica a conscientização de que, sendo a

língua resultante do emprego que dela se faz, é indispensável a percepção dos empregos para o desenvolvimento das habilidades linguísticas que envolvem uma prática de ensino de línguas. Caso contrário, como dar conta de enunciações como:

- a) um cumprimento realizado através do enunciado Oh meu!⁸⁹, ou
- b) uma solicitação feita por meio de Deu?, ou de Chega!, ou ainda,
- c) a formulação de compostos, como pega-ricardão que denomina a construção de uma casa com apenas uma porta e, por isso, popularmente, foi assim nominalizada?

E mesmo, de que vale promover a aprendizagem de simples expressões sem se apreciar os fenômenos que as desencadeiam e as estabelecem no sistema ou as excluem dele? Ao que parece, pôr em prática a noção de delocução, como atividade do discurso renovadora da língua, evidenciaria muitas significações que se mantêm submersas quando não se faz alusão aos fatores que intervêm na construção de significações em emprego. Talvez, as lacunas na aprendizagem de línguas possam estar justamente na falta de uma abordagem que manifeste a delocutividade na língua. Talvez falte a percepção do movimento de retorno à língua, a partir do uso, para que a aprendizagem se consolide. Embora sejam apenas conjecturas, cremos nessa possibilidade.

5.3 Implicações epistemológicas

Cabe lembrar que a proposta enunciativa de Émile Benveniste jamais se dissociou dos fundamentos da linguística saussuriana. Conforme registramos no primeiro capítulo desta tese, há muitas e seguras pistas da filiação benvenistiana ao quadro teórico saussuriano,⁹⁰ tornando-se incontestável a herança, no pensamento linguístico de Benveniste, daquilo que o mestre de Genebra já lucubrava em seu Curso. Por outro lado, a citação do que Flores (2008) chamou de “intuição enunciativa de Saussure” confessa a pretensa alusão aos estudos enunciativos no pensamento de Saussure. A passagem que desencadeou tal certificação introduz o capítulo “Identidade, realidade, valores”, do Curso de Linguística Geral (1974, p. 125-6):

⁸⁹ Expressão típica da gíria adolescente.

⁹⁰ Flores (2008, p. 15) afirma que a “Linguística da Enunciação não só é tributária do sistema saussuriano – mesmo que não se encerre nele – como somente pode ser definida em sua relação com ele”.

Quando, numa conferência, ouvimos repetir diversas vezes a palavra *Senhores!*, temos o sentimento de que se trata, toda vez, da mesma expressão, e, no entanto, as variações de volume de sopro e da entonação a apresentam, nas diversas passagens, com diferenças fônicas assaz apreciáveis quanto as que servem, aliás, para distinguir palavras diferentes (cf. fr. *pomme*, ‘maça’, e *paume*, ‘palma’, *goutte*, ‘gota’ e *je goute*, ‘eu gosto’, *fuir*, ‘fugir’, e *fouir*, ‘cavar’ etc); ademais, esse sentimento de identidade persiste, se bem que do ponto de vista semântico não haja tampouco identidade absoluta entre um *Senhores!* e outro [...].

Não esqueçamos, pois, do que tal passagem ilustra. Encontramos em Saussure um pouco do que se pode identificar como pertencente às reflexões sobre enunciação, por outro lado, a obra de Émile Benveniste tem por base os fundamentos que edificaram a doutrina saussuriana.⁹¹ Guiamos, então, nosso pensamento pela evidência desse duplo movimento.⁹²

É, nesse sentido, de movimento articulado, que lemos a obra de Benveniste. Vejamos, em particular a seguinte proposição benvenistiana “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (PLG, II, p. 83). Entendermos ser o movimento da língua (de Saussure) para o discurso (de Benveniste) uma deslocação entre os domínios de significância e que, nos construtos teóricos desses autores, esse movimento sempre esteve presente, ora de maneira sutil, ora explicitamente.

Ao afirmarmos que o pensamento saussuriano teve continuidade nos e pelos estudos que se configuram como enunciativos na acepção de Benveniste, julgamos ser necessário observar de que forma a enunciação benvenistiana afeta a língua na proposição de Saussure. Percorremos o caminho inverso, seguimos da enunciação para a língua, do uso para a língua e não da língua para o uso, conforme tradicionalmente considerado, e, por meio da noção de delocutividade, evidenciamos que, para além da ultrapassagem do sistema, por Benveniste proposta, está a volta ao sistema e ao sistema de Saussure, na medida em que é a enunciação que renova a língua por meio da delocução.

Por fim, entendemos que nossa compreensão acerca dos efeitos da enunciação sobre a língua revigora a inter-relação entre os âmbitos de significância, ao mesmo tempo em que nos permite entender a enunciação como a genitora das línguas.

5.4 Para concluir

Ao iniciar este estudo, explicitamos que nosso principal objetivo era desenvolver uma

⁹¹ Para uma discussão aprofundada sobre o vínculo do campo de enunciação com Saussure, consultar Flores (2008).

⁹² Segundo Flores (2008), há espaço tanto para a identificação da continuidade quanto da ruptura com Saussure. Optamos pela proposta de continuidade de Saussure, sem desconsiderar a existência de uma via de mão dupla.

proposta da formação da língua, com base nos princípios da teoria enunciativa de Émile Benveniste. Nosso intuito era investigar como a língua pode ser renovada e mesmo *inventada* por meio da enunciação. Por intermédio da articulação entre os domínios de significância da língua, conforme a frutuosa definição benvenistiana sobre os âmbitos semiótico (língua) e semântico (discurso), encontramos uma maneira para efetivação de nossa suposição e chegamos ao que entendemos ser um modelo enunciativo de renovação da língua.

Ainda na Introdução desta tese, propusemo-nos a buscar resposta para a questão: *De que forma a enunciação permite produzir língua?* Pensamos tê-la respondido e do percurso trilhado durante essa busca, algumas contribuições podem ser assinaladas. Partamos do que entendemos ser uma contribuição teórica proveniente da realização desta tese.

Na seção 5.1, expomos possibilidades, ou até mesmo, necessidades de serem contemplados conceitos já tradicionalmente incorporados nos estudos linguísticos da língua de forma que, no ou pelo viés do discurso, tais acepções sejam revistas e mesmo repensadas. Dessa forma, pressupomos que possíveis avanços teóricos, ligados ao entendimento dos fenômenos linguísticos pelo âmbito semântico de significância, podem ser decorrentes de nossa proposição.

Para além das possíveis teorizações renovadas, cremos que a noção de delocutividade aqui proposta traz consigo contribuições que complementam a própria matriz dos estudos enunciativos benvenistianos. Não estamos, com essa reflexão, pondo em dúvida o conhecimento já estabelecido sobre enunciação. Nosso entendimento significa, apenas, que cremos ser a teoria enunciativa, de Émile Benveniste, passível de leituras ainda não realizadas e que delas, quando realizadas, decorrem formações de sentido mais complexificadas, no sentido de completude, que são incorporadas ao que se entende por Enunciação.

Vejam novamente o próprio conceito, apresentado por Benveniste (1989), sobre o termo enunciação: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (p. 82). Ao se considerar a delocução como o processo formador da língua e oriundo do ato de enunciar, o entendimento da noção de enunciação passa pela aceitação de que esse *ato individual de utilização* renova a língua, reinventa-a a cada funcionamento, e essa concepção, embora seja apenas mais uma parte na compreensão dos fatos subjacentes e incorporados ao sentido de enunciação, modifica e abre o termo para apreensão de significações que ainda não haviam sido elucidadas na observação do sentido do termo.

É preciso, ainda, considerar a ideia concebida por Flores e Teixeira (2005) sobre o método de análise em linguística da enunciação, pois, segundo os autores, “propor uma

metodologia de análise da língua a partir das indicações deixadas pelo “pai da teoria da enunciação” é em si mesmo uma teoria” (p. 104). Ao se levar em conta tal proposição, temos como mais um contributo teórico a própria organização e aplicação da metodologia de análise que propusemos, pois nossa abordagem sobre o léxico, ao mesmo tempo em que analisa os fatos enunciativos, aponta para a complementação de um arcabouço teórico da enunciação, ou seja – seguimos os passos do próprio “pai”, conforme evidenciamos a seguir – no que entendemos ser uma contribuição metodológica procedente da realização desta tese.

Para a execução desta pesquisa, traçamos, no ambiente da Teoria da Enunciação benvenistiana, uma proposta metodológica para abordagem do léxico.⁹³ Entendemos, em conformidade com Flores e Teixeira (2005), que Benveniste (1995) não desenvolveu um modelo metodológico de análise enunciativa, pois não era sua proposição fazê-lo. Questões discutidas pelo autor e ligadas à “presença do homem na língua” forneceram ferramentas para a formulação de métodos de análise, cabendo, então, a quem pretende analisar os fenômenos linguísticos pelo âmbito da semântica benvenistiana, a tarefa de construir recursos metodológicos viáveis para a descrição dos fatos enunciativos observados.

Conforme reflexão empreendida no capítulo 3, estabelecemos que o “homem na língua”, manifestado, evidentemente, na singularidade do uso, promove a renovação da língua. Servimo-nos de pistas deixadas pelo próprio Benveniste (1995) e procuramos reconhecer como a renovação da língua ocorre por meio da enunciação.

A fim de evidenciarmos como isso ocorre, desencadeamos dois movimentos capazes de articular língua e enunciação em movimentos ascendentes e descendentes. Partimos, então, do movimento denominado de sintagmação, responsável pela atualização da língua em enunciação, e percorremos o trajeto da língua para o discurso. Propusemos, em seguida, o percurso da trajetória inversa, fazendo o caminho da enunciação para a língua, por meio do processo de delocução. Demonstramos essa dinâmica por nossa fórmula, $(L \rightarrow E) \cap (S \rightarrow P) \cup \text{stg} = A$, para explicar o primeiro movimento do qual resulta a atualização da língua e $(E \rightarrow L) \cap (P \rightarrow S) \cup \text{dlc} = R$, para revelar a renovação da língua pelo uso que fazemos dela.

Comprovamos, com essa proposta metodológica, como se estabelece a renovação da língua pelo viés do discurso e cremos que sua aplicabilidade autoriza outras leituras que desvendem outras significações no exercício do uso da língua. Daí entendermos ser uma maneira consistente e potencialmente adaptável em possibilidades de aplicação a outros fatos

⁹³ Não esqueçamos que nosso *corpus* de análise se constituiu dos artigos benvenistianos que tratam do léxico, sendo, então, as próprias descrições léxicas promovidas por Émile Benveniste (PLG I e PLG II) objeto de nossa descrição enunciativa sobre o que denominamos palavra no domínio semântico de significância da língua.

enunciativos, pois permite explorar caminhos de construção de sentidos a partir do ato de enunciar e em direção à renovação do sistema.

Como contribuições práticas desta tese, podemos citar a possibilidade de formulação de um conjunto de subsídios para o ensino de línguas, pautado na compreensão do sentido de delocução como o processo do discurso, renovador da língua. Conforme evidenciamos em 5.2, a partir da apreensão de que a língua é oriunda das atividades do discurso, as habilidades de leitura, interpretação e a própria análise descritiva da língua necessitam ser repensadas pela dimensão do uso. Foi necessário, então, propor um diálogo entre a enunciação benvenistiana e o ensino de línguas, negociação estabelecida pelas inter-relações teórico-práticas entre esses campos de conhecimento.

É de nosso entendimento que a colaboração da pesquisa em teorias linguísticas deve se alastrar para dimensões do ensino de línguas em termos de aplicações que propiciem melhorias da qualidade no trabalho com a língua. Entretanto, mantém-se, no atual contexto escolar brasileiro, a constatação de que a principal deficiência no ensino de línguas, em especial a portuguesa aqui enfocada, é a manutenção dada ao ensino da forma e da metalinguagem, em detrimento do tratamento do sentido em situações concretas de uso. Diante dessa tendência, reconhecemos que o trabalho com os âmbitos benvenistianos de significância da língua aplicados ao ensino, ou seja, o tratamento da forma e do sentido, no âmbito de significância semiótico (língua) e semântico (discurso), com simetria na abordagem sobre o sentido, proporcionaria a superação da perspectiva que ora configuramos.

Creemos, assim, que a leitura, análise, interpretação e também descrição formal dos elementos da língua devem estar pautadas nos usos, considerados únicos em cada cena enunciativa, e, portanto, reveladores de significações fundadas sobre o reverso do signo, ou seja, sobre a palavra na acepção aqui assumida.

Passamos, por ora, à finalização de nossas reflexões em torno da realização desta investigação. Os resultados das análises aqui realizadas indicam que a modificação da língua – ao que denominamos de renovação – decorre do uso que dela é feito, ou seja, a palavra devolve para o sistema uma língua modificada pelo emprego. Retornemos, agora, à proposta do jogo de xadrez saussuriana revista no início de nossa reflexão – seção 1.2.1, e voltemos à metáfora adaptada ao âmbito semântico de significância. A “jogada” é a enunciação e o “jogo” é o discurso... Expliquemo-nos! De cada “jogada”, promovida pelo sujeito que enuncia, constitui-se o discurso e a conseqüente renovação da língua. Portanto, essa - a renovação da língua, dá-se por *este colocar em funcionamento a língua por um ato individual*

de utilização (cf. Benveniste, 1989, p. 82).

É fato que elegemos a palavra⁹⁴ como a menor unidade linguística da Teoria da Enunciação benvenistiana e consideramos que ela, sempre em emprego, contrai, também, o papel de menor unidade promotora da renovação da língua; assume, portanto, a função de canal entre os âmbitos de significância, já que a necessária passagem entre eles, no estudo exploratório de significações, dá-se por intermédio dela – a palavra. Da mutação signo/palavra, ou melhor delineado, palavra/signo, surge a renovação, como permanente reinvenção da língua. O signo, embora armazenador de significações convencionais, é constituído e renovado na e pela trajetória do âmbito semântico ao semiótico, sendo a palavra – consequência do signo em sintagmação, a responsável pela devolução ao sistema de um signo renovado.

Cabe, ainda, referir sobre as noções de forma e de sentido na instauração de significações no âmbito semântico. Em 2.3.2, afirmamos ser a renovação da língua decorrente do sentido da palavra (não esqueçamos, sempre em emprego), sendo a forma gêmea a do signo, ou seja, identificamos formas idênticas para o signo e a palavra, mas com sentido individualizado na e pela palavra e convencionalmente generalizado no signo. Assim, ao mesmo tempo em que o sentido é particularizado na palavra, é (d)nela que as possibilidades de sentido brotam e tornam-se ilimitadas, porque procedentes do ato de enunciação, assinalado pelo *eu-tu-aqui-agora*. No signo, os sentidos decorrem dessas possibilidades de significação e nelas se estabelecem.

Por fim, seria possível dizer, ainda, que a língua é derivada do discurso, constituindo-se um processo de formação da língua também situado nas palavras, mas na decorrência dos usos que delas são feitos. Organiza-se, assim, o que podemos denominar de derivação delocutiva – a renovação da língua pelo discurso, ou ainda, um processo de formação instituído entre os âmbitos de significância, entre o discurso e a língua, instituído no e pelo ato de transcender os domínios de significação. Quanto aos desdobramentos dessa derivação, fica a instigação de que podem ser tantos quantos os que a língua, como sistema semiótico, apresenta.

Das reflexões a que nos propusemos, acentuamos, por fim, o fato de o discurso ser o

⁹⁴ O trabalho linguístico com o componente semântico da palavra, a partir da intersecção entre a forma e o sentido, de um lado, e da necessária desvinculação dessas noções, de outro, para que o exercício da constituição e renovação da língua se esclareça, não corresponde a uma análise completa em termos de cobrir todo o campo de análise do sentido. Como nos propusemos a lidar com o sentido no âmbito de significância semântico, portanto, particularizado, não o fizemos no domínio semiótico (ampliado e/ou geral) – o que poderia se configurar como uma limitação, mas não chega a se constituir por não ter sido um objetivo traçado, embora passível de realização, constituindo-se, dessa forma, num desafio para futuras pesquisas.

possibilitador e, portanto, o renovador de sentidos e a língua ser o recipiente armazenador dessas possibilidades, sendo a forma e o sentido, na língua e no discurso, os agentes que materializam as significações em cada âmbito de significância.

Consideramos, por fim, que as reflexões aqui esboçadas são necessárias por legitimarem o tratamento da língua em emprego, mas, em nenhum momento, podem ser entendidas como absolutas.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, Jean-Claude. Délocutivité benvenistienne, délocutivité généralisée et performativité. **Langue française**, Paris, 42, p. 69-84, 1979a.

_____. Délocutivité généralisée et rapports syntaxe/sémantique. **Recherches linguistiques**, Paris, 8, p. 5-43, 1979b.

_____. De L' énonciation au lexique: mention, citativité, délocutivité. **Langage**, Paris, 80, 1985a.

_____. Onomatopées, délocutivité et autres blablas. **Revue romaine**, Paris, 40, p. 169-207, 1985b.

ARONOFF, Mark. **Word formation in generative grammar**. Cambridge : MIT Press, 1976.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

BENVENISTE, Émile. Eufemismos antigos e modernos. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1995. Artigo redigido em 1949.

_____. Dom e troca no vocabulário indo-europeu. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1995. Artigo redigido em 1951.

_____. A noção de “ritmo” na sua expressão lingüística. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1995. Artigo redigido em 1951.

_____. Tendências recentes em lingüística geral. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1995. Artigo redigido em 1954.

_____. Problemas semânticos de reconstrução. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1995. Artigo redigido em 1954.

_____. Civilização – contribuição à história da palavra. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1995. Artigo redigido em 1954.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral I.** Campinas, SP: Pontes, 1995. Artigo redigido em 1958.

_____. Os verbos delocutivos. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral I.** Campinas, SP: Pontes, 1995. Artigo redigido em 1958.

_____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da Lingüística. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral I.** Campinas, SP: Pontes, 1995. Artigo redigido em 1963.

_____. Saussure após meio século. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral I.** Campinas, SP: Pontes, 1995. Artigo redigido em 1963

_____. Os níveis da análise lingüística. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral I.** Campinas, SP: Pontes, 1995. Artigo redigido em 1964.

_____. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral II.** Campinas, SP: Pontes, 1989. Artigo redigido em 1966.

_____. A blasfemia e a eufemia. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral II.** Campinas, SP: Pontes, 1989. Artigo redigido em 1966.

_____. Como se formou uma diferenciação lexical em francês. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral II.** Campinas, SP: Pontes, 1989. Artigo redigido em 1966.

_____. Estruturalismo e lingüística. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral II.** Campinas, SP: Pontes, 1989. Artigo redigido em 1968.

_____. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral II.** Campinas, SP: Pontes, 1989. Artigo redigido em 1968.

_____. Semiologia da língua. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral II.** Campinas, SP: Pontes, 1989. Artigo redigido em 1969.

_____. Difusão de um termo de cultura: o latim orarium. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral II.** Campinas, SP: Pontes, 1989. Artigo redigido em 1969.

_____. Gênese do termo “**scientifique**”. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral II.** Campinas, SP: Pontes, 1989. Artigo redigido em 1969.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral II.** Campinas, SP: Pontes, 1989. Artigo redigido em 1970.

_____. Dois modelos lingüísticos da cidade. In: _____. **Problemas de Lingüística Geral II.** Campinas, SP: Pontes, 1989. Artigo redigido em 1970.

_____. **Problemas de lingüística geral II.** Campinas: Pontes, 1989.

_____. **Problemas de lingüística geral I.** Campinas: Pontes, 1995.

COLÓQUIO LEITURAS DE BENVENISTE, 2004, Porto Alegre, **Letras de Hoje**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CORNULIER Benoît de. La notion de la dérivation délocutive. **Revue de linguistique romaine**, Paris, 40, p. 116-143, 1976.

DARMS Georges. Problemas de la formation délocutive des mots. **Museum Helveticum**, 37, p. 201-211, 1980.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: Éditions In Press, 2006.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 2006.

DUCROT, Oswald. La delocutividad. In **Polifonia y argumentacion**. Cali: Universidad del Valle, 1988.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino-português**. Rio de Janeiro: MEC/Departamento Nacional de Educação, 1962.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1999.

FLORES, Valdir. **Lingüística e psicanálise**: princípios de uma semântica da enunciação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução [primeira parte]. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 7-67, dezembro, 2001.

_____. TEIXEIRA, M. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. SILVA, S. Enunciação e léxico: sobre os processos de delocutividade verbal no português. **Analecta**, Guarapuava, v. 7, p. 119-132, 2006.

_____. et al. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FRUYT, Michèle. Les verbes délocutifs selon E. Benveniste. **Émile Benveniste vingt ans après**. Université Paris X, p. 61-71, 1997.

ILARI, Rodolfo. Delocutivos nós também temos, falô? **Caderno de Estudos Lingüísticos**, São Paulo, n. 10, p. 81-85, 1986.

_____. Delocutives again. **Delta**, São Paulo, v. 18, p. 115-129, 2002.

LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAHUD, Michel. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.

LARCHER, Pierre. Vous avez dit «délocutif»? **Langage**, Paris, 80, p. 99-124, 1985.

_____. La dérivation délocutive: histoire d'une notion méconnue. **Historiographia lingüística**, XXX, Université de Provence, p. 389-406, 2003.

LETOUBLON, Françoise. Le vocabulaire de la suplication en grec: performatif et dérivation délocutive. **Língua**, Paris, 52, p. 325-336, 1980.

_____. Dérivés d'onomatopées et délocutivité. **Mélanges Jean Taillardat**, Paris, Peeters-SELAF, p. 137-154, 1988.

LICHTENBERG, S. **Usos de indefinidos do português**: uma abordagem enunciativa. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

_____. **Sintaxe da enunciação: noção mediadora para reconhecimento de uma lingüística da enunciação**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MIGNOT, Xavier. Salutare en latin, saluer en français soint-ils bien des verbes délocutifs? **BSL**, Paris, 76, p. 327-344, 1981.

NEVES, Maria Helena Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NORMAND, Claudine. Le CLG: une théorie de la signification? In: _____. (dir.). **La quadrature du sens**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

_____. Les mots en emploi: lexique et discours. In: _____. (dir.). **La quadrature du sens**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

_____. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, Sergio Lopes; PARLATO, Érica Maria; RABELLO, Silvana (orgs.) **O falar da linguagem**. São Paulo: Lovise, 1996.

_____. Lectures de Benveniste: quelques variantes sur um itinéraire balisé. In: NORMAND, Claudine; ARRIVÉ, Michel (dir.). **Emile Benveniste vingt ans après**. Paris: CRL-Université Paris X, 1997.

ONO Aya. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste**. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

RECANATI, François. Performatifs et délocutifs: à propos du verbe s'excuser. **Semantikos**, Paris, 2, p. 69-87, 1978.

REY DEBOVE, Josette. Benveniste et l'autonymie: les verbes délocutifs. **Travaux de Linguistique et de Littérature**, Strasbourg, v. 12, p. 245-251, 1975.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

_____. **Escritos de Lingüística Geral**. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler com a colaboração de Antoinette Weil. São Paulo: Cultrix, 2004.

SUENAGA, Akatane. Benveniste et Saussure: L'instance de discours et la théorie du signe. In: NORMAND, Claudine; ARRIVÉ, Michel (dir.). **Emile Benveniste vingt ans après**.

Paris: CRL-Université Paris X, 1997.

SILVA, Silvana. **Enunciação e sintaxe**: uma abordagem das preposições do português. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – Índice Cronológico das Principais Publicações sobre Delocutividade.

Ano	Referência/Obra	Autores	Modalidade de Publicação	Título
1958	Mélanges L. Spitzer	Émile Benveniste	Artigo	Les verbes délocutifs
	Problemas de Lingüística Geral I (1966)	Émile Benveniste	Capítulo 23	Os verbos delocutivos
1975	Travaux de Linguistique et de Littérature XIII	Josette Rey Debove	Artigo	Benveniste et l'autonomie : les verbes délocutifs
1976	Revue de Linguistique Romane 40	Benoît de Cornulier	Artigo	La Notion de la Dérivation Délocutive
1978	Semantikos 2	François Récanati	Artigo	Performatifs et délocutifs : à propos du verbe s'excuser
1979a	Langue Française 42	Jean-Claude Anscombe	Artigo	Délocutivité benvenistienne, délocutivité généralisée et performativité
1979b	Recherches linguistiques 8	Jean-Claude Anscombe	Artigo	Délocutivité généralisée at rapports syntaxe/ sémantique
1980	Museum Helueticum 37	Georges Darms	Artigo	Problemas de la formation délocutive des mots
1980	Lingua 52	Françoise Letoublon	Artigo	Le vocabulaire de la suplication en grec : performatif et dérivation délocutive

Ano	Referência/Obra	Autores	Modalidade de Publicação	Título
1981	BSL 76	Xavier Mignot	Artigo	Salutare en latin, saluer en français soint-ils bien des verbes délocutifs ?
1985	Langage 80	Pierre Larcher	Artigo	Vouz avez dit «délocutif » ?
1985a	Langage 80	Jean-Claude Anscombe	Artigo	De L'enonciation au lexique: mention, citativité, délocutivité
1985b	Revue Romaine	Jean-Claude Anscombe	Artigo	Onomatopées, délocutivité et autres blablas
1986	Cademo de Estudos Lingüísticos 10	Rodolfo Ilari	Artigo	Delocutivos nós também temos, falo?
1988	Polifonia y Argumentacion	Oswald Ducrot	Capítulo de livro	La delocutividad
1988	Mélanges Jean Taillardat	Françoise Letoublon	Artigo	Derives d'onomatopées et délocutivité
1997	Emile Benveniste: vingt ans après	Michele Fruyt	Artigo	Les verbes délocutifs selon E. Benveniste
2002	Delta 18	Rodolfo Ilari	Artigo	Delocutives again
2003	Historiographia lingüística XXX	Pierre Larcher	Artigo	La dérivation Délocutive: histoire d'une notion méconnue
2006	Revista Analecta	Valdir do Nascimento Flores e Silvana Silva	Artigo	Enunciação e léxico: sobre processos de delocutividade verbal no português